

UO:14.101 - SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

PROGRAMA TEMÁTICO:

6207 – BRASÍLIA COMPETITIVA

OBJETIVO GERAL:

Tornar Brasília competitiva por meio de políticas de desenvolvimento sustentável, de geração de trabalho, emprego e renda, e de inovação.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

001 – AMBIENTE DE NEGÓCIOS: Criar ambiente favorável aos negócios, geração de trabalho, emprego e renda, com políticas públicas inovadoras e sustentáveis ao encontro das potencialidades do DF e RIDE.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

20.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO, INOVAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SEDICT

Orientações constam no item 5.1.2 das Instruções

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

Análise Quantitativa

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNIDADE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% de Alcance Total (E/A)
6207	1	10	Elaborar 300 projetos de crédito do Próspera para produtores rurais do DF e RIDE (EMATER);	14203	300	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	272	255	714	209	
6207	1	11	Realizar e participar de feiras de Economia Solidária e Fóruns de Cooperativismo e Associativo para agricultores do DF e RIDE; (EMATER)	14203	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	80	80	100	100	

Análise Qualitativa (limitado a 15 linhas por meta)

10. Elaborar 300 projetos de crédito do Prosepera para produtores rurais do DF e RIDE (EMATER);

2016

Elaboração de projetos de crédito rural com a finalidade de custeio e investimentos para as atividades desenvolvidas por produtores familiares atendidos pela EMATER no Distrito Federal. Estes projetos possibilitaram o investimento de R\$ 4.408.571,31 nas atividades rurais desenvolvidas pelos produtores contemplados, gerando aumento da renda familiar, manutenção e contratação de mão de obra na área rural, impactando no aumento da produção agropecuária do Distrito Federal.

2017

Elaboração de projetos e crédito rural com a finalidade de custeio e investimentos para as atividades desenvolvidas por produtores familiares atendidos pela EMATER no Distrito Federal. Estes projetos possibilitaram o investimento de R\$ 4.231.281,97 nas atividades rurais desenvolvidas pelos produtores contemplados, gerando aumento da renda familiar, manutenção e contratação de mão de obra na área rural, impactando o aumento da produção agropecuária do Distrito Federal. Devido as questões relacionadas a crise econômica enfrentada pelo Brasil e a crise hídrica enfrentada pelo Distrito Federal, no ano 2017, o acesso ao crédito rural foi reduzido, uma vez que os produtores enfrentaram maiores dificuldades e incertezas no desenvolvimento das atividades produtivas.

2018

Elaboração de projetos e crédito rural com a finalidade de custeio e investimentos para as atividades desenvolvidas por produtores familiares atendidos pela EMATER no Distrito Federal. Estes projetos possibilitaram o investimento de R\$ 3.327.160,05 nas atividades rurais desenvolvidas pelos produtores contemplados, gerando aumento da renda familiar, manutenção e contratação de mão de obra na área rural, impactando no aumento da produção agropecuária do Distrito Federal.

2019

Elaboração de projetos e crédito rural com a finalidade de custeio e investimentos para as atividades desenvolvidas por produtores familiares atendidos pela EMATER-DF no Distrito Federal. Estes projetos possibilitaram o investimento de R\$ 4.519.739,30 nas atividades rurais desenvolvidas pelos produtores contemplados, gerando aumento da renda familiar, manutenção e contratação de mão de obra rural, impactando no aumento da produção agropecuária do Distrito Federal

Para uma correta interpretação da análise quantitativa, informamos que os dados corretos estão informados na tabela abaixo:

Forma de apuração	2016	2017	2018	2019
Anual	272	255	187	209

O motivo da correção se deve ao fato que houve erro na transcrição dos dados quanto a forma de apuração, acumulada ou anual.

11. Realizar e participar de feiras de Economia Solidária e Fóruns de Cooperativismo e Associativo para agricultores do DF e RIDE; (EMATER)

2016

A EMATER incentiva a participação dos seus agricultores na comercialização de espaços referentes à economia solidária como feiras, eventos e espaços físicos, como o espaço na Torre de TV Digital, onde agricultores participam da comercialização em espaço coletivo. Foram realizadas através do apoio da Emater cerca de 8 ambientes de comercialização solidária com a participação de 72 agricultores e artesãos. Ocorreram exposições e comercialização de artesanatos, produtos de agroindústria, orgânicos, lanches, plantas ornamentais e apresentações culturais. São iniciativas de produção própria com comercialização de forma coletiva para o consumidor final.

Em 2016 participaram de espaços solidários: 28 artesãos, 33 agroindústrias (formais e não formais), 11 agricultores de plantas ornamentais, 1 criador de animais exóticos, 4 grupos de orgânicos. Com apoio da EMATER, seus produtos foram expostos e comercializados em espaços e feiras como a Torre de TV Digital, Centro de Comercialização e Capacitação da Agricultura Familiar, na Agrobrasil, Festa do Morango, Conferência Nacional de Ater (Cnater) e feirinhas locais. No total, foram comercializados R\$ 157.893,00 em produtos da agricultura familiar.

O Fórum com parceria junto à Secretaria de Trabalho não ocorreu em 2016 e com proposta para realizar em 2018.

2017

Em 2017 a EMATER-DF continua com ações alternativas econômicas para incrementar a renda das famílias, oportunizando a inclusão social, resgatando a cultura, promovendo a participação no desenvolvimento e a equidade, especialmente de segmentos menos privilegiados como as mulheres, idosos, jovens, agricultores familiares e assentados de reforma agrária; realizou dentro de eventos maiores espaços de feiras de Economia Solidária com a participação dos agricultores de atividades associadas ao turismo rural. Nestes espaços ocorreram a comercialização com a participação de 28 artesãos; 33 agroindústrias (formais e não formais); 11 agricultores de plantas ornamentais; 1 criador de animais exóticos; 4 grupos de orgânicos e fornecimento de 3 alimentação/lanches. Participaram de alguns espaços e feiras como: Centro de Comercialização e Capacitação da Agricultura Familiar, AgroBrasília, Festa do Morango, Congresso de Agroecologia e Festival das Flores, com a comercialização dos produtos associados ao turismo rural. Comercializaram o valor total de R\$ 157.893,00.

2018

Em 2018 a EMATER-DF deu continuidade ao trabalho de alternativa econômica para incrementar a renda das famílias; favorecendo a inclusão social, resgatando a cultura, promovendo a participação no desenvolvimento, e a equidade, especialmente de segmentos menos privilegiados como as mulheres, idosos, jovens, agricultores familiares e assentados de reforma agrária; realizou dentro de eventos como feiras de economia Solidária com a participação dos agricultores de atividades associadas ao turismo rural. Nestes espaços ocorreram a comercialização com a participação de 103 participantes do artesanato, da agroindústria (formal e não formal), agricultores de plantas ornamentais, grupos de orgânicos e fornecimento de alimentação/lanches. Participaram de alguns espaços como: Centro de Comercialização e Capacitação da Agricultura Familiar, AgroBrasília, Festa do Morango, Torre Digital e Feira da Colônia com a comercialização dos produtos associados ao turismo rural. Comercializaram o valor total de R\$ 222.073,00.

2019

Em 2019 foram realizados cerca de 08 ambientes de comercialização solidária com a participação de 107 agricultores e artesãos, nas áreas do artesanato, da agroindústria (formal e não formal), agricultores de plantas ornamentais, grupos de orgânicos e fornecimento de alimentação/lanches. Os produtos foram expostos e comercializados em exposições e feiras tais como: Centro de Comercialização e Capacitação da Agricultura Familiar, Agrobrasil, Festa do Morango, Festa da Goiaba, Torre Digital e Feira da Colônia. Comercializaram o valor total de R\$ 332.017,50.

ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	IMPLEM. ATÉ 2019 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6207	1	15	Articulação, junto aos agentes financeiros, para implementação de política de crédito rural; (EMATER)	14203	100	100	2016 Articulação com os agentes financeiros e as Secretarias de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos e de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, visando facilitar o acesso dos produtores rurais do Distrito Federal às linhas de crédito rurais disponíveis, como PRONAF, PROSPERA, FDR, FCO, RO. Todas as articulações foram realizadas, inclusive as tratativas junto ao Banco do Brasil para contrato de correspondente bancário agropecuário. 2017 Articulação com os agentes financeiros e as Secretarias de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos e da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. Inclusive com as tratativas com BB e assinatura do contrato de Correspondente Bancário no país para inclusão de projetos de PRONAF. 2018 Articulação com os agentes financeiros e as Secretarias de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos e da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. Além das tratativas com BRB e BB, com este último, em especial para operacionalização do Correspondente Bancário agronegócio para acolhimento dos projetos de PRONAF. 2019 Articulação com os agentes financeiros, com a Secretaria de Estado do Trabalho e a Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. Além das tratativas com o BRB e o Banco do Brasil para a operacionalização das demais linhas de Crédito Rural do Manual de Crédito Rural do Banco Central.

Contribuição Para o Alcance do Objetivo Específico

Orientações constam no item 5.1.5 das instruções (texto limitado a **80 linhas** por objetivo específico).

Em termos de política agrícola de fomento, prestamos serviços na divulgação, elaboração e acompanhamento técnico dos projetos de crédito, além de verificar o andamento destes, junto aos agentes financiadores, sendo um instrumento facilitador no acesso ao crédito. Neste ano de 2017, ainda existem reflexo dos problemas relacionados à crise econômica vivida pelo País, o acesso ao crédito rural pelos produtores foi diminuído devido a dificuldades como garantias, endividamento e insegurança para investimento, dentre outros. Destaca-se a oferta de crédito pelas linhas do Governo do Distrito Federal onde foram contratados cerca de 250 projetos do Prospera, totalizando cerca de R\$ 4.230.000,00 e Fundo de Desenvolvimento Rural – FDR com a contratação de 19 projetos, totalizando cerca de R\$ 2.450.000,00 enquanto no ano de 2016 os números eram de 250 projetos do Prospera, no valor de R\$ 4.400.000,00, e 15 projetos no FDR no valor de R\$ 1.873.296,03. Os principais itens financiados são custeio agropecuário, matrizes bovinas, veículos utilitários, estufas agrícolas, dentre outros, possibilitando um efeito multiplicador nas variáveis macroeconômicas como geração de renda e aumento no consumo.

2018

Em termos de política agrícola de fomento, prestamos serviços na divulgação, elaboração e acompanhamento técnico dos projetos de crédito, além de verificar o andamento destes, junto aos agentes financiadores, sendo um instrumento facilitador no acesso ao crédito. Neste ano de 2018, ainda, reflexo dos problemas relacionados à crise econômica e à crise hídrica ocorrida no Distrito Federal, o acesso ao crédito rural pelos produtores foi diminuído, devido a dificuldades como garantias, endividamento, insegurança para investimento, utilização da água, dentre outros. Destaca-se a oferta de crédito pelas linhas do Governo do Distrito Federal onde foram contratados cerca de 190 projetos do Prospera, totalizando cerca de R\$ 3.327.000,00 e Fundo de Desenvolvimento Rural – FDR com a contratação de 13 projetos, totalizando cerca de R\$ 915.000,00. Os principais itens financiados são custeio agropecuário, matrizes bovinas, veículos utilitários, estufas agrícolas, dentre outros, possibilitando um efeito multiplicador nas variáveis macroeconômicas como geração de renda e aumento no consumo.

2019

A EMATER-DF presta serviços de divulgação, elaboração e acompanhamento técnico dos projetos de crédito, bem como verifica o andamento destes junto aos agentes financiadores, sendo um instrumento facilitador no acesso ao crédito. No exercício de 2019, percebemos um esboço de retomada do setor, após todos os problemas relacionados à crise econômica e à crise hídrica ocorrida no Distrito Federal, no qual foram contratados 209 projetos do Prospera, totalizando o valor de R\$ 4.520.000,00 e o Fundo de Desenvolvimento Rural (FDF) com a contratação de 15 projetos, totalizando o valor de \$ 1.410.000,00. Os principais itens financiados são custeio agropecuário, matrizes bovinas, estufas agrícolas, dentre outros itens, possibilitando um efeito multiplicador nas variáveis macroeconômicas, como a renda e o consumo.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

002 – BRASILIA CRIATIVA: Promover o desenvolvimento econômico e territorial sustentável de Brasília, por meio do fortalecimento das cadeias e arranjos produtivos intensivos em economia criativa, visando projeção da cidade como polo de inovação, criatividade, cultura e turismo.



UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

20.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO, INOVAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SEDICT

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

Orientações constam no item 5.1.2 das Instruções

Análise Quantitativa

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNIDADE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% de Alcance Total (E/A)
6207	2	4	Capacitar 200 Artesões Rurais nos aspectos da Produção, da Gestão e da Comercialização do Artesanato. (EMATER)	14203	200	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	88	187	358	341	

Análise Qualitativa (limitado a 15 linhas por meta)

4. Capacitar 200 Artesões Rurais nos aspectos da Produção, da Gestão e da Comercialização do Artesanato. (EMATER)

2016

Foram realizadas diversas ações utilizando métodos coletivos de extensão rural como: oficinas, cursos, reuniões, palestras com o objetivo de capacitar o público rural que se dedica ao artesanato em técnicas de artesanato, qualificação, organização e gestão.

Os artesãos são acompanhados nas comunidades rurais onde os trabalhos com recursos naturais, em retalhos, bordados e bonecas de tecidos, predominam. Os produtores participaram de espaços de comercialização (feiras, exposições), proporcionando inclusão social e econômica.

2017

A Emater-DF deu continuidade a capacitação ao artesanato, principalmente incentivando os trabalhos com recursos naturais existentes na localidade e produtos com tecidos, linhas e bordados tradicionais da cultura brasileira. Além de apoio e capacitação aos (às) artesãos (ãs) da área rural do DF na produção e qualificação, também apoiou na busca de mercado para comercialização de seus produtos e inserção nas políticas públicas. Frente aos trabalhos realizados neste segmento foram alcançados os

seguintes resultados: 227 pessoas atendidas e 99 pessoas capacitadas com repetição em técnicas do artesanato, qualificação, e organização 28 pessoas encaminhadas para comercialização em feiras e eventos, gerando o montante de R\$ 32.954,00 de renda bruta.

2018

Em 2018 a EMATER-DF deu continuidade na capacitação ao artesanato, principalmente incentivando os trabalhos com recursos naturais existentes na localidade, tais como tecidos, linhas e bordados tradicionais da cultura brasileira. Além do apoio e capacitação aos artesãos da área rural do Distrito Federal na produção e qualificação. Também apoiou na busca de mercado para a comercialização de seus produtos e inserção nas políticas públicas. Frente aos trabalhos realizados neste segmento, foram alcançados os seguintes resultados: 207 pessoas atendidas e 83 pessoas capacitadas com repetição em técnicas do artesanato, qualificação e organização e 28 pessoas encaminhadas para comercialização em feiras e eventos, gerando o montante financeiro de R\$ 37.862,00 de renda bruta.

2019

No exercício de 2019 foram realizadas capacitações e apoio aos artesãos da área rural do Distrito Federal, por meio de cursos, pontos de comercialização dos produtos e inserção nas políticas públicas. O resultado dos trabalhos realizados foram 5.103 atendimentos, beneficiando 788 pessoas atendidas (orientadas) em visitas a campo e 71 pessoas capacitadas em oficinas de capacitação em técnicas do artesanato, qualificação, organização, noções de gestão e comercialização em feiras e eventos, auferindo o montante de R\$ 37.644,00 de renda.

Para uma correta interpretação da análise quantitativa, informamos que os dados corretos estão informados na tabela abaixo:

Forma de apuração	2016	2017	2018	2019
Acumulada	88	187	270	341

O motivo da correção se deve ao fato que houve uma interpretação incorreta ao tabular os dados quanto a forma de apuração (acumulada ou anual).

Contribuição Para o Alcance do Objetivo Específico

Orientações constam no item 5.1.5 das instruções (texto limitado a **80 linhas** por objetivo específico).

O artesanato é uma das opções de geração de renda que as famílias rurais têm à sua disposição, sendo igualmente uma atividade ocupacional e de lazer. Atualmente existem famílias da área rural que tem o artesanato como renda principal e para outras famílias é apenas uma renda complementar no orçamento.

As ações são realizadas no sentido de gerar alternativas que auxiliem na inclusão dos agricultores no processo produtivo, bem como ao estímulo do artesanato, atividade geradora de renda que proporciona a inserção social e a autonomia de mulheres, idosos jovens e agricultores familiares. Nessa área de atuação, é comum a utilização de materiais existentes dentro da propriedade rural para a fabricação dos produtos, como vasos e esculturas em barro, cachepos, bolsas, caixas e diversos outros produtos feitos com fibra de bananeira, flores e sementes do Cerrado. Trabalhar a qualidade do produto para que seja aceito no mercado preservar o valor agregado pelo conteúdo cultural são as premissas para introdução de produtos no mercado; desse modo, permite – se que as pessoas envolvidas produzam produtos com qualidade e com potencial para comercialização.

2018

O Artesanato tem por tradição ser uma produção de caráter familiar, gerador de renda, fator de inserção de membros da família rural na atividade produtiva, além de ser uma atividade ocupacional e de lazer. Além do apoio e capacitação aos artesãos da área rural do Distrito Federal na produção e qualificação para a inserção no mercado de forma competitiva, a EMATER-DF também busca por pontos de comercialização dos produtos e a inserção nas políticas públicas. Cabe salientar que a EMATER-DF prima pelo incentivo aos trabalhos com recursos naturais, existentes na localidade do artesanato, tais como tecidos e linhas para a produção de bordados tradicionais da cultura brasileira. Importante ressaltar que a produção artesanal é também um resgate da cultura e dos saberes da comunidade rural.

2019

O Distrito Federal apresenta uma produção artesanal diversificada de caráter familiar o que fortalece a cultura e os saberes da comunidade rural e, além disso, evidencia o aproveitamento de matérias primas típicas do Cerrado. Neste sentido, a EMATER-DF incentiva o aprimoramento na realização de trabalhos produzidos com recursos naturais existentes na região, como por exemplo, produtos com tecidos, linhas e bordados tradicionais da cultura brasileira. O artesanato tanto pode representar a renda principal de uma família, como também ser uma fonte de renda complementar, o que colabora com a inserção de membros da família numa atividade produtiva, ocupacional e de lazer. A EMATER-DF apoia e capacita artesãos da área rural do Distrito Federal com foco na produção e qualificação dos artesãos, de maneira a auxiliar a comercialização dos produtos.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

004 – ECONOMIA RURAL: Consolidar as cadeias produtivas rurais, incentivando a criação e desenvolvimento de empreendimentos, parcerias e agregação de valor a produção e a comercialização no Distrito Federal e RIDE.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

14.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL - SEAGRI

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

Orientações constam no item 5.1.2 das Instruções

Análise Quantitativa

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% de Alcance Total (E/A)
-------------	------------	------------	------	------------------	-------------------------	-------------------	----------------------	-----------	-------------	-------------	-------------	-------------	--------------------------------

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% de Alcance Total (E/A)
6207	4	1	Adequar e manter 1.300 km de estradas rurais de terra; (SEAGRI)	14101	1.300	KM	ACUM	MAIOR, MELHOR	428	741	796	2.923	
6207	4	2	Implantar 02 polos agroindustriais no DF; (SEAGRI)	14101	2	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	0	0	
6207	4	3	Ampliar em 75% a participação de agricultores familiares do DF no Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE; (SEAGRI)	14101	75	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	25	53,5	303	651,5	
6207	4	4	Ampliar em 60% a participação de agricultores familiares e atender as 151 entidades sócioassistenciais por meio desse programa (PAA); (SEAGRI)	14101	60	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	45	29	49	207,4	
6207	4	5	Ampliar em 230% a participação de agricultores familiares do DF no Programa de Aquisição da Produção da Agricultura – PAPA/DF; (SEAGRI)	14101	230	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	85	556	-93,14	110,46	
6207	4	6	Atender 100% das famílias de agricultores familiares; (EMATER)	14203	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100	100	100	
6207	4	7	Capacitar 10.000 beneficiários de ATER; (EMATER)	14203	10.000	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	5.594	10.933	15.053	20.001	
6207	4	8	Implantar unidades de validação de tecnologia; (EMATER)	14203	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	23,33	100	100	100	
6207	4	9	Criar e implementar a Certificação de Excelência para propriedades rurais (SEAGRI/EMATER);	14101/ 14203	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100	100	100	
6207	4	10	Ampliar para 2800 o número de propriedades rurais em transição agroecológica, orgânicas e de base agroecológica; (EMATER)	14203	2.800	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	1.474	1.474	4.467	1.870	

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% de Alcance Total (E/A)
6207	4	11	Implementar e realizar assistência técnica em hortas escolares, assistenciais, hospitalares e comunitárias; (EMATER)	14203	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100	100	100	
6207	4	12	Construir, ampliar e reformar unidades de apoio para a área rural (SEAGRI/ EMATER/ CEASA);	14101/ 14202/ 14203	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	73,8	10	
6207	4	13	Fazer com que o CEASA funcione mais dias por semana para o produtor rural; (CEASA)	14202	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100	100	100	
6207	4	14	Construir nova unidade da CEASA; (CEASA)	14202	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	10	10	10	
6207	4	15	Alcançar equilíbrio econômico financeiro da CEASA; (CEASA)	14202	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100	100	100	
6207	4	16	Reestruturar o organograma, visando a eficiência operacional e aumento da capacidade de gestão para entrega de resultados à sociedade. (CEASA)	14202	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	20	20	20	20	

Análise Qualitativa (limitado a 15 linhas por meta)

1 - Adequar e manter 1.300 km de estradas rurais de terra; (SEAGRI)

2016

Dentro da disponibilidade de máquinas da SDR e a demanda existente de adequação e manutenção em 2016, foi possível executar a meta. Execução direta de adequação e manutenção de estradas rurais ultrapassando a meta anual de 350 km (foi 428 km, o que se justifica pela maior disponibilidade de equipamentos não previstos anteriormente). Foram entregues equipamentos agrícolas para as Administrações Regionais, por meio de transferência de patrimônio da Seagri, sendo para a A.R. de São Sebastião (17 equipamentos novos e 03 usados), e A.R. de Brasília (09 novos e 06 usados) para atendimento de serviços diversos à produtores rurais do Distrito Federal.

2017

Apesar da disponibilidade de máquinas da SDR e a demanda existente de adequação e manutenção em 2017, foram executados 89% da meta anual. Este resultado é consequência de paralização dos serviços de campo por duas vezes nos meses de agosto e outubro, com duração total de 35 dias, devido à exaustão da cota mensal de combustível e a demora na liberação de cota extra.

2018

No ano de 2018, apesar da continuidade dos problemas relativos ao abastecimento das máquinas no primeiro semestre, tivemos cerca de 70% da frota de estradas operacional ao longo de todo ano, o que possibilitou o alcance apresentado. Outro aspecto a ser considerado foi o início do funcionamento da Patrulha de Estradas da Porteira Para Dentro, em 07 de julho de 2018, e que executou a manutenção de 123 Km de estradas internas às propriedades rurais das regiões do Paranoá e São Sebastião.

2019

As ações de manutenção e adequação de estradas em 2019, ocorreram em duas frentes, estradas internas às propriedades rurais, pela Patrulha do Porteira Para Dentro, e estradas do Sistema Rodoviário do DF – SRDF e estradas vicinais pelo Polo Rural, grupo composto pelos Distritos Rodoviários do DER e SEAGRI. Essas configurações juntamente com a regularidade do abastecimento, decorrente da disponibilidade ininterrupta de combustível e o desempenho do contrato corporativo para a manutenção de veículos e máquinas ao longo do ano, possibilitou a plena expressão da capacidade de trabalho da frota de serviços da SEAGRI.

Para uma correta interpretação da análise quantitativa, informamos que os dados corretos estão informados na tabela abaixo:

Forma de apuração	2016	2017	2018	2019
Acumulada	428	1.169	1.965	2.923

O motivo da correção se deve ao fato que houve erro na transcrição dos dados quanto a forma de apuração, acumulada ou anual.

2 - Implantar 02 polos agroindustriais no DF; (SEAGRI)

2016

Em 2016, foram feitas as Notas Técnicas e foram publicados os Decretos do GDF- D.O., referentes a implantação dos 02 Polos, PAD-DF/ Decreto Nº 37937 de 30/12/2016 e Rio Preto/ Decreto Nº 37861 de 16/12/2016. Os desafios de implementação estão relacionados ao perfil do projeto, que tem características únicas, o que gerou atraso inicial em discussões e metodologias a serem aplicadas, porém haverá o alcance de implantação que foram planejados e abertos os processos. Foram feitas as reuniões nas comunidades onde foram elaboradas e discutidas apresentações conceituais e obtidos os direcionamentos. O Prazo de implantação dos Polos será PAD-DF até 20/10/2017 e Rio Preto até fevereiro de 2018. Foram colhidas propostas para aperfeiçoamento dos projetos em 2017, com bases no anseio público e visando à implantação.

2017

O Caderno Técnico de apresentação do Projeto para implantação do Polo do PAD/DF foi submetido ao Instituto Brasília Ambiental – IBRAM/DF, em março de 2017, a fim de que seja elaborado o Termo de Referência para o Licenciamento de parcelamento do solo. De forma a complementar a documentação supracitada, foi encaminhado o recibo do cadastro Ambiental Rural em setembro de 2017. Destaca-se que o prosseguimento das ações depende da apresentação do Termo de Referência que está sendo elaborado pelo IBRAM/DF.

2018

No ano de 2017, foram realizados levantamentos de dados necessários à execução dos projetos técnicos e encaminhada a solicitação de licenciamento prévio do parcelamento do Polo Agroindustrial do PAD-DF, ao IBRAM.

No ano de 2018, após realização de estudo da área e definição das demandas esperadas de água, foram solicitadas e obtidas, da ADASA, a outorga prévia dos poços necessários à operação das agroindústrias esperadas. Foram concluídos os projetos técnicos básicos dos Polos Agroindústrias do PAD-DF e do Rio Preto. O projeto do Polo do PAD-DF foi encaminhado ao IBRAM, que solicitou a apresentação de projeto de drenagem das vias internas, o qual deve ser finalizado em abril de 2019. Após o Licenciamento, pelo IBRAM, será feita audiência pública e lançado o edital de licitação dos lotes agroindústrias do Polo do PAD-DF. A solicitação de licenciamento do Polo do Rio Preto deverá ser encaminhada ao IBRAM, em maio de 2019. Espera-se fazer a licitação e contratação dos lotes de ambos os polos ainda no ano de 2019. [☞ processo para implantação dos 02 polos agroindustriais encontram-se O processo para implantação dos 02 polos agroindustriais encontra-se com 50% executado.](#)

2019

Tendo em vista a mudança de Governo, o ritmo de trabalho foi prejudicado, nos primeiros meses do ano de 2019, pela movimentação e renomeação dos novos responsáveis pelas tarefas em andamento nas diversas entidades do GDF. No que se refere ao Polo Agroindustrial do PAD-DF, apenas em maio de 2019, o DER/DF entregou o projeto de drenagem das vias internas, item exigido para o Licenciamento Ambiental do empreendimento. Após a submissão do projeto, o IBRAM exigiu a apresentação de um Relatório de Supressão Vegetal e o pagamento de Taxa de Licenciamento no valor de 38 mil reais. Por falta de recursos no orçamento da SEAGRI, essas exigências estão em negociação com aquele Instituto. As alternativas de acesso às duas áreas do Polo do PAD-DF, via DF-130 e BR-251, têm sido estudadas e discutidas com o DER e o DNIT, responsáveis pelas duas rodovias. Em outubro de 2019, foi solicitada ao DNIT autorização para construção de um acesso único, a partir da BR-251. Até o momento não obtivemos resposta. Quanto ao Polo do Rio Preto, apesar do projeto técnico estar finalizado, continua em estudo a alteração do lay-out e destinação dos lotes. Apesar do pequeno avanço nas etapas, existe a possibilidade de se realizar a licitação e contratação dos lotes empresariais, em ambos os Polos, até dezembro de 2020. Execução da implantação dos Polos Agroindustriais: PAD-DF com 60%; e Rio Preto com 30%.

3 - Ampliar em 75% a participação de agricultores familiares do DF no Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE; (SEAGRI)

2016

No Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, foi realizado, em 2015 para execução no exercício seguinte, a Chamada Pública 001/2015 SEDF, para aquisição de gêneros alimentícios com o objetivo de atender o Projeto Piloto. Tal Projeto tinha como objetivo de identificar todos os eventuais entraves para efetiva execução do Programa. Ele foi realizado na regional de ensino do Recanto das Emas, atendendo 26 escolas da rede pública, com valor de R\$ 361.000,00 e foram selecionadas 01 cooperativa e 01 associação de agricultores familiares. Identificada e sanadas as dificuldades, foi lançada a Chamada Pública 004/2016 SEDF para atendimento de 06 regionais de ensino, 186 escolas e um montante financeiro de R\$ 6.100.000,00. Foram selecionados para essa chamada 07 associações e cooperativas, sendo atendidos por elas 308 agricultores familiares.

Portanto, em 2016 foram atendidos 250 agricultores familiares pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar, tendo um acréscimo de 25% além da meta proposta para esta política em 2016.

2017

Foi lançada a Chamada Pública 004/2016 SEDF, executado em 2017, para atendimento de 06 regionais de ensino, 186 escolas e um montante financeiro de R\$ 6,1 milhões. Foram selecionados para essa chamada 07 associações e cooperativas, sendo atendidos 308 agricultores familiares.

2018

O Distrito Federal recebe anualmente do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE, um volume financeiro da ordem de 40 milhões de reais. Este recurso é repassado para a SEEDF como objetivo de complementar a alimentação escolar. Destes 40 milhões de reais, 30% devem ser adquiridos diretamente da agricultura familiar. Por muito tempo, este limite mínimo de 30% não foi destinado à aquisição da agricultura familiar local, reduzindo-se as oportunidades no mercado institucional. Esta realidade, por meio de muito trabalho e cooperação entre as Secretarias de Educação, de Agricultura e da EMATER-DF, tem mudado, e o agricultor familiar do DF e da RIDE tem tido uma participação expressiva no programa. No último ano (2017/2018) publicou-se chamada de mais de 13 milhões de reais sendo atendida em 12 milhões. Com mais de 600 agricultores familiares participando, por meio de 12 organizações sociais da agricultura familiar, foi alcançado 10 regionais de ensino com 397 escolas e aproximadamente 270 mil alunos da rede pública de ensino. Este programa em muito superou a meta inicial, o que ajudou a mitigar a baixa no resultado final.

Com expectativa de superar a chamada pública anterior no que se refere ao limite financeiro, em aproximadamente 30%, atendendo a 100% das regionais de ensino do distrito federal e mais de 500 mil alunos, será possível contribuir ainda mais com o desenvolvimento econômico da agricultura no DF e melhorar substancialmente a qualidade da alimentação dos alunos da rede pública.

O trabalho do Grupo de Acompanhamento, criado por meio de portaria conjunta, SEE-DF/SEGRI-DF de nº 3/2014, contribuiu de forma significativa para o desempenho do programa. Com o desenvolvimento de projeto piloto para entendimento dos processos de compras de alimentos pela Secretaria de Educação, foram essenciais para grande sucesso desta empreitada. A meta foi superada em 228%. O número de agricultores participantes no ano de 2018 foi de 607 e para 2019 estima-se um aumento ainda mais significativo.

2019

Para este ano foi realizada a chamada pública 001/2019 para aquisição de 18,9 milhões de reais em frutas, legumes e verduras produzidas pela agricultura familiar. Foram selecionadas 16 organizações da agricultura familiar, sendo 12 do Distrito Federal e 04 da RIDE. Foram executados neste ano de 2019, 12,9 milhões de reais. Participaram no mínimo 945 agricultores familiares para a distribuição de alimentos nas 14 regionais de ensino do Estado.

Para uma correta interpretação da análise quantitativa, informamos que os dados corretos estão informados na tabela abaixo:

Forma de apuração	2016	2017	2018	2019
Acumulada	25	78,5	381,5	651,5

O motivo da correção se deve ao fato que houve erro na transcrição dos dados quanto a forma de apuração, acumulada ou anual.

4 - Ampliar em 60% a participação de agricultores familiares e atender as 151 entidades sócioassistenciais por meio desse programa (PAA); (SEAGRI)

2016

No Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, na modalidade Termo de Adesão, em 2016 foi realizado um edital, PAA/TA 001/20016, de chamamento público pela SEAGRI para cadastramento dos agricultores familiares interessados em aderir ao Programa. Foram 983 agricultores familiares cadastrados nesta proposta de participação. Para o público beneficiário consumidor foram cadastradas, em 2016, 112 entidades socioassistenciais com público assistidos por elas de 32 mil pessoas. Para

este ano, 2017, haverá um incremento de cerca de 20% das entidades, sendo atendido mais de 37 mil pessoas. No PAA modalidade Compra Institucional participaram 111 Agricultores Familiares, na modalidade CONAB participaram 47 Agricultores Familiares. O número total de famílias de agricultores familiares atendidos em 2016 é da ordem de 1.138. Com isso, obtivemos um acréscimo de 4% acima da meta estabelecida de atendimento à agricultores familiares.

2017

No Programa de Aquisição De Alimentos – PAA, na modalidade Termo de Adesão, em 2017 foi aberto um edital de chamamento público, PAA/TA 001/2017, pela Seagri para cadastramento dos agricultores familiares interessados em aderir ao Programa. Foram 1.014 agricultores familiares cadastrados nesta proposta de participação. Para o público beneficiário consumidor foram cadastradas, em 2017, 126 entidades socioassistenciais com público assistidos por elas de 30 mil pessoas.

2018

No âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos por termo de adesão PAA/TA, os recursos repassados não foram ampliados conforme esperado. Apesar disso, e contando com outras modalidades do PAA como o CDS/Conab e Compra Institucional, ainda conseguimos auferir um crescimento de 39% sobre o marco inicial, mantendo o atendimento a mais de 32 mil pessoas em estado de insegurança alimentar e nutricional, por meio das compras de alimentos provenientes da agricultura familiar. Foram 1.169 agricultores habilitados para a comercialização no ano de 2018. Contamos ainda com programas como o Programa de Coleta e Distribuição de Alimentos e o Programa Desperdício Zero para promoção da segurança alimentar e nutricional destas pessoas.

2019

No Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, para o ano de 2019 o índice ficou abaixo do esperado, pois só houve aporte de recursos vindo do Ministério da Cidadania em novembro. Devido ao fato, trabalhamos em 2019 com o montante financeiro disponibilizado em 2018. Também, no último ano não recebemos os relatórios do PAA Compras Institucionais, programa esse coordenado pela Ministério da Cidadania. No entanto, no quadriênio de 2016 a 2019, foram cadastrados no PAA/TA 1.605 agricultores, ou seja, 128,4 % de participações superior à meta. Para o público recebedor, ou seja, as entidades assistenciais, foram atendidas pelo Banco de Alimentos de Brasília em 2019, 185 entidades com público de 34 mil pessoas e no quadriênio foram 204 entidades sociais.

Para uma correta interpretação da análise quantitativa, informamos que os dados corretos estão informados na tabela abaixo:

Forma de apuração	2016	2017	2018	2019
Acumulada	45	74	123	207,4

O motivo da correção se deve ao fato que houve erro na transcrição dos dados quanto a forma de apuração, acumulada ou anual.

5 - Ampliar em 230% a participação de agricultores familiares do DF no Programa de Aquisição da Produção da Agricultura – PAPA/DF; (SEAGRI)

2016

No Programa de Aquisição da Produção da Agricultura – PAPA/DF foram realizadas 05 chamadas públicas, nas quais participaram 63 Agricultores Familiares – AF. O resultado obtido foi abaixo do esperado, pois a demanda dos órgãos do Executivo por produtos da agricultura familiar foi abaixo do que em anos anteriores. No entanto, cabe ressaltar que, apesar do número de chamadas públicas terem sido menor, foram negociados R\$ 2.041.886,68, para uma aquisição de 495 toneladas de alimentos. Desta maneira, o número de agricultores familiares participantes no PAPA/DF não deve ser observado de maneira isolada para mensurar o desempenho do programa, pois

diante de um cenário de crise a injeção de mais de dois milhões de reais na área rural do DF é um resultado expressivo, participaram 63 Agricultores Familiares – AF. Ampliou-se 85% até 2016 a participação de agricultores familiares do DF no Programa de Aquisição da Produção da Agricultura – PAPA/DF.

2017

No Programa de Aquisição da Produção da Agricultura – PAPA/DF foram realizadas 08 chamadas públicas, nas quais participaram 178 Agricultores Familiares – AF. Foram negociados R\$ 8.412.634,08, para uma aquisição de 2.528 toneladas de alimentos.

2018

Criado em 2012 pelo governo do Distrito Federal, este programa permite que os órgãos do executivo do Estado adquiram produtos diretamente da agricultura familiar por meio de edital de chamada pública. O programa se desenvolveu de forma muito satisfatória, movimentando mais de 20 milhões de reais em um único ano, porém com as dificuldades financeiras que o país tem enfrentado nos últimos anos, houve uma sensível redução no volume adquirido. Contratantes como a então SEDES, antiga SEDEST MIDTH, frustrou, com a justificativa de ausência de orçamentos, contrato da ordem de 7,5 milhões de reais para fornecimento da agricultura familiar a programas como o PROVISAN, que destinava alimentos, em caráter emergencial, às famílias em estado de insegurança alimentar. Este cenário, que não se restringiu a parceria com a SEDES, contribuiu para frustração da meta estipulada.

2019

O Programa de Aquisição da Produção da Agricultura - PAPA criado pela Lei criado em 2012 pela Lei Distrital nº 4.725/2012 e regulamentado no mesmo ano pelo Decreto Distrital nº 33.642/2012, tem como objetivo fomentar o desenvolvimento socioeconômico da agricultura familiar e ainda promover a segurança alimentar e nutricional daqueles que encontram-se em estado de vulnerabilidade. No ano de 2019 foram realizadas 3 Chamadas Públicas movimentando um total de R\$ 2.506.386,10. Pela contratante SEDES em sua Chamada Pública de 2019 houve uma previsão de distribuição de 96.000 cestas verdes destinada às famílias em estado de insegurança alimentar. Em atendimento a recurso orçamentário e financeiro disponibilizado por meio de Emenda Parlamentar para fomentar a comercialização de produtos da agricultura familiar e promoção da segurança alimentar e nutricional de indivíduos em situação de vulnerabilidade social, também foram distribuídos 58.520kg entre gêneros alimentícios diversos (Verduras e Legumes, Folhosas, Tubérculos, Frutas, Pães, Bolos e Biscoitos).

Para uma correta interpretação da análise quantitativa, informamos que os dados corretos estão informados na tabela abaixo:

Forma de apuração	2016	2017	2018	2019
Acumulada	25,2	84,53	87,96	110,46

O motivo da correção se deve ao fato que houve erro na transcrição dos dados quanto a forma de apuração, acumulada ou anual.

6. Atender 100% das famílias de agricultores familiares; (EMATER)

2016

Em 2016, foram atendidos 7.931 beneficiários de ATER classificados como familiares, sendo 55.737 atendimentos individuais. As atividades são voltadas para o desenvolvimento humano e social, produção agropecuária, negócios, gestão ambiental, desenvolvimento de agroecologia e atividades não agrícolas, como turismo rural, artesanato e agroindústria.

2017

Foram atendidos 7.627 beneficiários familiares de ATER, sendo 83.172 atendimentos individuais. As atividades são voltadas para os eixos temáticos ambiental, social e econômico, nos aspectos de desenvolvimento da produção agropecuária, desenvolvimento humano e social, desenvolvimento da agricultura orgânica e agroecologia, de comercialização através das atividades das compras institucionais, de turismo, artesanato e agroindústria, gestão de propriedades rurais, adequação ambiental, dentre outras inúmeras atividades voltadas para as políticas públicas do Governo do Distrito Federal e do Governo Federal.

2018

Em 2018 foram atendidos 6.165 beneficiários familiares de ATER, totalizando 77.174 atendimentos individuais. As atividades estão voltadas para os eixos temáticos ambiental, social e econômicos nos aspectos de desenvolvimento da produção agropecuária, desenvolvimento humano e social, desenvolvimento da agricultura orgânica e agroecologia, de comercialização através das atividades das compras institucionais, de turismo, artesanato e agroindústria, gestão de propriedades rurais, adequação ambiental, dentre outras inúmeras atividades voltadas para as políticas públicas do Governo do Distrito Federal e do Governo Federal. Houve um trabalho voltado a 500 famílias de produtores rurais familiares, através de um Instrumento Específico da ANATER, onde ações foram focadas a esse público.

2019

Em 2019 foram atendidos 7.161 beneficiários de ATER, totalizando 89.728 atendimentos individuais a esse público. As atividades estão voltadas para os eixos temáticos ambiental, social e econômicos nos aspectos de desenvolvimento da produção agropecuária com enfoque nas cadeias produtivas de olericultura, floricultura, avicultura, bovinocultura e piscicultura, além do desenvolvimento da agricultura orgânica e da agroecologia, de comercialização através das atividades das compras institucionais, do desenvolvimento humano e social, atividades à adequação ambiental tem sido bastante difundidas pela EMATER-DF, dentre outras inúmeras atividades voltadas para as políticas públicas do Governo do Distrito Federal e do Governo Federal. A EMATER-DF deu continuidade ao trabalho voltado as 500 famílias de produtores rurais familiares, objeto do Instrumento Específico da Agência Nacional de Extensão Rural (ANATER), focando em ações voltadas a este público.

7. Capacitar 10.000 beneficiários de ATER; (EMATER)

2016

No ano de 2016 foram capacitadas 5.594 pessoas em gestão de negócios, nos aspectos do desenvolvimento da produção agropecuária, do desenvolvimento humano e social, da gestão ambiental, do desenvolvimento da agroecologia e de atividades não agrícolas (artesanato e agroindústria), visando colaborar com o desenvolvimento e o aprimoramento das habilidades e vocações do agricultor.

2017

Foram capacitados 5339 beneficiários de ATER nos eixos temáticos social, ambiental e econômico, visando o aprimoramento e desenvolvimento de habilidades de toda família rural atendida pela Emater-DF.

2018

No ano 2018 foram capacitados 4.120 beneficiários de ATER nos eixos temáticos social, ambiental e econômico, visando o aprimoramento das habilidades individuais do indivíduo, bem como ações de capacitação com espectro coletivo, como associações e cooperativas do Distrito Federal e RIDE.

2019

No Exercício de 2019 foram capacitados 4.948 beneficiários de ATER nos eixos seguintes eixos temáticos: social, ambiental e econômico, visando o aprimoramento das habilidades individuais do indivíduo. Destacamos capacitações nas áreas de desenvolvimento da produção agropecuária, do desenvolvimento humano e social, da gestão ambiental, do desenvolvimento da agroecologia, artesanato e agroindústria, dentre outras, sempre pensando no desenvolvimento e no aprimoramento das habilidades e vocações do agricultor.

8. Implantar unidades de validação de tecnologia; (EMATER)

2016

A unidade de validação de tecnologia é importante para transformar a tecnologia em inovação, ou seja, para que as pesquisas geradas nas instituições de pesquisa/ensino sejam testadas, avaliadas e adaptadas a realidade do público beneficiário. É importante a criação e manutenção das redes de inovação sendo firmadas parcerias entre várias instituições e o público beneficiário. Segue as unidades implementadas em 2016:

- UPPO – Unidade Participativa de Produção de Leite Orgânico – 1 unidade – local: Agrobrazilia. Parceria com Embrapa Cerrados, MDA e Rede de inovação Tecnológica de produção de leite agroecológica (UFSC);
- Unidades de reprodução de cultivares de mandioca – 10 unidades – local: Agrobrazilia. Parceria com Embrapa Cerrados;
- Unidade de Experimentação e Demonstração de Pimenta – 01 unidade – Local: Agrobrazilia. Parceria com Embrapa Cerrados;
- Unidade de Experimentação e Demonstração de Maracujá Pérola – 01 unidade – Local: Agrobrazilia. Parceria com Embrapa Cerrados; e
- Unidade de Experimentação e Demonstração de Multicultivo (Banana e Café) – 01 unidade – Local: Agrobrazilia. Parceria com Embrapa Cerrados.

2017

Além das unidades já existentes, em 2017 foram implantadas 04 unidades demonstrativas de Integração Lavoura Pecuária Floresta – ILPF, sendo duas em propriedades de agricultores (uma em Planaltina-DF e a outra no PAD-DF) e duas na Fazenda Água Limpa da UnB. A área total das 4 unidades é de 40 Hectares. Outras 20 Unidades de avaliação e multiplicação de cultivares de mandioca, em parceria Emater-DF e Embrapa Cerrados, foram implantadas em 2017. Estas unidades foram planejadas a partir dos trabalhos desenvolvidos na REDE de INOVAÇÃO: Captar e sistematizar a oferta e demanda para novos conhecimentos em tecnologias rurais (Emater). Obs. A meta eram 8. Destas foram implantadas 6. Existem mais 8 para serem implantadas em 2018 além das 20 já relatadas.

2018

Neste ano as unidades demonstrativas de mandioca foram colhidas, avaliadas em termos de produtividade e qualidade de cozimento e as ramas redistribuídas aos pequenos produtores. Ainda este ano foram implantadas áreas de multiplicação na área demonstrativa da EMATER-DF no AgroBrasil para fornecimento de ramas aos produtores do DF e RIDE. Esta cultura é de grande relevância para algumas regiões administrativas do DF, a exemplo Sobradinho e Planaltina e está presente em mais de 1500 propriedades do DF.

Na área pecuária implantou-se uma unidade demonstrativa para uso de biotecnologia da reprodução (Inseminação por Tempo Fixo - IATF; e Transferência de Embrião in vitro) de forma a validar tecnologias avançadas aplicadas à pequenas propriedades rurais com sustentabilidade econômica e ambiental. Esta unidade foi realizada em parceria com a Embrapa Cerrados através do CTZL.

2019

Em 2019, novas unidades demonstrativas de mandioca foram instaladas e avaliadas em termos de produtividade e qualidade de cozimento e as ramas redistribuídas aos pequenos produtores em parceria com a Embrapa cerrados. Ainda em 2019, foram implantadas áreas de multiplicação na área demonstrativa da EMATER-DF na AgroBrasília para fornecimento de ramas aos produtores do DF e RIDE. Na área pecuária foi dada continuidade a implantação da unidade demonstrativa para uso de biotecnologia da reprodução (Inseminação por Tempo Fixo - IATF; e Transferência de Embrião in vitro) de forma a validar tecnologias avançadas aplicadas à pequenas propriedades rurais com sustentabilidade econômica e ambiental. Esta unidade foi realizada em parceria com a Embrapa Cerrados através do CTZL. Na área de fruticultura foi implantada as áreas de referência na Agrobrasilândia em parceria com a Cooperativa COOPADF para o desenvolvimento de tecnologias para a produção de uva e pitaya. Na área de Floricultura, foi implantada a unidade demonstrativa de produção de Gladiolos orgânicos. Na área de Agroecologia em parceria com a Secretaria de Agricultura (SEAGRI) foram implantadas unidades agroecológicas incluindo no Kit a produção de sementes orgânicas e um Kit de irrigação.

9 - Criar e implementar a Certificação de Excelência para propriedades rurais (SEAGRI/ EMATER);

2016

Em 2016 foi publicada, no DODF nº 128, a Portaria nº 35, de 12 de maio 2016, que instituiu o Programa de Boas Práticas Agropecuárias do Distrito Federal – Brasília Qualidade no Campo. O selo de Boas Práticas Agropecuárias – BPA vem para certificar as propriedades rurais produtoras de alimentos in natura, estimulando a produção de alimentos seguros, a promoção de ações que visam melhorar a qualidade sanitária da produção agrícola e proteger a saúde da população do Distrito Federal.

As Boas Práticas Agropecuárias são definidas como o conjunto de princípios, conceitos, práticas, tecnologias, métodos e recomendações técnicas apropriadas aos sistemas de produção de insumos, de animais e de alimentos aplicados e implementados em nível de campo a fim de fomentar e agregar valor às atividades agropecuárias e de promover a saúde e o bem-estar humano e animal.

Para obter a certificação do selo, o produtor interessado deve procurar a Seagri ou o escritório local da Emater mais próximo de sua cidade e assinar o Termo de Adesão e Compromisso, comprometendo-se a atender as exigências previstas pelo Programa. De posse do Termo de Adesão e Compromisso a Emater realiza a vistoria no estabelecimento rural e elabora o Plano de Adequação da Propriedade.

O BPA foi implementado em 02 de junho de 2016, foram elaborados 67 Planos de Adequação das Propriedades e 10 propriedades receberam a certificação. Também foram realizadas ações envolvendo qualificação e certificação de agricultores, resultou em 78 agricultores fomentados na transição agroecológica que anteriormente atuavam na produção convencional e foram feitas as concessões do Selo Brasília Alimento Seguro em 11 propriedades.

2017

A fim de certificar as propriedades rurais produtoras de alimentos in natura, foram realizadas, durante o ano de 2017, a adesão de 1.119 propriedades rurais, a elaboração de 11 projetos de adequação, a certificação de cinco propriedades e a realização de quatro cursos em Boas Práticas Agropecuárias.

EMATER - As ações em 2017 foram focadas em capacitações e orientações para promoção da produção de alimentos com qualidade higiênico-sanitária na adequação das propriedades rurais com vista a Certificação das propriedades do DF e resultaram em:

1.104 termos de adesão ao Programa Qualidade no Campo;

78 planos de adequação a propriedade elaborados;

03 propriedades com certificados de infraestrutura sendo 1 produção de leite, 1 orgânica e 1 hidropônica, totalizando 15 certificados.

88 propriedades com fossas implantadas.

2018

A meta referente à Criação e implementação da Certificação de Excelência para propriedades rurais foi alcançada no ano de 2016, onde foi publicada, no DODF nº 128, a Portaria nº 35, de 12 de maio 2016, que instituiu o Programa de Boas Práticas Agropecuárias do Distrito Federal – Brasília Qualidade no Campo. O selo de Boas Práticas Agropecuárias – BPA vem para certificar as propriedades rurais produtoras de alimentos in natura, estimulando a produção de alimentos seguros, a promoção de ações que visam melhorar a qualidade sanitária da produção agrícola e proteger a saúde da população do Distrito Federal. Assim, não houve nenhuma nova informação referente à criação da certificação. Porém, destaca-se que no ano de 2018 foram elaborados 54 Planos de Adequação das Propriedades rurais e 07 propriedades receberam a certificação.

Emater - Em 2018 o projeto de Qualidade dos Alimentos teve enfoque nos agricultores que entregam alimentos aos programas institucionais (PAA/PNAE) dando continuidade das ações do Programa Brasília Qualidade no Campo, programa em parceria com o Sistema Agricultura e a DIVISA que tem o intuito de promover as Boas Práticas Agropecuárias (BPA) na produção de alimentos in natura, com Certificação das propriedades.

Nossas ações foram focadas em capacitação e orientação, com foco na adequação e com vista à Certificação das propriedades rurais, totalizando:

499 termos de adesão ao Programa Qualidade no Campo;

66 planos de adequação a propriedade elaborados;

12 propriedades certificadas no Programa de Qualidade dos Alimentos ;

3.113 pessoas atendidas, sendo 6.142 atendimentos com repetição, considerando a realização dos seguintes métodos coletivos: campanhas, dias especiais, excursões, cursos e unidades de experimentação; e

197 agricultores e trabalhadores rurais capacitados em Boas Práticas Agrícolas para folhosas, raízes, frutos e de manejo adequado de agrotóxico.

2019

Em 2019, com a implantação do Programa de Boas Práticas Agropecuárias "Brasília Qualidade no Campo" que objetiva a certificação dos empreendimentos que se adequarem às metas estipuladas, ocorreu um incremento nas ações com esse objetivo e foram atendidas 809 pessoas, sendo 3.899 atendimentos com repetição, considerando 451 agricultores e trabalhadores rurais capacitados em Boas Práticas Agrícolas nos seguintes métodos coletivos: campanhas, dias especiais, excursões e cursos. Foram elaborados 106 planos de adequação da propriedade com a certificação de 07 propriedades no Programa de Boas Práticas Agropecuárias "Brasília Qualidade no Campo". Em 03 anos de programa, temos 30 propriedades certificadas e outras 172 que já estão implantando seu Plano de Adequação.

Mesmo com o cumprimento da meta estabelecida, ainda no ano de 2016, foram propostas ações para fortalecimento do Programa, como por exemplo:

- Concurso de Boas Práticas Agropecuárias (BPA) aos permissionários da Pedra na CEASA: Proposta de Concurso Público para premiar os permissionários do Espaço de Comercialização – Mercado Livre do Produtor na CEASA/DF que promovam as boas práticas agrícolas. O concurso destinar-se-á a divulgar o Programa Brasília Qualidade no Campo junto aos permissionários e consumidores do espaço de comercialização na pedra da Ceasa, gerar estímulo à adesão ao Programa, bem como melhorar a qualidade sanitária dos produtos ofertados na Ceasa. As propriedades serão avaliadas segundo aferição de conformidade estabelecida no Anexo IV da Portaria nº 35 de 12 de maio de 2016 (que institui o Programa Brasília Qualidade no Campo), sendo acrescido o item: cuidados higiênicos sanitários no transporte, boas práticas de comercialização e promoção de tecnologias inovadoras em BPAs. A propriedade rural que apresentar maior percentual de conformidade na categoria receberá premiação. Serão premiadas a 1º, 2º e 3º propriedade rural com maior percentual, em cada categoria. A

propriedade vencedora em cada categoria receberá instrumento de identificação da premiação a ser afixado no local de comercialização, com a finalidade de apresentar ao consumidor a propriedade vencedora.

- Expansão da certificação do Brasil Qualidade no Campo para cadeias de produção animal. Por demanda da cadeia produtiva e adequação para concessão do Selo Arte a certificação do Brasil Qualidade no Campo foi expandida para atendimento das cadeias produtivas do leite, suinocultura e piscicultura. Assim, são contempladas para certificação os estabelecimentos rurais produtores de olerícolas, frutas, grãos, leite, pescado e suínos.
- Estabelecimento da certificação em Bem-Estar Animal. Normatização e implementação da certificação em Bem-Estar Animal aos estabelecimentos rurais produtores de leite no Distrito Federal. A normatização foi validada junto ao Ministério da Agricultura.
- Além disso, foram realizadas: 70 emissões de planos de adequação da propriedade rural; emissão de 08 certificados e 08 selos em Boas Práticas Agropecuárias; e 84 propriedades vistoriadas.

10. Ampliar para 2800 o número de propriedades rurais em transição agroecológica, orgânicas e de base agroecológica; (EMATER)

2016

Houve apoio à transição agroecológica e à conversão para a produção orgânica por parte das instituições públicas, através de ações de assistência técnica e extensão rural agroecológica em todo o DF, envolvendo aspectos tecnológicos da produção, comercialização, aspectos sociais e ambientais. Estas ações resultaram em cerca de 400 agricultores com sistemas produtivos de base agroecológica, em processos de conversão para a produção orgânica e em mais de 210 agricultores(as) já certificados ou cadastrados(as) como orgânicos no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.

2017

Foram realizadas ações no sentido de certificar as propriedades em transição agroecológicas para atender à demanda crescente de produtos orgânicos e ainda abrir novas oportunidades de comercialização, através da abertura de novas feiras no DF para comercialização de tais produtos, incentivando novas modalidades de venda direta nos chamados circuitos curtos de comercialização. Outro mercado em ascensão para produtores familiares são as compras institucionais de produtos orgânicos, onde 116 produtores comercializaram a sua produção para o PNAE, PAA e PAPA-DF. Em 2017 a venda direta de produtos orgânicos ao consumidor aumentou 34%. Apesar da crise hídrica que afetou a produção agroecológica local, os esforços envidados para certificação, mudança da forma de reconhecimento da produção orgânica nas propriedades que tinham declaração de orgânico reconhecida pelo Ministério da Agricultura, culminaram ao final do ano em uma resposta positiva para o setor de produtos orgânicos local.

2018

Neste ano foram atendidos 1.519 beneficiários, sendo que as demandas de conhecimento mais procuradas foram: práticas agroecológicas sobre adubação verde e compostagem, manejo da fertilidade do solo, plantio e tratos culturais agroecológicos. Nesse contexto, além do público originário dos assentamentos sobre gestão, comercialização e mercado de produtos orgânicos. Em 2018 os extensionistas da EMATER-DF atenderam a 2.483 ações de extensão rural voltadas a práticas agroecológicas. No Distrito Federal, são produzidas 8.200 toneladas de hortaliças orgânicas.

2019



O programa de agroecologia e produção orgânica da EMATER-DF promoveu no ano de 2019 a adoção de princípios e práticas agroecológicas em propriedades rurais convencionais com vistas à sua transição para graus mais elevados de sustentabilidade e o aprimoramento da produção orgânica ou de base agroecológica. Práticas adotadas em cultivo e criações como o incremento da biodiversidade e agrobiodiversidade, produção in situ de biofertilizantes e composto orgânico, manejo ecológico do solo, controle biológico de pragas, homeopatia, resultaram em: melhores produtividades, maior conservação ambiental, redução de custos de produção, mais qualidade de vida no campo e na cidade. Adotou-se um protocolo de ATER agroecológica e para a produção orgânica, visando alcançar o público beneficiário do programa. Para isto, promoveu-se capacitação de 48 horas para os técnicos da EMATER-DF, denominada "Formação em princípios e práticas de agroecologia e produção orgânica". Envidou-se esforços para captar e executar mais de R\$ 2.000.000,00 em recursos do Governo Federal e do Distrito Federal com intuito de estruturar tecnologicamente as organizações sociais de base agroecológica ou de produção orgânica

Para uma correta interpretação da análise quantitativa, informamos que os dados corretos estão informados na tabela abaixo:

Forma de apuração	2016	2017	2018	2019
Acumulada	1474	1474	1519	1870

O motivo da correção se deve ao fato que houve erro na transcrição dos dados quanto a forma de apuração, acumulada ou anual.

11. Implementar e realizar assistência técnica em hortas escolares, assistenciais, hospitalares e comunitárias; (EMATER)

2016

A meta foi atingida e está diretamente relacionada com a disponibilidade de insumos, ferramentas, adubos e sementes aos participantes das atividades. Esses insumos estiveram disponíveis no ano de 2016, provenientes de convênio com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS firmado em 2011 e encerrado em novembro de 2016.

2017

A meta continua sendo atingida no ano de 2017, com as atividades de hortas escolares e hortas comunitárias. Foi concluído o segundo Curso Produção e Cultivo de Alimentos Saudáveis por meio da Hidroponia, numa parceria com a Fábrica Social (SEDESTMIDH), com a capacitação mais duas turmas de público urbano (25 participantes cada turma) iniciada no mês de setembro. Como subsídio à produção das hortas Escolares e Hortas Comunitárias foram disponibilizados insumos na forma de adubos, sementes, ferramentas e assistência técnica a 43 hortas escolares, beneficiando estimados 21.500 alunos, 03 hortas comunitárias e ainda 20 entidades assistenciais tais como centros de atendimento à população de rua (Centro POP), CAPS e centros de saúde. Além desses, também foram atendidas, 06 unidades de internação socioeducativas da Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do DF.

2018

Neste ano foram concluídos o terceiro e quarto curso de Produção e Cultivo Saudáveis com 25 participantes para cada turma. Como subsídio à produção das hortas escolares e hortas comunitárias foram disponibilizados insumos na forma de adubos, sementes, ferramentas e assistência técnica a 119 hortas escolares (escolas e creches), beneficiando, estimados 50.000 alunos, 02 hortas comunitárias e, ainda, 20 entidades assistenciais tais como centros de atendimento à população de rua (centro POP), CAPS, ONG's, além de hospitais e centros de saúde. Foram também atendidas 11 unidades da Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Distrito Federal.

2019

No exercício de 2019, além do foco principal do programa nas atividades de hortas escolares e hortas comunitárias, foi incluído o curso de jardinagem e cultivo de alimentos em meio urbano em parceria com a Fábrica Social (SETRAB) com a capacitação de 02 primeiras turmas de público urbano (25 participantes cada turma) e o curso de jardinagem em meio urbano para servidores do Jardim Botânico de Brasília, com 15 participantes, iniciado no mês de novembro. Como subsídio à produção das hortas escolares e hortas comunitárias foi disponibilizada assistência técnica a 113 hortas escolares e para algumas, devido a ausência de mais recursos, destas instituições também foi ofertado insumos na forma de adubos sementes e ferramentas, beneficiando estimados 56.500 alunos. A mesma ação de fornecimento de assistência técnica, e em alguns casos insumos, atingiu 20 outras instituições entre as quais 02 hortas comunitárias, entidades socio assistenciais do GDF tais como centros de atendimento à população de rua (Centro POP) CAPS e centros de saúde.

12 - Construir, ampliar e reformar unidades de apoio para a área rural (SEAGRI/ EMATER/ CEASA);

2016

Através de parceria com a Companhia Urbanizadora da Nova Capital. - NOVACAP, a Emater viabilizou o empenho conforme consta nos Processos nº 112.004.966/16, 112.004.864/16, 112.004.865/16, referente à contratação da elaboração do projeto de reforma dos Escritórios Locais: Gama, Alexandre Gusmão e Vargem Bonita.

Foi aprovado pelo Conselho de Administração da Emater- DF por meio da Deliberação Nº 14/2016 de 26 de setembro de 2016 a definição de programação orçamentária de recurso próprio para reforma do prédio Sede. Cabe ressaltar que o quadro de empregos permanentes da Emater não dispõe de vagas para a especialidade engenharia civil, sendo necessária à contratação de empresa especializada para elaboração de projeto, execução e fiscalização da obra.

Ressaltamos que foi pactuado com a Secretária Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário - SEAD, órgão ligado a Casa Civil da Presidência da República, tendo como interveniente a Caixa Econômica Federal, o Contrato de Repasse de Nº 839.700/2016 - SICONV, com a finalidade de construção do Centro da Agricultura Familiar, composto por um galpão multiuso, banheiros públicos e unidade de apoio administrativo, com área total construída de 1.739,75 m², localizado no "módulo A, Lote 14, PAD-DF" situada no imóvel rural denominado Poço Claro ou Lamarão, Região Administrativa do Paranoá.

Em 2016, houve a atuação da Seagri em elaboração de projetos e análises/orçamentos, mas não se iniciou construção, ampliação e reforma de unidades de apoio para a área rural. Apesar de esta meta integrar o PPA 2016, ela somente seria atendida após a sequência: elaboração de projeto, aprovação de orçamento e execução (se houver recurso disponível).

A Ceasa em 2016 não teve participação na construção, ampliação e reforma de unidades de apoio para a área rural. No entanto, a mesma possui em seu espaço, unidades de apoio que funcionam em atendimento aos usuários da Ceasa.

2017

No exercício de 2016 houve parceria com a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap) para viabilizar a contratação e elaboração de projeto de reforma dos Escritórios Locais da Emater como Gama, Alexandre Gusmão e Vargem Bonita. Foi realizada ainda a definição de programação orçamentária de recurso próprio para reforma do prédio Sede. Além disso, foi efetuada a contratação de um engenheiro civil para a execução e fiscalização de obra. Entretanto, por uma questão orçamentária, juntamente com a não aprovação dos projetos complementares pelos órgãos competentes, não ocorreu a execução desta meta no exercício de 2017.

A Ceasa em 2017 não teve participação na construção, ampliação e reforma de unidades de apoio para a área rural. No entanto, a mesma possui em seu espaço, unidades de apoio que funcionam em atendimento aos usuários da Ceasa.

2018

Em 2018 houve a atuação da SEAGRI na elaboração de projetos e análises/orçamentos, mas não se iniciou construção, ampliação e reforma de unidades de apoio para a área rural. Apesar de esta meta integrar o PPA 2016-2019, ela somente seria atendida após a sequência: elaboração de projeto, aprovação de orçamento e execução (se houver recurso disponível).

A Ceasa em 2018 teve participação na construção, ampliação e reforma de unidades de apoio para a área rural, como, por exemplo: Construção de nova portaria para facilitar o controle e melhorar a logística de trânsito na CEASA-DF. A obra foi 100% concluída em 2018; Construção do tanque de retardo, bem como drenagem e pavimentação de áreas de circulação da CEASA-DF. A obra até 31/12/2018 estava com 80% concluída; Construção de novos pavilhões. A obra, até 31/12/2018, estava com 18% concluída; Construção de coberturas metálicas nos pavilhões B11 e B12. A obra, até 31/12/2018, estava com 71 % concluída; Construção de Mezanino localizado no Pavilhão B8. A obra, até 31/12/2018, estava com 100% concluída.

Emater - No exercício de 2018 não foram executadas metas referentes a reforma, construção ou ampliação do edifício Sede e dos Escritórios Locais da EMATER-DF. Os projetos de engenharia para reforma do Gama, Vargem Bonita e Alexandre Gusmão que estavam sob a responsabilidade da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), não foram concluídos em 2018. No entanto, existe a expectativa de que após a conclusão de que se estima para o exercício de 2019, será realizada a capacitação de recursos com o objetivo da Construção, reforma e ampliação dos escritórios locais.

2019

Em 2019, a EMATER-DF não executou a meta referente a reforma, construção ou ampliação do Edifício Sede e dos Escritórios Locais. No exercício de 2019 houve a execução da conservação dos Escritórios Locais de São Sebastião e de Planaltina e para o exercício de 2020 existe a previsão de reforma do Escritório local da EMATER-DF no Gama.

SEAGRI – a Unidade teve recurso orçamentário e financeiro para executá-la.

CEASA – Não nenhum plano de trabalho plano de trabalho voltado para construir, ampliar e reformar unidades de apoio para a área rural.

13. Fazer com que o CEASA funcione mais dias por semana para o produtor rural; (CEASA)

2016

A Ceasa tem buscado ampliar o atendimento aos produtores rurais que desejam comercializar seus produtos no Mercado Livre do Produtor. Esse mercado funciona de segunda a sexta das 5h às 12 horas, sendo seu maior fluxo de comercialização nos dias de segunda e quinta-feira. Dada a consolidação desses dois dias da semana no calendário de comercialização da Ceasa, a Seção de Mercado junto a Gerência Técnica Operacional tem trabalhado para estimular a ampliação da quantidade de produtores que comercializam nos demais dias. Para isso, no último ano foi ampliada a divulgação entre os compradores da realização de feiras atacadistas durante toda a semana, criação de atendimento imediato dos produtores que desejam comercializar sua produção nos dias de terça, quarta e sexta, sem taxação, para estimular o

desenvolvimento e crescimento do mercado nesses dias. Dessa forma, a Ceasa tem garantido o funcionamento do mercado em todos os dias da semana, investindo agora em divulgação e na consolidação da comercialização nesses dias.

2017

A Ceasa manteve as ações criadas em 2016, durante o ano de 2017, mantendo com isso 100% no atendimento deste requisito.

2018

Foram divulgados e contemplados espaços nos dias de terça, quarta e sexta-feira de imediato, produtores e permissionários que por sua vez, tiver disponibilidade de comercializar sua produção nesses dias, fazendo com que o espaço do Mercado Livre do Produtor, duplicasse os dias de comercialização.

2019

Durante o ano de 2019 a CEASA/DF manteve as ações do ano de 2018 com os dias de comercialização mantendo o fluxo de produtores e permissionários junto ao Mercado Livre do Produtor, dentre as novas ações foram recadastrados novos produtores a fim de aumentar o quantitativo de comercialização e o mix de produtos dos novos dias.

14. Construir nova unidade da CEASA; (CEASA)

2016

A execução da meta estabelecida no PPA 2016/2019 não foi realizada em 2016, considerando as características específicas para o terreno a ser selecionado para receber novas instalações da Ceasa tais como área ampla, topografia plana e de fácil escoamento de águas, estrutura viária para grande fluxo de veículos leves e pesados e livre de outras destinações, não foi possível a definição do local para providências de projeto e outras tratativas pertinentes à execução. Em 1º de dezembro de 2016 foi encaminhado à SEAGRI as justificativas relacionadas à necessidade de transferência da estrutura de atacadistas da Ceasa para nova área. Esse documento deu origem ao Processo 0071-000006/2017 – Ceasa que se encontra na casa Civil para análise.

2017

O Processo 0071.000196/2017 foi encaminhado para a SEAGRI conforme expediente em 08 de Agosto de 2017 após criação do grupo de trabalho para elaboração da proposta de expansão das Centrais de Abastecimento do Distrito Federal.

2018

Aberto Processo SEI 00071-00000495/2019-14 para embasar novo local, foi realizado relatório técnico, e o processo está em andamento para a implantação de um novo entreposto da CEASA-DF (CEASA NOVA) para a instalação de Centros de Distribuição-CD, de empresas do ramo alimentício.

2019

Com o chamamento público realizado pelo Governo do Distrito Federal o processo de construção da nova unidade da CEASA será desenvolvido através de Parceria Público Privada –PPP nos moldes propostos pelo GDF, sendo escolhida a proposta mais vantajosa para os cofres públicos, até o momento foram recepcionadas 3 propostas que serão analisadas pela Grupo de Trabalho da PPP.

15. Alcançar equilíbrio econômico financeiro da CEASA; (CEASA)

2016

Em 2016, a Ceasa implantou o programa de demissão voluntária, no qual foi possível reduzir custos com pessoal, além de renovar sua força de trabalho com a convocação de novos empregados. Além disso, houve um controle mais efetivo da cobrança e do controle dos inadimplentes, fazendo com a inadimplência tenha diminuído de 17%, em 2015, para 12% em 2016, o que representou a recuperação de créditos a receber considerável através de parcelamentos, que beneficiaram tanto o usuário como a Ceasa. Através dessas ações, a empresa conseguiu apurar um resultado financeiro positivo em 2016 de aproximadamente R\$ 870.000,00 reais, o que representou não apenas a recuperação do equilíbrio financeiro da empresa, como também a possibilidade de planejar novos investimentos na melhoria do serviço oferecido pela empresa aos produtores rurais e empresários. Por fim, para os próximos exercícios são previstos novos investimentos em construções que gerarão receitas para a empresa, o que consolidará de vez o equilíbrio econômico financeiro da Ceasa.

2017

A Ceasa manteve as ações criadas em 2016, durante o ano de 2017, mantendo com isso 100% no atendimento deste requisito.

2018

Com o objetivo fundamental de buscar o equilíbrio entre receitas e despesas, a CEASA-DF realizou nos últimos anos algumas ações muito importantes, uma delas foi o programa teve por objetivo a recuperação de créditos e a diminuição da inadimplência junto a CEASA-DF, de pessoas físicas e jurídicas, oferecendo a oportunidade de liquidar seus débitos mediante a redução de juros de mora e multas. Aderiram ao programa 19 pessoas jurídicas e físicas com o valor de Implantação de R\$ 2.330.431,21. Até o dia 31 de dezembro de 2018 já foram recuperados R\$ 671.867,52. Até o final do programa espera-se recuperar o valor de R\$ 2.629.307,42.

Acordo Judicial

Desde 2011, tramitava no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios uma ação movida pela CEASA-DF em desfavor da empresa ENGECOPA Construtora Incorporadora S/A que culminou com a assinatura de um acordo judicial nos seguintes termos e com a seguinte ordem cronológica: A ENGECOPA se comprometeu a quitar integralmente o débito devidamente atualizado de R\$ 24.073.271,62 (vinte e quatro milhões, setenta e três mil, duzentos e setenta e um reais e sessenta e dois centavos) apresentado pela CEASA-DF da seguinte forma: R\$ 13.459.197,71, ou seja, 55% da dívida em parcelas mensais e sucessivas até o encerramento do Contrato de Concessão de Uso nº 002/94, que se dará em 11 de março de 2021, tendo seu valor residual atualizado com juros de 1% ao mês e incidência de atualização monetária tendo como base o INPC; os outros 45% da dívida, ou seja, R\$ 10.614.073,91 serão pagos em parcelas intermediárias sendo 5% na ocasião do vencimento da 12ª (décima segunda) parcela, 20% na ocasião do vencimento da 20ª (vigésima) parcela e 20% no dia 10 de março de 2021.

2019

Com o registro de sucessivos resultados financeiros positivos apresentados pela Ceasa-DF, a empresa quitou as dívidas contraídas em gestões anteriores, buscou o equilíbrio financeiro e realizou com os recursos próprios, investimentos, obras de melhorias e revitalização nesta Central, os principais investimentos buscam trazer retorno de caixa no curto prazo, é o caso da construção dos novos pavilhões da CEASA que aumentará em 30% a arrecadação mensal da empresa.

A CEASA/DF através da diretoria Financeira divulgou o balanço econômico, a arrecadação teve um aumento de 48,16% em relação ao montante arrecadado no mesmo período do ano passado. Outro ponto importante foi o controle maior de inadimplência que teve redução de 32%, isso significa um maior equilíbrio das contas e maior efetividade na arrecadação.

No mesmo período a CEASA renegotiou a taxa de remuneração das suas aplicações em CDB, um aumento de 5% na taxa efetiva de remuneração. Todos estes pontos foram bastante debatidos no período de transição de governo. Todos esses foram fatores cruciais para superar o resultado almejado.

16. Reestruturar o organograma, visando à eficiência operacional e aumento da capacidade de gestão para entrega de resultados à sociedade. (CEASA)

2016

Por meio do processo nº 071.000.121/2015 foi proposta a criação de novos cargos para adequação da estrutura organizacional da Ceasa. O objetivo é criar cargos que melhorem a estrutura da empresa, tornando os processos internos mais eficientes, atendendo as demandas internas e externas de forma satisfatória. O processo foi encaminhado para a Governança do Distrito Federal, porém em 2016 foram solicitados diversos ajustes, que foram realizados e encaminhados novamente para apreciação dos órgãos competentes. Dessa forma, a Ceasa depende hoje da análise e aprovação de outros órgãos para poder cumprir essa meta, tendo realizado todas as etapas de sua competência no ano de 2016.

2017

Neste quesito não houve avanço no ano de 2017.

2018

A despeito de o plano ter sido nomeado por reestruturação de organograma, ao longo de 2017-2018 na Ceasa/DF efetivou-se a criação de dois cargos em comissão, e não uma reestrutura de organograma propriamente dita, cargos esses criados dentro do processo SEI 00071-00001043/2018-61, em papel originalmente 071.000.121/2015. Assim, ações de reestrutura do organograma institucional não são de conhecimento do atual corpo diretivo, e não consta nenhuma alteração de tal natureza efetivada no ano de 2018.

2019

Durante o exercício de 2019, foram realizadas fusão das Diretoria Administrativa e Financeira dando maior efetividade para as duas áreas, além da criação de dois novos cargos para auxiliar a parte social/nutricional da empresa e o setor jurídico, atualmente a CEASA está em fase de readequação de seus cargos e reformulação de seu regimento interno e consequentemente seu organograma.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Orientações constam no item 5.1.3 das Instruções.

Código Indicador	Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	2019 Alcançado	Fonte da Informação
1430	CANAL RECUPERADO	KM	11	31/dez/14	QUADRIMESTRAL	15	19,675	15	1,47	15	17,486	5,5	38,5	SDR/SEAGRI / UO 14101 / OE 4
1431	PRODUTOR ASSISTIDO EM DOAÇÃO DE INSUMOS	PESSOA	1030	31/dez/14	BIMESTRAL	650	438	650	4.390	650	933	650	436	SAF/SEAGRI / UO 14101 / OE 4

Código Indicador	Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	2019 Alcançado	Fonte da Informação
14B2	PARTICIPAÇÃO DO AGRICULTOR NOS PROGRAMAS DE COMPRAS INSTITUCIONAIS	PESSOA	1161	30/jun/15	ANUAL									SAF/SEAGRI / UO 14101 / OE 4
14B3	AGRICULTOR ASSISTIDO	UNIDADE	10.000	31/jan/15	ANUAL	1.550	1.451	1.700	1.321	1.850	1.793	2.000	2.091	EMATER-DF / UO 14203 / OE 4
14B4	PARTICIPAÇÃO NO PAA/PNAE/PAPA-DF	PESSOA	637	31/dez/14	ANUAL	10.900	11.284	11.800	12.362	12.700	10.417	13.600	12.487	EMATER-DF / UO 14203 / OE 4
14B5	AGRICULTORES COM ESPAÇO PARA COMERCIALIZAÇÃO NA CEASA-DF	UNIDADE	460	31/mar/15	ANUAL	870	1.628	1.110	1.501	1.360	1.657	1.600	2.069	CEASA-DF / UO 14202 / OE 4
14B6	ÁREA (BOX) DISPONÍVEIS PARA EMPRESAS ATACADISTAS COM PERMISSÃO DE USO	UNIDADE	233	31/jan/15	ANUAL	506	392*	552	564	607	586	667	685	CEASA-DF / UO 14202 / OE 4
14B7	ORGANIZAÇÕES DE AGRICULTORES FAMILIARES COM INCENTIVO PARA COMERCIALIZAÇÃO	UNIDADE	38	31/mar/15	ANUAL	245	226*	256	245	256	278	256	281	CEASA-DF / UO 14202 / OE 4
14B8	PESSOAS EM INSEGURANÇA ALIMENTAR BENEFICIADAS ATRAVÉS DAS INSTITUIÇÕES ATENDIDAS PELO BANCO DE ALIMENTOS (Indicador alterado, conforme Lei de Revisão do PPA nº 6061, de 29/12/17)	UNIDADE	41.300	31/jan/15	ANUAL	48	35*	50	38	53	38	55	36	CEASA-DF / UO 14202 / OE 4
14B9	RESULTADO FINANCEIRO OPERACIONAL LÍQUIDO	%	0,34	31/mar/15	ANUAL	45.000	35.754	32.000	32.528	32.500	32.091	33.000	34.198	CEASA-DF / UO 14202 / OE 4
						2	3	5	4,5	7,5	5,4	10	34,03	

* Índices atualizados em relação ao Relatório Anual de Prestação de Contas do Governador (510); (245) e (48), conforme Ofício nº 0060/2017-PRESI-CEASA/DF

Justificativas 2016

- | **Indicador 1480** — Houve uma demanda superior ao que havia sido planejado, mas ocorreram aquisições de novas máquinas e implementos, possibilitando o atendimento à nova demanda superior.
- | **Indicador 1481** — Foram distribuídos 211 trajetos/caminhões de apara de poda e 672 toneladas de composto orgânico/calçário.
- | **Indicador 1482** — No Programa de Aquisição de Alimentos - PAA 980 Agricultores Familiares - AF foram cadastrados. No PAA na modalidade Institucional participaram 111 Agricultores Familiares -AF. No PAA modalidade CONAB participaram 47 Agricultores Familiares - AF. No Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE participaram 250 Agricultores Familiares - AF. No Programa de Aquisição da Produção da Agricultura - PAPA/DF participaram 63 Agricultores Familiares - AF.
- | **Indicador 1483** -11.284 beneficiários de ATER (agricultores, trabalhadores, mulheres, jovens e organizações rurais) assistidos, com repetição, totalizando 79.095 atendimentos. As pessoas foram assistidas em desenvolvimento da produção agrícola e produção animal, desenvolvimento de negócios, humano e social, gestão ambiental e atividades não agrícolas.
- | **Indicador 1484** — Participação de 1.138 agricultores familiares no PAA, 250 no PNAE e 238 no PAPA. O índice foi superado, principalmente, devido a disponibilização de recursos da área federal. Também houve inclusão de novos produtos nas chamadas públicas, inclusive orgânicos; renovação e execução de contratos firmados em anos anteriores; e apoio a associação e cooperativa na execução de projetos.
- | **Indicador 1485** — Conforme informações mais recentes do setor de estatística da CEASA/DF foram atendimentos 510 agricultores com espaço para comercialização na CEASA/DF, os espaços destinados ao agricultor foram ampliados e melhorados.
- | **Indicador 1486** — Conforme informações recentes da Diretoria Operacional da CEASA/DF são disponibilizados 245 boxes para usuários na CEASA/DF. Em 2016, houve a retomada de alguns boxes por motivo de inadimplência através de processo judicial.
- | **Indicador 1487** — A meta de 48 organizações não foi atingida oficialmente, porém já temos no espaço do Mercado de Agricultura Familiar 35 organizações cadastradas e mais 60 agricultores familiares desvinculados de organizações. Esses agricultores estão utilizando a área sem cadastro, por estarem no prazo regimental. O regulamento do Mercado prevê que esses produtores possam utilizar a área enquanto providenciam a regularização da organização, estabelecendo, para isso, o prazo de doze meses. Assim sendo, a expectativa
- | **Indicador 1488** — Conforme informações do Banco de Alimentos da CEASA/DF a adequação à resolução nº 72 do MDS suspendeu o atendimento a diversas entidades por não estarem adequadas as obrigações da resolução.
- | **Indicador 1489** — Com a realização de programa de desligamento voluntário incentivado e a diminuição da inadimplência média mensal, a CEASA/DF conseguiu aumentar o percentual de seu resultado operacional líquido em 2016.

Justificativas 2017

- | **Indicador 1480** — Devido a pouca disponibilidade de pessoal com atribuição para coordenação de equipes de campo, não foi possível alcançar o índice desejado. O número alcançado é resultado do empenho normal da equipe.
- | **Indicador 1481** — O alcance do índice desejado foi possível por ter sido trabalhado paulatinamente conforme os preceitos legais vigentes, com o avanço controlado de seu cumprimento, avaliando o desempenho das ações e assegurando a prestação de contas, primando sempre pela qualidade do atendimento e serviços prestados.
- | **Indicador 1482** — Devido à diminuição de recursos disponibilizados pelo MDSA, o atraso ao iniciar as atividades do PAA no segundo semestre de 2017 e falta de recursos das secretarias do DF para contratação PAPA, não foi possível alcançar o índice desejado. O valor obtido se deve ao empenho normal da equipe.
- | **Indicador 1483** — Em 2017 foram atendidos 12.362 beneficiários de ATER, compreendendo as categorias de agricultores, trabalhadores, mulheres, jovens e organizações rurais, sem repetição. Os atendimentos com repetição somaram 118.374. As pessoas foram assistidas em desenvolvimento da produção agrícola e produção animal, desenvolvimento de negócios, humano e social, gestão ambiental e atividades não agrícolas.
- | **Indicador 1484** — Em 2017 houve a participação de 1.016 agricultores familiares no PAA; no PNAE 307 e no PAPA-DF 178. O índice foi superado em razão da disponibilização de recursos da área federal, além da inclusão de novos produtos nas chamadas públicas, inclusive orgânicos; renovação e execução de contratos firmados em anos anteriores; e apoio a associação e cooperativa na execução de projetos.
- | **Indicador 1485** — Foi atendida a expectativa de agricultores com espaço para comercialização graças à expansão da abertura das atividades na pedra para todos os dias da semana.
- | **Indicador 1486** — A CEASA/DF está em processo de licitação para ampliação dos novos pavilhões para atender ainda mais boxes para empresas atacadistas.
- | **Indicador 1487** - São 38 organizações, porém o espaço disponível da agricultura familiar está sendo preenchido em sua totalidade, pois algumas organizações possuem mais de um espaço.
- | **Indicador 1488** — A CEASA/DF tem capacidade de atender ainda mais instituições do que está atendendo hoje. O número de instituições atendidas hoje está limitado devido ao Programa de Aquisição de Alimentos do Governo Federal ter reduzido drasticamente o volume comprado, o que, mesmo com o aumento do volume recebido pelo Programa Desperdício Zero, não conseguiu ser superado.
- | **Indicador 1489** — Houve perdas importantes de receita no ano de 2017, dentre eles a receita do Makro e o Posto de Gasolina que não permitiram que o índice fosse alcançado este ano.



Justificativas 2018

- | **Indicador 1480** — Devido disponibilidade de equipamentos e combustível, e concentração das ações em poucas frentes, houve uma superação do índice desejado de 16,6% no exercício de 2018.

- | **Indicador 1481** — O índice alcançado foi superior 43,5% do desejado para o exercício de 2018. Na ação foi levado em consideração o tamanho da propriedade e o tipo de empreendimento do produtor. No caso de: Adubo: 188 produtores foram atendidos; cada beneficiário recebeu em média 24m³, ou o equivalente à 2 caminhões; foram entregues 3.490 m³. Sementes: 745 produtores foram atendidos; Cada Agricultor Familiar recebeu em média 2 sacas de sementes (20 kg), mesclado entre semente de milho e feijão.

- | **Indicador 1482** — O índice alcançado ficou abaixo 3% do desejado. A participação alcançada se deu pela adesão aos programas: PAA/TA, PAA/Conab, Pnae e PAPA-DF. O Programa de Aquisição da Produção da Agricultura do Distrito Federal - PAPA-DF, não apresentou o resultado esperado no exercício de 2018, o que comprometeu o resultado. Isto foi motivado pelas dificuldades financeiras enfrentadas pelo Estado no período.

- | **Indicador 1483** — Em 2018 foram assistidos 10.417 beneficiários de ATER sem repetição, compreendendo as categorias de agricultores, trabalhadores, mulheres e organizações rurais. Os atendimentos com repetição somaram 108.848 assistidos. Os beneficiários das políticas públicas foram assistidos em desenvolvimento da produção agrícola, produção animal, desenvolvimento de negócios, desenvolvimento humano e social, gestão ambiental e atividades não agrícolas.

- | **Indicador 1484** — Em 2018 ocorreu a participação de 1.033 agricultores familiares no PAA, 612 no PNAE e 12 no PAPA-DF. O índice foi superado em virtude da maior disponibilização de recursos para o PNAE, bem como a inclusão de novos produtos nas chamadas públicas, incluindo os orgânicos, a renovação e a continuidade de contratos firmados em anos anteriores e o apoio de associações e cooperativas na execução de projetos.

- | **Indicador 1485** — Durante o ano de 2018 a CEASA realizou a verificação in loco de todos os agricultores, durante essa verificação foram realizados recadastramentos a fim de manter atualizados os dados e o atendimento dos pré requisitos de ocupação dos espaços, alguns agricultores não possuíam a documentação e foram retirados dos espaços até a apresentação dos documentos.

- | **Indicador 1486** — O número de espaços disponíveis foi atendido através do plano de negócios da CEASA, implantado em 2017, desde então a CEASA disponibilizou mais espaços para os permissionários.

- | **Indicador 1487** — 38 associações estão cadastradas e possuem autorização de uso precária dos espaços, os espaços estão sendo ocupados em sua totalidade, porém algumas associações estão com mais de um espaço.



Indicador 1488 — O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) tem relevante representatividade no quantitativo de alimentos distribuídos pelo Banco de Alimentos de Brasília, contudo, observa-se que do ano de 2015 até os dias de hoje, ocorreu uma redução significativa deste volume de alimentos movimentado. Tal redução se explica pelo montante do recurso repassado ao Governo do Distrito Federal pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, uma realidade que tende a perdurar nos próximos anos.

Indicador 1489 — Durante o ano de 2018 não houve recomposição dos valores de receitas perdidas em 2017, culminando em um resultado menor do que o esperado.

Justificativa 2019

Indicador 1480 – A SEAGRI recuperou 38,5 km de canais, a superação se deve à quantidade de frente de trabalho operando simultaneamente, que foram três equipes, trabalharam sob orientação geral e técnica da EMATER-DF. Outro aspecto a ser considerado é o da disponibilidade de tubos para a execução dos serviços.

Indicador 1481 – A Política de fomento para a agricultura familiar não apresentou o resultado esperado no período em virtude de dificuldades na execução dos recursos dos convênios. Tal fator foi motivado também por morosidade nas compras de itens específicos nos processos licitatórios.

Indicador 1482 – O PNAE teve uma grande contribuição para atingir a meta, pois teve um aumento de 30% do recurso financeiro, de 2018 para 2019. Com isso possibilitou a participação de mais agricultores.

Indicador 1483 – Em 2019 foram assistidos 12.487 beneficiários da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), compreendendo as categorias de agricultores, trabalhadores rurais, mulheres, jovens e organizações rurais, por meio de métodos individuais e coletivos de ATER. Os atendimentos com repetição, somaram 176.169 atendimentos. Os beneficiários foram assistidos em desenvolvimento da produção agrícola, produção animal, desenvolvimento de negócios, humano e social, gestão ambiental e atividades não agrícolas.

Indicador 1484 – 2019 - No exercício de 2019 participaram dos programas públicos de aquisição de alimentos 2.069 agricultores familiares, distribuídos da seguinte forma: PAA com 1.033, PNAE com 946 e PAPA/DF com 90. O índice foi superado em virtude do maior volume financeiro contratado bem como da maior participação quantitativa de agricultores.

Indicador 1485 – A CEASA promoveu o recadastramento dos agricultores e fez o mapeamento dos espaços ociosos dentro do Mercado Livre do Produtor resultando em mais espaços de comercialização dentro da Feira.

Indicador 1486 – Com a ampliação dos espaços de comercialização a CEASA vem aumentando as unidades para assim aumentar suas receitas operacionais, no ano de 2019 foram reformadas unidades para serem disponibilizados mais box de comercialização.



Indicador 1487 – Com a exigência de documentação que comprovasse a produção agrícola e a documentação de aptidão do produtor familiar algumas Associações não apresentaram a documentação exigida, e foram retiradas da CEASA, aumentou-se o número de espaços que hoje somam 62 unidades mas diminuíram o número de associações que comprovassem fazer parte da Agricultura Familiar.

Indicador 1488 – O Banco de Alimentos de Brasília atingiu um valor histórico com relação ao volume de alimentos captados e devidamente distribuídos. Considerando os 4 Programas existentes, (Programa Desperdício Zero - PDZ, Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, Programa Doação Solidária - PDS e o Programa de Aquisição de Produtos da Agricultura PAPA), foram distribuídos.

Indicador 1489 – Com o incremento das Receitas da CEASA a margem líquida vem aumentando consideravelmente, o resultado reflete a preocupação da gestão em conseguir recursos para subsidiar suas operações.

ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%) IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	IMPLEM. ATÉ 2019 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6207	4	1	Articulação junto à AGEFIS, à Secretaria de Trabalho e Empreendedorismo, à Secretaria de Gestão do Território e Habitação, à Subsecretaria de Ordenamento das Cidades, dentre outros órgãos, para a elaboração, implementação e acompanhamento de políticas públicas voltadas à área rural do Distrito Federal. (SEAGRI, EMATER)	14101/ 14203	100	100	2016 A Segari-DF está com projeto em implementação que é o "Direto na Roça" que envolve a comercialização de produção agrícola de forma direta do produtor rural na utilização de espaços públicos. O projeto foi elaborado e a implementação está no aguardo de decisões da Segari/Gabinete relativas à adequação de legislações. Várias articulações foram realizadas junto aos órgãos distritais. Ação com 30% de implementação. A articulação com as instituições governamentais no âmbito do GDF está instituída no Plano Integrado de Enfrentamento à Crise Hídrica. Em 2017 o V Seminário Distrital e do Entorno de Agroecologia e o X Congresso Brasileiro de Agroecologia, acontecerá em Brasília, foi articulada a participação do GDF no referido evento em estreita parceria com a entidade representante dos produtores orgânicos do DF, através da Emater, em 2016. Ação com 100% de implementação. Como a ação não orçamentária é executada pelas Unidades Segari e Emater, consideramos a média de 65% de implementação. 2017 Em parceria com a SEMA estamos implantando o projeto "Brasília nos Parques" que vai selecionar produtores de orgânicos que estejam interessados em comercializar nos parques de Brasília. Em 2017 aconteceu em Brasília o V Seminário Distrital e do Entorno de Agroecologia e o X Congresso Brasileiro de Agroecologia, com articulação do GDF, Embrapa, Inara e representantes de produtores orgânicos do DF. Prospera em parceria com BRB/SEDEST/MDHT com aprovação de 255 projetos num total de R\$ 4.321.000,00. - Elaboração do Plano de enfrentamento da Crise Hídrica na Bacia do Descoberto com articulação com entidades do GDF (Emater, Segari, Caesb, Adasa, etc)

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%) IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	IMPLEM. ATÉ 2019 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
							- Compras institucionais com parceria entre Emater, Seagri, Secretaria de Educação e Governo Federal. 2018 A SEAGRI, em parceria com outras instituições, elaborou proposta do projeto Programa Produtor de Água para ser implantado na bacia do Descoberto. O Programa Produtor de Água no Descoberto será uma iniciativa que promoverá ações de conservação da água e do solo em propriedades rurais do Alto Descoberto, região de cabeceira do principal manancial do DF. O Produtor de Água no Descoberto busca estimular o uso racional da água na bacia do Alto Descoberto e incentivar a atividade rural sustentável nesta região, que é estratégica para o principal reservatório do Distrito Federal por estar a montante (acima) dele e por possuir cursos d'água que deságuam na barragem. Assim, o que acontece no Alto Descoberto acaba refletindo sobre a população que consome a água do manancial, como as populações das cidades-satélites de Águas Claras, Ceilândia, Samambaia e Taguatinga. A cidade de Águas Lindas de Goiás também poderá ser beneficiada, já que existem planos para que o Descoberto passe a abastecê-la. Em parceria com a SEDESTMIDHT, através da Fábrica Social a Emater-DF ministrou o curso de produção de hortaliças em estufas, cujo objetivo foi promover a inclusão sócio produtiva por meio da educação profissional para pessoas em situação de vulnerabilidade social, com vistas a sua autonomia socioeconômica que capacitou 50 trabalhadores. Foram realizadas com a parceria da Secretaria de Saúde, por meio do Centro Estadual de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST), Centro de Informação e Assistência Toxicológica (CIA T), Diretoria de Atenção Primária Saúde e Estratégica da Saúde da Família (DIAPS), Diretoria de Saúde do Trabalhador (DISAT), Laboratório Central (LACEN) e Diretoria de Vigilância Ambiental (DIVAL), Corpo de Bombeiros do DF, NOVACAP e SLU, sendo a principal atividade o "Dia Especial de Saúde", onde são realizadas palestras de promoção da saúde, orientações e alguns exames. Assim, em 2018, foram realizados 18 Dias especiais de saúde com atendimento de 461 beneficiários. Como subsídio à produção das hortas escolares e hortas comunitárias, foram disponibilizados insumos na forma de adubos, sementes e ferramentas, além de assistência técnica. Foram 119 hortas, entre escolas e creches beneficiando 50.000 alunos, 02 hortas comunitárias e 20 entidades assistenciais, tais como os Centros de Atendimento à População de Rua (Centro POP), CAPS, ONG's, além de hospitais e centros de saúde. Também foram atendidas, 11 unidades da Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Distrito Federal. A EMATER-DF auxiliou na execução do Projeto REFLORESTAR da SEAGRI, e fez 224 visitas com repetições, beneficiando 181 produtores rurais. No Programa Produtor de Água, cujo objetivo é estimular a preservação dos mananciais por meio da política de pagamento por serviços ambientais voltados a proteção hídrica no Brasil. No DF, o programa foi implantado na bacia do Ribeirão do Píripau, foram elaborados 28 Projetos Individuais de Propriedade (PIP) e a EMATER-DF atuou na Restauração e Conservação de Área de Preservação Permanente e Vegetação Nativa, com o plantio de aproximadamente 35.250 mudas. Em 2018, Brasília foi a cidade-sede do 8º Fórum Mundial da Água, maior evento global sobre o tema água. O Sistema Agricultura participou com aproximadamente 50 produtores e trouxe ao evento 08 temas vinculados à questão da água que foram apresentados em 35 momentos. Vale destacar que a participação da Empresa foi

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%) IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	IMPLEM. ATÉ 2019 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
							intensa, contando com 27 expositores e 15 palestrantes. A EMATER-DF, em parceria com a SEAGRI-DF e CAESB, somaram esforços para a revitalização do canal comunitário de irrigação do Núcleo Rural Santos Dumont, que é derivado do Ribeirão Piripirau, tendo sido revestido aproximadamente 04 km do canal, até meados de novembro de 2018. Durante as ações para enfrentamento a crise hídrica na bacia do Ribeirão Piripirau a EMATER-DF mobilizou os irrigantes e usuários de recursos hídricos em reuniões para acompanhamento das alocações negociadas anteriormente, com o total 217 participantes. Foram realizadas visitas para sensibilização, elaboração e acompanhamento do plano de manejo da irrigação em 199 propriedades, sendo instalados 60 equipamentos de monitoramento da unidade do solo, para manejo da irrigação, principalmente de hortaliças. Em duas dessas propriedades foram realizadas visitas de outros produtores para sensibilização quanto ao manejo correto da irrigação (unidades demonstrativas). Em parceria com a SEDESTMIDHT através do Programa PROSPERA foram aprovados 187 projetos resultando na aplicação de R\$ 3.327.160,05 nas atividades desenvolvidas por agricultores familiares. Na modalidade PAA Termo de Adesão, firmado entre o Governo do Distrito Federal e o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - MDSA contemplou a inscrição de 1.033 agricultores familiares em 2018, com um recurso financeiro disponibilizado de R\$ 2 milhões, que possibilitou a compra de frutas, hortaliças, frango caipira, doces de frutas e panificados que foram distribuídos para 151 entidades sócias assistenciais do DF (creches, asilos, institutos de combate às drogas, entre outros), totalizando a participação de 30 mil beneficiários nessas instituições. Na modalidade PAA Compra Institucional, cujo objetivo é a aquisição de alimentos produzidos pela agricultura familiar pelos órgãos públicos federais, através de chamamento público, foi contratado pelo Ministério da Defesa (Ranchos da Marinha, Exército e Aeronáutica) o valor de R\$1.510.434,62 para suprir seus refeitórios de hortifrutigranjeiros e agro industrializados. Foram obtidos avanços significativos que foram contemplados na Chamada Pública do PNAE, resultado da atuação do grupo de trabalho composto por membros da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal - SEAGRI-DF, Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal - SEDF e EMATER-DF. Houve a execução financeira de R\$ 9.958.000,00 em 12 contratos. 2019 A SEAGRI, em parceria com a CEASA e EMATER, propôs o Concurso de Boas Práticas Agropecuárias (BPA) aos permissionários da Pedra na CEASA; e está expandindo a certificação do Brasil Qualidade no Campo para cadeias de produção animal. Atuação no Projeto REFLORESTAR, a fim de fomentar a recomposição vegetal de áreas degradadas em propriedades rurais do Distrito Federal; Inserção da SEAGRI como membro no Conselho de Saneamento Básico do Distrito Federal – CONSAB; Contrato de gestão que firma a parceria entre o Governo do Distrito Federal, por meio da SEAGRI, com o Serviço Social Parque Granja do Torto; Implementação de medidas de coleta seletiva com o SLU; Articulação para Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) de aproximadamente 60 hectares ao Serviço Social Autônomo Parque Granja do Torto (PGT). EMATER - Compras institucionais - Na modalidade PAA Termo de Adesão, firmado entre o Governo do Distrito Federal e o Ministério da Cidadania contemplou a inscrição de 1.033 agricultores familiares em 2018. Em 2019, executou-se o recurso financeiro restante, que possibilitou a compra de frutas, hortaliças, doces de frutas e panificados que foram distribuídos para 151 entidades socioassistenciais do DF (creches, asilos,

ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO							
COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%) IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	IMPLEM. ATÉ 2019 (%)	
							institutos de combate às drogas, entre outros), totalizando a participação de 30 mil beneficiários nessas instituições. Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais: é um acordo de cooperação técnica do Ministério de Desenvolvimento Social MDS, por meio da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) com a SEAGRI e a EMATER, com início em 2017 e término em 2019. Sendo a parte de execução (busca ativa, implantação e acompanhamento) de nossa responsabilidade. A meta estabelecida para a Emater-DF é de 300 famílias durante a duração do programa. Foram realizadas no período de janeiro a outubro de 2019, 72 capacitações com 1.179 participantes nas tecnologias de fabricação de produtos lácteos, carnes, panificados, frutas, hortaliças e alimentos diferenciados (sem glúten e sem leite, diet e light). Desse total destacamos a realização de 39 oficinas com 779 participantes, atividades estas demandadas por instituições como a CEASA, Presidência da República, Escolas e Fábrica Social.
							2016 01 Projeto de Emenda Parlamentar Federal no valor de R\$ 421.800,00 SDR/DDRF para aquisição de 78 kits para fomento agroecologia. Observação: a implementação depende da liberação do recurso para a compra dos insumos 2017 O projeto que foi apresentado no exercício de 2016 para aquisição de 78 kits para fomento agroecologia por meio de Emenda Parlamentar Federal, Convênio nº 835680/2016, teve o recurso liberado em julho de 2017 no valor de R\$ 421.800,00 com contrapartida do GDF no valor de R\$ 423,00. Em 2017 foi apresentado 01 projeto para acessar recurso de Emenda Parlamentar Federal no valor de R\$ 442.583,00 para adequação ambiental da Serrinha do Paranoá, referente ao Convênio nº 862554, mas o recurso ainda não foi liberado para a Seagri. 2018 • Aquisição de Equipamento para Patrulha de Terraplanagem para Fomento da Infraestrutura e Desenvolvimento Econômico e Social da Região Rural do Distrito Federal, SICONV 037810/2018 590.000,00; • Propiciar instalações adequadas ao recebimento dos produtos comercializados e o bom atendimento à clientela da Feira do Lago Norte. N° da Proposta SICONV 037885/2018; • Aquisição de Equipamentos para Fomento da Infraestrutura e Desenvolvimento Econômico e Social da Região Rural do Distrito Federal. N° da Proposta SICONV 065014/2018; • Dotar a SEAGRI de condições mínimas para ampliar sua atuação no sistema produtivo da agricultura familiar do distrito federal, por meio da aquisição de máquinas de terraplanagem, caminhão pipa, implementos de solo e veículo automotível de apoio, que serão utilizados na conservação e manutenção de estradas rurais de acesso aos produtores rurais assentados. N° da Proposta SICONV: 062263/2018 no valor total R\$ 1.950.390,00. • Aquisição de máquinas e equipamentos para fomento da infraestrutura e desenvolvimento econômico e social da região rural do Distrito Federal. N° da Proposta SICONV: 063974/2018 no valor total R\$ 1.001.360,00; • Dotar a SEAGRI de condições mínimas para ampliar sua atuação no sistema produtivo da agricultura do Distrito Federal, por meio da aquisição de caminhões pipa e veículo automotível de apoio, que serão utilizados na conservação e manutenção de estradas rurais de acesso aos produtores rurais do DF. N° da Proposta
6207	4	2	Apresentação de projetos para acessar recursos de Fundos de financiamento e Emendas Parlamentares (SEAGRI);	14101	100	100	

ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO					
COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%) IMPLEM. ATÉ 2019 (%)
					SICONV: 062260/2018 no valor total R\$ 967.135,02; Aquisição e disponibilização de mudas e insumos para a agricultura familiar do Distrito Federal. Nº da Proposta SICONV 880586/18 no valor total R\$ 200.207,94. 2019 Celebração do Convênio 17646/2019 - Acesso de recurso de Emenda Parlamentar para aquisição de equipamentos para o Centro de Referência em Aquicultura do Distrito Federal; Celebração do Convênio 890840/2019 - Acesso de recurso de Emenda Parlamentar para realização de obras estruturantes para o Centro de Referência em Aquicultura do Distrito Federal; Celebração do Convênio 034323/2019 - Acesso de recurso de Emenda Parlamentar para estruturar o viveiro florestal da Granja Modelo do Ipê; Celebração do Convênio 890840/2019 - Acesso de recurso de Emenda Parlamentar para realização de obras estruturantes para o Centro de Referência em Aquicultura do Distrito Federal; e Submissão do Plano de Trabalho nº 035153/2019 ao MAPA, a fim de captar recurso para implantação de saneamento básico em núcleos rurais do Distrito Federal.
					2016 Foi elaborado o Acordo de Cooperação Técnica entre a Seagri e Rede de Sementes do Cerrado e encaminhado à Assessoria Jurídica Legislativa desta Secretaria para a análise e prosseguimento. Ação com 12,5% de implementação. Emater não celebrou nenhum Termo de Cooperação com essas instituições. Ação com 0% de implementação. Como a ação não orçamentária é executada pelas Unidades Seagri e Emater, consideramos a média de 6,25% de implementação. 2017 Foi assinado o Acordo de Cooperação Técnica – Aliança do Cerrado. 2018 A SEAGRI elaborou minuta de Acordo de Cooperação Técnica com o SENAR, a fim de promover ações de capacitações ao público rural. EMATER - Meta Atingida em 2017 - Acordo assinado. 2019 SEAGRI: Celebração do Acordo de Cooperação Técnica relacionado ao Programa Produtor de Água na Bacia do Descoberto. O objetivo é proteger os recursos naturais na bacia local, importante manancial de abastecimento público operado pela Caesb. São aproximadamente 20 instituições envolvidas, dentre elas: SEAGRI, EMATER, ADASA, ANA, SEMA, CAESB, TNC, EMBRAPA. EMATER - Meta atingida em 2017 - Acordo assinado.
6207	4	3	Celebração de Termos de Cooperação Técnica com Jardim Botânico de Brasília, Novacap, Rede de Sementes do Cerrado (renovação), IBRAM, Secretarias de Estado e Universidades, entre outros; (SEAGRI, EMATER)	14101/ 14203	100 100
					2016 A Seagri elaborou projeto junto ao IICA para encaminhamento ao Edital IKI -Iniciativa Internacional de Proteção do Clima do Governo Alemão. Obteve-se resposta da não contemplação desta proposta. O valor da proposta era de 4 milhões 520 mil Euros. Ação com 25% de implementação. Emater: apresentado e aprovado o FUNAM o Projeto Programa de Assistência à Inscrição no Cadastro Ambiental Rural – CAR dos Imóveis Rurais localizados na APA da Bacia do Rio Descoberto DF e aos que tiverem até 4 Módulos Fiscais em todo o DF, no valor de R\$ 1.114.514,70. Ação com 100% de implementação.
6207	4	4	Apresentação de projetos para acessar recursos de Fundos de Financiamento FAP-DF, FUNAM, Fundo Clima, FBB, inclusive federais e internacionais (IICA, PNUMA); (SEAGRI, EMATER)	14101/ 14203	100 100

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%) IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	IMPLEM. ATÉ 2019 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
							Como a ação não orçamentária é executada pelas Unidades Seagri e Emater, consideramos a média de 62,5% de implementação. 2017 A Seagri celebrou Convênio de Cooperação Financeira com a Fundação Banco do Brasil para alocação de recursos financeiros necessários à implementação do Projeto nº 16.276, intitulado "Implantação do Plano de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Alto Rio Descoberto", destinado a promover o desenvolvimento rural, econômico e sustentável na Bacia do Alto Rio Descoberto. A Seagri submeteu a proposta "Agroforestry in the Brazilian Savanna: transition to a low-carbon agricultural production in the Brazilian Federal District", em parceria com o IICA, ao IKI (iniciativa do Ministério do Meio Ambiente do Governo Alemão), a fim de acessar recursos da Iniciativa Internacional do Clima. Emater: Instrumento Específico da Anater para atendimento em ATER de forma continuada de 500 produtores familiares totalizando R\$ 1.555.504,00 em 03 anos de prestação de serviço 2018 A SEAGRI não elaborou nenhum projeto para acessar recursos de Fundos de Financiamento. EMATER - Convênio entre o MAPA e a EMATER-DF, que estabelece como objetivo a realização de assistência técnica e extensão rural aos médios produtores rurais do Distrito Federal, com o compromisso de atender, com visitas e outros métodos coletivos de ATER, a um universo de 800 médios produtores. No ano 2018 os resultados alcançados nesse convênio foram: 535 Propriedades atendidas; 431 Diagnósticos elaborados; 214 Planos de ATER realizados; acompanhamentos técnicos efetuados; 13 Atividades coletivas (Dias de campo, Dias especial de saúde e cursos) coletivo, com um total de 510 participantes. Destaca-se também a realização de uma Capacitação técnica para 07 profissionais, viabilizada através da participação desses colaboradores no XII Encontro e IV Simpósio Brasileiro de Hidroponia realizado em Santa Catarina. Instrumento Específico ANATER – Mais Gestão- Trata-se de parceria firmada entre a ANATER e a EMATER- DF que tem por objetivo a qualificação em "Gestão de Empreendimentos da Agricultura Familiar", a organizações sociais (Associações e Cooperativas); sendo 14 (quatorze) localizadas no Distrito Federal e 1 (uma) no localizada no município de Luziânia – GO. As ações previstas nessa parceria iniciaram-se, efetivamente, a partir de novembro de 2018, e apresentaram nesse período os seguintes resultados: 01 reunião de apresentação/socialização do Projeto junto às organizações sociais; 13 Formalizações de termos de adesão; 13 Cadastramentos das Organizações participantes; 01 Diagnóstico Inicial (T-0); 01 Plano de gestão de empreendimento; 80 Horas de assessoria técnica as organizações sociais (empreendimentos) eleitos 2019 SEAGRI: houve tentativa de acesso a recursos financeiros do Fundo Único do Meio Ambiente – Funam-DF, o qual previa estruturar o viveiro da Granja do Ipê, porém não houve resultados. EMATER - De janeiro a 8 de maio do ano de 2019 atuaram na RIDE-DF as equipes técnicas lotadas nos Escritório de Projetos Especiais-EP's, Norte (Formosa - Lote 06), Leste (Formosa e Vila Boa - Lote 07) e Noroeste (Padre Bernardo/Cocalzinho - Lote 08). Essas equipes eram compostas por 13 profissionais que desenvolveram, nesse período, diversas ações de ATER para a conclusão das Meias estabelecidas no 7º Adiantamento (09/05/2018 a 08/05/2019), referentes aos contratos (ORT's 100, 200 e 300) da Chamada Pública de ATER/2014 firmados com o INCRA-SR (28)-DFE. Nesses 4 (quatro) Adiantamentos, todas as ações foram direcionadas para as 1.300 (um mil e trezentas) famílias residentes em 27 Projetos de Assentamentos do

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%) IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	IMPLEM. ATÉ 2019 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
							Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), sendo quatorze (14) localizados nos municípios de Formosa-GO; um (01) em Cabeceiras-GO; dois (02) em Vila Boa-GO; sete (07) em Padre Bernardo-GO; e três (03) em Cocalzinho-GO. Esse convênio foi firmado entre o MAPA e a Emater-DF para ser realizado o período de dezembro de 2017 a dezembro de 2018, entretanto, foi prorrogado (Aditado) por mais um ano, passando o seu término para 29/12/2019. Teve como objeto a realização de assistência técnica e extensão rural a 790 médios produtores rurais do Distrito Federal, com as Metas de realizações de 04 assessoramentos individuais de Ater (4 visitas por produtor); 30 métodos coletivos de ATER nas áreas de interesse desse público e de trabalhadores rurais, 05 intercâmbios técnicos de formação para produtores e técnicos. No ano 2019, para complementação dessas Metas, os resultados alcançados nesse convênio foram 710 propriedades atendidas, 279 diagnósticos aplicados, 496 planos de ATER elaborados, 2.381 assessoramentos técnicos efetuados, 16 atividades coletivas (Dias de campo, Dias especial de saúde e Cursos), com um total de 625 participantes, 03 viagens de intercâmbios de técnicos, Instrumento Específico de Parceria Anater – Mais Ater – Trata-se de um Instrumento Específico de Parceria – IEP, firmado entre a Anater e a Emater-DF, que tem por objeto a prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural a 500 famílias de agricultores familiares do Distrito Federal pelo um período de 30 meses (01/11/2017 a 30/4/2020).
6207	4	5	Criação de Grupos de Trabalho interinstitucionais para diagnóstico de potencialidades e elaboração dos Programas de Desenvolvimento; (EMATER).	14203	100	100	2016 Acordo de Cooperação entre Seagri/Emater/Ceasa para promover a política de desenvolvimento rural, através de programas que articulem ações dos setores de produção, beneficiamento, comercialização e consumo de alimentos. 2017 Formação de Grupo de trabalho em parceria com a Seagri no sentido de elaborar legislação para Agroindústria de pequeno porte. - Plano de enfrentamento da Crise hídrica na Bacia do Descoberto com elaboração de 638 diagnósticos de irrigantes em parceria com a Seagri/Adasa/Caesb. 2018 Jardim Botânico de Brasília com EMATER-DF para trabalhar as orquídeas de cerrado com valor comercial; -Grupo de Trabalho de análise de Planos de Utilização das Unidades de Produção; - Grupo de Trabalho da Aliança pelo Descoberto; - Grupo de Trabalho - tratativas de atendimento pelo Distrito Federal das obrigações da Convenção de Estocolmo; - GT sobre ocupações na Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) Granja do Ipê; - Grupo de Trabalho para discussão sobre diretrizes sanitárias simplificadas e diferenciadas para estruturação e funcionamento das agroindústrias de pequeno porte; -Grupo de Trabalho Interinstitucional de Educação Ambiental. 2019 Grupo de Trabalho para elaboração de projeto de implantação de espaço destinado a comercialização de pescados e produtos de aquicultura na CAESA-DF (mercado do peixe) - Grupo de Trabalho de análise de Planos de Utilização das Unidades de Produção - Grupo de Trabalho da Aliança pelo Descoberto; - Grupo de Trabalho produtor de Águas da Bacia do Pipiripau;

ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO							
COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%) IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	IMPLEM. ATÉ 2019 (%)	
							- Grupo de Trabalho PPCIF – Plano de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais; - Grupo de Trabalho de Sistemas de Informações de Recursos Hídricos do DF; - Comissão Interinstitucional para o Plano Nacional de prevenção a emergências com produtos perigosos; - Grupo de Trabalho PDOT; - Grupo de Trabalho de Destinação de agrotóxicos obsoletos; - Grupo de Trabalho Reflorestar; - Grupo de trabalho de produção alimentícia; - Grupo de trabalho para elaboração de minuta de decreto para regulamentação da Lei 6401 de 22 de outubro de 2019; - Comitê Gestor do Programa Brasília qualidade no campo; - Câmara temática do conselho de saneamento básico do DF; - Comitê Gestor de implantação do programa de controle de resíduos de agrotóxicos na CEAS/DF - Fórum distrital permanente das mulheres do campo e do cerrado - Câmara distrital do combate ao Aedes aegypti; - Grupo de Trabalho para a 15 Feira nacional do turismo.
							2016 Acordos de cooperação técnica vigentes no exercício 2016: Associação dos produtores do Núcleo Rural Lago Oeste – ASPROESTE; Cooperativa Agrícola da Região de Planaltina – COOTAPUARA; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiânia – Campus Avançado Cristalina-GO – IFC Goiânia; Tribunal Regional do Trabalho – TRT; Agência Nacional de Águas – Ana Cooperativa Agropecuária da Região do Distrito Federal – Coopa-DF; Instituto Agrônomo do Paraná – Iapar Inara SR(28)-DF; Seagri / Ceasa / Emater; Prefeitura de Cristalina; Município de Padre Bernardo – GO; Fape-DF; Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa Cerrados; Sebrae-DF. 2017 Foram celebrados os seguintes termos de cooperação: Câmara de Comércio Brasil – Portugal Centro Oeste, Seapro/AC, Emater-AC, FUB, Associação Brasileira de Agroecologia-ABA, Finatec, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília – IFB, Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico – Adasa, Crea-DF. 2018 Em 2018 foram celebrados os seguintes Acordos de Cooperação Técnica: Embrapa Hortaliças e Instituto de Colonização e Reforma Agrária- INCRA-SR28. 2019 Em 2019 foram celebrados os seguintes Acordos de Cooperação Técnica: EMATER-DF e Ceasa; EMATER-DF e BRB, EMATER-DF e SEMA-DF; EMATER-DF e Procuradoria Geral da República; EMATER-DF e CONAB; EMATER-DF e companhia CAMPO.
6207	4	6	Celebração de Termos de Cooperação Técnica e outros instrumentos legais com órgãos governamentais e não governamentais para desenvolvimento e implantação dos Programas de Desenvolvimento; (EMATER).	14203	100	100	
6207	4	7	Atualização, publicidade e implantação de novo regulamento de mercado da CEASA-DF; (CEASA);	14202	100	100	

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO	
					IMPLEM. ATÉ 2018 (%) IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	IMPLEM. ATÉ 2019 (%)
					regulamento de Mercado foi distribuído para os produtores e empresários, além disso, o arquivo está disponível por meio físico na Gerência de Mercado e por meio eletrônico no site da Ceasa. 2017 Regulamento já implantado. 2018 Foi constituído um grupo de trabalho, em parceria e com a contribuição de informações dadas pelas associações, para atualização do regulamento de mercado, visto que os modelos de comercialização tem se modernizado, o regulamento citado, está em sua etapa final, para ser entregue a assessoria jurídica para análise e publicação. Que em 2019 o grupo foi remontado e ainda no primeiro semestre, esta prevista publicação de uma versão revisada do Regulamento. 2019 Após debate e discussão junto aos órgãos colegiados o regulamento de mercado foi revisado e atualizado de acordo com as contribuições das associações, o documento já foi publicitado ao público da CEASA.	
					2016 As ações para a elaboração do manual de boas práticas de comercialização foram interrompidas. Os contatos foram refeitos e aguarda-se posicionamento dos envolvidos para dar continuidade aos procedimentos. Concomitantemente, a Ceasa está colocando em prática algumas atividades que deverão ser incluídas no Manual, tais como a Gestão dos resíduos sólidos e Higienização seguida de padronização das caixas plásticas no Mercado Livre do Produtor. 2017 As ações para a elaboração do manual foram interrompidas devido à desentendimentos entre os parceiros envolvidos no trabalho. Os contatos feitos para dar continuidade aos trabalhos não surtiram efeito até o momento. Posto isto, o desenvolvimento dos trabalhos deverão continuar com equipe interna. Concomitantemente a isso, estamos colocando em prática algumas atividades que deverão ser incluídas no Manual de Boas Práticas de Comercialização, tais como a implantação dos projetos de Gestão dos Resíduos Sólidos da Ceasa/DF. 2018 O desenvolvimento dos trabalhos está sendo realizado com equipe interna da CEASA-DF, visto que tentou ser feito com parceiros externos e não obteve resultados, concomitantemente a isso, estamos colocando em prática algumas atividades que deverão ser incluídas no Manual de Boas Práticas de Comercialização, tais como a implantação dos projetos de Gestão dos Resíduos Sólidos da Ceasa/DF, Comissão de Gestão da Coleta Seletiva Solidária que já foi instituída, entre outras ações que fará parte do manual de boas práticas de comercialização de alimentos na CEASA-DF. 2019 Em face de novas adequações das etapas para elaboração do manual foi revisado, dentre eles estão a conscientização para que os agricultores realizem a adesão ao programa para que assim sejam realizadas o levantamento de necessidades de boas práticas junto a propriedade rural. Após a análise serão cadastrados e mantidos o treinamento dos agricultores e elaboração do manual de boas práticas.	
6207	4	8	Elaboração de manual de boas práticas de comercialização de alimentos no âmbito da CEASA-DF; (CEASA)	14202	50	25

ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO							
COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%) IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	IMPLEM. ATÉ 2019 (%)	
6207	4	9	Aprimoramento do programa de agro-qualidade, considerando o planejamento estratégico, inclusive com implantação do Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos (CEASA)	14202	90	100	2016 As ações do Programa de Agroqualidade têm sido desenvolvidas em relação às práticas de comercialização dos permissionários da Ceasa. O Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PGIRS foi desenvolvido e entregue finalizado. O PGIRS encontra-se em fase de execução do proposto, onde criou-se mudanças na execução do serviço de limpeza da empresa atua na aquisição de novos contêineres adaptados. Ademais, está sendo elaborado um novo Termo de Referência para contratação de uma nova empresa especializada em coleta seletiva, adaptado ao previsto no PGIRS. Em relação aos resíduos sólidos buscou-se também alternativas para destinação final e tratamento dos resíduos sólidos gerados no âmbito da Ceasa. 2017 As ações do Programa de Agroqualidade estão sendo aprimoradas juntamente com os técnicos de comercialização. Ações têm sido desenvolvidas em relação às práticas de comercialização dos permissionários da Ceasa/DF, desenvolvendo pareceres técnicos e relatórios que subsidiarão o Manual de Boas Práticas de Comercialização da Ceasa/DF. O Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PGIRS, foi desenvolvido e entregue finalizado no início de 2017. O PGIRS se encontra em fase de execução do proposto, com mudanças na execução do serviço de limpeza e varrição da atual empresa terceirizada, com a reforma e aquisição de novos contêineres adaptados. Ademais, foi elaborado um novo Termo de Referência para contratação de uma nova empresa especializada em coleta seletiva e varrição, adaptado ao previsto no PGIRS, e está em fase de licitação. Outro Termo de Referência também foi elaborado para a coleta, transporte e destinação final dos resíduos, e também está em fase de licitação. Os Ecopontos foram demandados à equipe de manutenção e estão em fase de início de construção. Em relação aos resíduos sólidos orgânicos especificamente, está sendo elaborado um projeto de compostagem. Uma comissão de gestão da coleta seletiva solidária foi formada também no âmbito da Ceasa/DF. 2018 As ações do Programa de Agroqualidade estão sendo aprimoradas juntamente com os técnicos de comercialização. Ações têm sido desenvolvidas em relação às práticas de comercialização dos permissionários da Ceasa/DF, desenvolvendo pareceres técnicos e relatórios que subsidiarão o Manual de Boas Práticas de Comercialização da Ceasa/DF. O Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PGIRS, foi desenvolvido e entregue finalizado no início de 2017. O PGIRS se encontra em fase de execução do proposto, com mudanças na execução do serviço de limpeza e varrição da atual empresa terceirizada, com a reforma e aquisição de novos contêineres adaptados. A contratação de nova empresa especializada em coleta seletiva e varrição encontra-se em fase licitatória. Os ecopontos foram instalados com sucesso. 2019 O programa de agro qualidade foi aperfeiçoado e desenvolvido pela CEASA e é baseado nos seguintes eixos norteadores que são: 1.MODERNIZAÇÃO DAS EMBALAGENS PARA COMERCIALIZAÇÃO ; 2. ROTULAGEM ATRELADA A RASTREABILIDADE; 3. MONITORAMENTO DE RESÍDUOS DE AGROTÓXICOS; 4.CLASSIFICAÇÃO DOS PRODUTOS HORTIFRUTÍCOLAS; 5. GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS Com o acompanhamento da equipe técnica a participação do público alvo, foi possível implementar no ano de 2019 todo o planejamento para o período.

ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO		IMPLEM. ATÉ 2018 (%)		IMPLEM. ATÉ 2019 (%)		UO RESP.		DESCRÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA		Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.		COD OBJ		COD PROG	
		2016		2017		2018		2019		2016		2017		2018	
		Foram realizados estudos em 2016 para implantação do CNPJ do Banco de Alimentos da Ceasa, porém a ação foi considerada inviável. A criação de um CNPJ significaria a criação de uma nova personalidade jurídica, com custos próprios, gerando um gasto com o governo. Portanto, entendeu-se pela não necessidade da implantação do CNPJ, continuando o banco de alimentos com seu funcionamento como parte integrante do complexo administrativo da agricultura do Distrito Federal.		Situação anteriormente considerada inviável.		Situação Inviável		Situação Inviável							
6207		10		0		14202		Implantação de CNPJ do Banco de Alimentos (CEASA);							
		2016		2017		2018		2019		2016		2017		2018	
		Em 2015 foi autuado processo administrativo nº 071.000.169/2015, objetivando a aplicabilidade da Lei nº 12.023/2009 que trata das atividades da movimentação de mercadorias em geral. Com isso foi firmado entre a Ceasa e o SINTRAMB - Sindicato dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias de Brasília. Foi apresentado pelo SINTRAMB um plano de trabalho, incluindo o cronograma para cumprimento das normas. A Ceasa nomeou servidores para fiscalizar o Termo de Cooperação e o mesmo foi colocado em prática no ano de 2016. No entanto ainda há ações a serem desenvolvidas, que serão firmadas em novo acordo em 2017, onde se dará continuidade aos trabalhos iniciados.		Situação anteriormente considerada inviável.		Situação Inviável		Situação Inviável							
		2016		2017		2018		2019		2016		2017		2018	
		No dever de acompanhar e fiscalizar o funcionamento do mercado atacadista nesta Ceasa-DF e em relação à aplicabilidade da Lei nº 12.023/2009, informamos que foram realizadas ações como o cadastramento dos carregadores e distribuição de uniformes para os profissionais da classe. No entanto, ainda existem ações a serem realizadas no que trata a Lei supracitada.		Situação anteriormente considerada inviável.		Situação Inviável		Situação Inviável							
		2016		2017		2018		2019		2016		2017		2018	
		No dever de acompanhar e fiscalizar o funcionamento do mercado atacadista nesta Ceasa-DF e em relação à aplicabilidade da Lei nº 12.023/2009, informamos que foram realizadas ações como o cadastramento dos carregadores e distribuição de uniformes para os profissionais da classe ainda no ano de 2017, no ano de 2018 houve novas reuniões para implantação e o fornecimento de identificação do trabalhador habilitado se encontra em andamento e vem sendo realizado pelo Sindicato dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral de Brasília-DF-SINTRAMB. No entanto, ainda existem ações a serem realizadas no que trata a Lei supracitada.		Situação anteriormente considerada inviável.		Situação Inviável		Situação Inviável							
		2016		2017		2018		2019		2016		2017		2018	
		No ano de 2019 foi implementado o sistema de cadastramento de carregadores que mantem os principais dados dos carregadores da CEASA/DF.		Situação anteriormente considerada inviável.		Situação Inviável		Situação Inviável							
6207		11		100		14202		Regulamentação da atuação dos carregadores avulsos (Lei 12.023, de 2009) (CEASA);							
6207		12		100		14202		Administração do Mercado da Agricultura Familiar (CEASA);							

ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO						
COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%) IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	IMPLEM. ATÉ 2019 (%) IMPLEM. ATÉ 2019 (%)
						documentações das organizações familiares, adquiridas bancas padronizadas para comercialização, reorganizado o layout, confeccionado placas para diferenciação de produtos convencionais e orgânicos, elaborada normativa para funcionamento do mercado entre outras. Atualmente, cerca de 35 organizações comercializam todos os sábados no Mercado de Agricultura Familiar, as ações implementadas pela Ceasa foram fundamentais para organizar o uso do espaço e regulamentar normas para seu funcionamento. Houve um ganho significativo de valor atribuído, com crescimento nas vendas e na imagem final levada ao consumidor. 2017 A Ceasa manteve as ações criadas em 2016, durante o ano 2017, mantendo com isso 100% no atendimento deste requisito. 2018 A Ceasa manteve as ações criadas em 2016, durante o ano 2017 e em 2018/2019, contemplou mais instituições uma delas foi a ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA FAZENDA SANTA CRUZ CNPJ nº 32.803.292/0001-97 de Formosa-GO que, tem mais de 100 produtores contribuindo para uma quantidade maior de produtos comercializados no Mercado da Agricultura Familiar, atraindo e aumentando a comercialização local. 2019 Ação implementada em sua totalidade no ano de 2018, sendo aperfeiçoada em 2019 com o atendimento de mais de 120 produtores da Agricultura Familiar.
						2016 Foi autuado em 2016 o processo nº 071.000.217/2016 com o intuito de se realizar a avaliação e atualização dos ativos permanentes da Ceasa, o mesmo foi analisado pela Diretoria Administrativa e encontra-se em fase de licitação. Após a contratação da empresa, será realizado estudo para reavaliação imobiliária e do ativo permanente da empresa. 2017 A Ceasa manteve as ações criadas em 2016, durante o ano 2017, mantendo com isso o mesmo percentual no atendimento deste requisito. 2018 Foi feita a contratação da empresa para serviços de reavaliação e atualização do ativo permanente da Ceasa/DF (Pregão Eletrônico 01/2017, processo original 071.000217/2016, não digitalizado). A empresa entregou o serviço. O resultado da avaliação e a consecutória atualização dos valores estão sendo analisadas pelas áreas competentes da Ceasa/DF. 2019 Durante o ano de 2019 foi realizada a reavaliação do ativo permanente, a avaliação do trabalho foi em quase sua totalidade realizada, restando apenas os ajustes de
6207	4	13	Realização de avaliação e atualização do ativo permanente da CEASA-DF (CEASA);	14202	80	90
						2016 Em 2016 a Ceasa através da Diretoria Administrativa, responsável pelo gerenciamento de recursos humanos, desenvolveu um estudo, o qual foi possível a criação de ferramenta de avaliação do Clima Organizacional. Nesse tempo, diversas atividades foram organizadas na empresa com o intuito de trazer ganhos positivos
6207	4	14	Desenvolvimento de ferramenta de avaliação do Clima Organizacional e de processos de resposta aos seus resultados (CEASA);	14202	60	100

ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO						
COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%) IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	IMPLEM. ATÉ 2019 (%)
						para o clima na empresa. Com a ferramenta desenvolvida, a realização de pesquisa para avaliação ocorrerá no primeiro semestre do exercício de 2017. 2017 A Ceasa manteve as ações criadas em 2016, durante o ano de 2017, mantendo com isso o percentual de atendimento deste requisito. 2018 A Ceasa manteve as ações criadas em anos anteriores, mantendo com isso o percentual de atendimento deste requisito foi criada instrução de serviço com procedimento de avaliação do clima. 2019 Ação totalmente implantada, levando-se em conta que foi implantado o sistema de avaliação funcional dos empregados e clima organizacional.
						2016 A Ceasa possui em andamento o processo nº 071.000.121/2015 para readequação do seu organograma, com o objetivo de dar maior eficiência aos processos gerenciais da empresa. Além disso, foi decidido pela Diretoria da empresa, a renovação do regimento interno da empresa, com o intuito de apresentar no regimento as atividades reais que cada Diretoria e suas divisões desenvolvem, os relatórios de cada Diretoria foram entregues no final de 2016 e o mesmo será discutido e implantado nos próximos meses. 2017 A Ceasa manteve as ações criadas em 2016, durante o ano de 2017, mantendo com isso o percentual de atendimento deste requisito. 2018 Em 2018 não foram realizadas atividades relacionadas a readequação do organograma. 2019 Instituição de Grupo de Trabalho visando realizar a reformulação do Regimento Interno e do Estatuto Social da empresa a fim de que estes reflitam o organograma da CEASA que está em fase de readaptação das funções desempenhadas pela empresa.
6207	4	15	Readequação de organograma/atividades das gerências de apoio, conforme demanda do planejamento operacional e redesenho dos processos visando melhoria, sobretudo no apoio às atividades finalísticas, com adequação do Regimento Interno (CEASA);	14202	20	30
						2016 A Ceasa em 2016 encontrava-se ainda com seu concurso realizado em 2012 vigente. Dessa forma, em 2016 foi desenvolvido e estabelecido um cronograma para realização das ações necessárias para realizar um novo concurso público. Com o encerramento da validade do concurso anterior, em 2017 serão realizadas as ações previstas no cronograma. 2017 A Ceasa manteve as ações criadas em 2016, durante o ano de 2017, mantendo com isso o percentual de atendimento deste requisito. 2018 Foi aprovada em reunião de Diretoria Colegiada a abertura de processo para contratação de empresa para
6207	4	16	Realização de estudos para novo concurso público (CEASA);	14202	15	15

ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO						
COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%) IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	IMPLEM. ATÉ 2019 (%)
						realização de concurso público. 2019 Devido a questões administrativas o processo de realização de novo concurso depende da reavaliação do regimento interno e definição de matriz de funções dentro da empresa.
						2016 A Diretoria Financeira, através de diversas reuniões com as outras Diretorias da empresa, realizou planejamento orçamentário e financeiro para os próximos exercícios com o intuito de planejar e visualizar o crescimento da empresa. Cada setor conseguiu informar suas necessidades e possibilidade de cortar gastos. Além disso, com o intuito de executar o planejamento estratégico da empresa, foi estabelecido plano de investimentos para os próximos anos, com o objetivo de buscar novas fontes de receitas e consolidar os bons resultados financeiros da Ceasa. 2017 A Ceasa manteve as ações criadas em 2016, durante o ano de 2017, mantendo com isso o percentual de atendimento deste requisito. 2018 A CEASA-DF está concluindo seu plano de investimentos com recursos próprios e atingiu até dezembro de 2018 o percentual de 43%, que totalizou uma execução de R\$ 8.953.351,92 de uma programação orçamentária de R\$ 20.837.816,00, aprovada para o ano de 2018. A Diretoria Financeira da CEASA-DF procurou trabalhar tendo por pressupostos quatro pilares estratégicos de sustentação: Programação Orçamentária; Controle Financeiro; Organização Contábil, e Responsabilidade Fiscal. 2019 Com o mapeamento das receitas e despesas a CEASA criou o planejamento de suas ações financeiras e melhoria na arrecadação, o resultado foi aumento de 48% da arrecadação e de 31% no resultado líquido da empresa.
6207	4	17		14202	90	100
			Realização de planejamento orçamentário, fiscal e financeiro da CEASA (CEASA);			
						2016 Em 2016, foi elaborado pela Diretoria Financeira da Ceasa termo de referência para contratação de auditoria externa, o processo de contratação da empresa foi analisado pela Diretoria Administrativa e pela dificuldade de conseguir cotações e pelos preços elevados para contratação, foi solicitada a realização de ajustes no termo de referência. Foi dado andamento ao processo, no entanto a empresa não foi contratada no exercício de 2016, dessa forma, será elaborado novo termo de referência para executar essa ação no exercício de 2017. 2017 Auditoria externa: foi licitada empresa de auditoria externa, entretanto, o serviço ainda não foi contratado. Com previsão de término para o 2º semestre de 2018. Auditoria Interna: Não foi implantada até o momento. 2018
6207	4	18	Implantação de rotina de auditoria externa e interna na CEASA (CEASA);	14202	100	100

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ		ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
					2018 (%)	2019 (%)	
							A CEASA possui implantada rotina anual de contratação de empresa de auditoria externa. 2019: A CEASA possui implantada rotina anual de contratação de empresa de auditoria externa.
							2016 A Diretoria Administrativa em conjunto com a Assessoria de comunicação estabeleceram um cronograma de reuniões a ações para "redesenhar" a intranet da empresa, com o objetivo de desenvolver a comunicação interna da empresa. Além disso, foram realizados seminários com o corpo gerencial da empresa com o intuito de conscientizar e criar normas para comunicação interna. No próximo ano será desenvolvida e implantada a nova intranet da Ceasa. 2017 A Ceasa manteve as ações criadas em 2016, durante o ano de 2017, mantendo com isso o percentual de atendimento deste requisito. 2018 Enquanto ações de comunicação interna, foram feitos ajustes pontuais e melhorias de lay-out na intranet institucional, tornando-a mais amigável, de tal monta que essa ferramenta segue sendo constantemente alimentada pela ASCOM e GETIC, sempre sob demanda dos interessados em divulgar as informações. A melhoria da comunicação interna, via fluxo de informações, é trabalhada a partir de 2019, sendo tratada em processo específico (SEI 00071-00000316/2019-31). 2019: Com a alimentação constante das informações o plano de comunicação foi 100% implementado dando transparência e agilidade nas comunicações institucionais da empresa.
6207	4	19	Construção e implantação de um plano de comunicação interna (CEASA);	14202	80	100	
							2016 A Diretoria da Ceasa em 2016 determinou que os setores realizassem mapeamento e manualização dos processos internos da empresa. Nesse sentido, diversos setores já criaram manuais para seus processos internos, os quais serão disponibilizados na intranet da empresa em momento oportuno. Além disso, processos internos de pagamento, de gestão de pessoas, aquisição de bens foram mapeados e divulgados internamente na empresa para conhecimento de todos os funcionários. 2017 A Ceasa manteve as ações criadas em 2016, durante o ano de 2017, mantendo com isso o percentual de atendimento deste requisito. 2018 A gestão decidiu por trabalhar os fluxos de informações diretoria a diretoria, havendo uma consolidação geral quando cada diretoria já tiver uma noção dos fluxos insitos às suas atividades. Em relação à DIRAD, todos os fluxos estão sendo trabalhados diretamente pela Gerência Administrativa, dentro do processo SEI 00071-00000316/2019-31, ao qual há de ser dado total transparência no conteúdo na intranet quando de sua consolidação e conclusão. Trabalha-se com a proposição final do fluxo DIRAD ainda no mês de abril-19. 2019: Com a criação do grupo de reavaliação do organograma, regimento interno e estatuto o mapeamento dos processos também será refeito, desta forma a referida ação deverá seguir as diretrizes que serão entregues
6207	4	20	Mapeamento e manualização dos processos internos (CEASA);	14202	80	80	

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%) IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	IMPLEM. ATÉ 2019 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
							da ação de mapeamento, contudo já foram divididas as matrizes de funções e escopo do trabalho sendo necessária questões específicas para conclusão.
							2016 – Em 2016, a Ceasa criou juntamente com a Assessoria de Comunicação cronograma para melhoria do site institucional. Diversos novos itens foram adicionados ao site com o intuito de melhorar a transparência das ações desenvolvidas pela empresa, como relatório financeiro, demonstrativo de rateio, relatórios gerenciais, entre outros. Para o exercício de 2017, a Assessoria de Comunicação, juntamente com a Diretoria Administrativa e a Secretaria de Estado de Comunicação desenvolverão novas melhorias para o site da empresa. 2017 A Ceasa manteve as ações criadas em 2016, durante o ano de 2017, mantendo com isso o percentual de atendimento deste requisito. 2018 Foi implantado o novo site da Ceasa-DF que segue o padrão adotado pelo GDF para todos os órgãos e entidades ligadas ao Governo. A atualização do site foi dividida entre a Assessoria de Comunicação; Gerência de Tecnologia da Informação; Ouvidoria; Controle Interno; e Gerência de Mercado. Assim os setores com maior demanda de dados a serem postados ganharam autonomia, respeitada a limitação de segurança dada a cada usuário. A descentralização gerou agilidade nas atualizações. O desafio para 2019 é atingir 100% no ranking de avaliação de transparência da Controladoria Geral do DF, que busca verificar o grau de cumprimento de dispositivos da Lei de Acesso à Informação (LAI) e de outros normativos sobre transparência no Distrito Federal. 2019 % implementada até 2018 - 80% (oitenta pontos percentuais) Foi implantado o novo site da Ceasa-DF que segue o padrão adotado pelo GDF para todos os órgãos e entidades ligadas ao Governo. A atualização do site foi dividida entre a Assessoria de Comunicação; Gerência de Tecnologia da Informação; Ouvidoria; Controle Interno; e Gerência de Mercado. Assim os setores com maior demanda de dados a serem postados ganharam autonomia, respeitada a limitação de segurança dada a cada usuário. O site alcançou 100% da meta de transparência pelos órgãos de controle e transparência.
6207	4	21	Aprimoramento do site da CEASA-DF, no sentido de facilitar a consulta e melhorar o acesso às informações (CEASA).	14202	80	100	

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

Orientações constam no item 5.1.5 das instruções (texto limitado a 80 linhas por objetivo específico).

SEAGRI

Dentro do Objetivo Específico, houve o atendimento às demandas de produtores assistidos em doação de insumos que atingiu resultados dentro dos parâmetros possíveis conforme a demanda que houve. A mesma situação ocorreu na participação do Agricultor nos Programas de Compras Institucionais, que depende da necessidade concreta de se realizar compras e haver oferta de propostas. Economicamente estes programas vêm atingindo suas finalidades ao público assistido.

Os programas de compras institucionais (PAA, PAPA/DF e PNAE) executados, diretamente ou em parceria com outros órgãos, pela Seagri são de grande importância para o fortalecimento da Agricultura Familiar. Estes programas viabilizam a aquisição direta, sem licitação, de alimentos e produtos oriundos dos agricultores familiares, para abastecimento da rede socioassistencial ou do mercado governamental, gerando renda para as famílias do campo e contribuindo para a criação de empregos e diminuição do êxodo rural.

Os programas, em sua maioria, visa garantir a segurança alimentar e nutricional e o direito humano à uma alimentação adequada à população do Distrito Federal estando inseridos no Plano Distrital de Segurança Alimentar e Nutricional – PDSAN/DF.

Os Programas, PAA e PNAE, os recursos utilizados para o fortalecimento da agricultura familiar vem da União, o primeiro do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário e o segundo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. Já o recurso utilizado para as aquisições do PAPA/DF é proveniente do próprio Distrito Federal.

Cabe ressaltar que, em conjunto, essas políticas vêm avançando em seus objetivos, levando cada vez mais renda ao campo, aumentando numero de famílias de agricultores familiares tendo acesso e garantindo a suplementação alimentar nutricional da população que se encontra em insegurança alimentar e nutricional do Distrito Federal.

A Seagri vem atuando de forma conjunta nos projetos de assentamentos, prestando todo suporte nas questões envolvendo a mecanização de manutenção e abertura de estradas, na conservação de solo e drenagem. Destaca-se também a atuação da Seagri através de suas ações de capacitação de conversação ambiental e em programa de boas práticas aos agricultores familiares que englobam o público atendido.

A articulação com as instituições governamentais no âmbito do Governo Federal e organizações da sociedade civil também está instituída na elaboração de ações não orçamentárias a fim de promover a economia rural no Distrito Federal. Diante disso, foram realizados Acordos de Cooperação Técnica entre a Seagri Rede de Sementes do Cerrado, onde serão propostos projetos de recuperação ambiental por meio de tecnologias de sementeira direta bem como com o plantio de mudas nativas do Bioma Cerrado, favorecendo diretamente as ações relacionadas ao Plano Integrado de Enfrentamento à Crise Hídrica. Paralelo a isso, a promoção de canais de comercialização direta ao pequeno produtor rural é uma assertiva que viabilizará ao pequeno produtor comercializar os seus produtos diretamente com o consumidor, sem a presença do atravessador, proporcionando renda ao pequeno produtor rural. Esta proposta, nomeada por "Brasília nos Parques", tem como finalidade regulamentar pontos de comercialização direta, privilegiando os circuitos curtos, em pontos estrategicamente posicionados em parques públicos do Distrito Federal, devidamente autorizados para esse fim pelos órgãos competentes.

A Seagri, por meio do Convênio SICONV nº 795520/2013, firmado com o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e Caixa Econômica Federal, adquiriu em 2016 Patrulhas Rurais compostas por tratores e implementos e cultivadores motorizados (tobatas) acompanhados de implementos, mas só no exercício de 2017 foram entregues aos assentamentos da reforma agrária. Em 2017 foram adquiridos: caminhão pipa, caminhão caçamba basculante, rolo compactador vibratório, motoniveladora e pá

carregadeira com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar. Desse Convênio resta pendente a obra do Centro de Capacitação Oziel Alves. O valor inicial do projeto estava em R\$ 19.675.146,76, entretanto, devido a necessidades de ajustes orçamentários o valor foi atualizado para R\$ 4.400.000,00.

O projeto de execução para a Obra do Centro de Capacitação de Assentados Oziel Alves III foi licitado, restando a etapa subsequente de licitação da obra em si. Para tanto há o saldo remanescente de R\$ 4.022.100,00.

No âmbito da Coordenação de Políticas de Assentamento realizou-se 03 Chamamentos Públicos em que foram selecionadas 66 famílias de agricultores familiares para os assentamentos Santarém, Patrícia & Aparecida e 10 de junho, este último a ser concluído no primeiro trimestre de 2018.

No tocante à entrega dos insumos, entre os meses de Agosto a Dezembro de 2017 foram distribuídos 1740 m³ de água e entregues 2000 m³ de aparas de poda.

As parcerias com Emater, Adasa e CEB proporcionaram o manejo e conservação do solo, a outorga de água e a disponibilização de luz nos assentamentos assistidos pela Seagri.

No âmbito do PAA, em 2017 foram adquiridas 578 toneladas de alimentos destinadas a 30 mil pessoas por meio de 126 entidades sociais do DF. Para tanto, foram cadastrados 1.014 agricultores familiares no PAA Termo de Adesão. Foram investidos no campo R\$ 1,79 milhões que contribuíram para o desenvolvimento e inclusão socioproductiva dos agricultores familiares do DF.

Para o biênio de 2016 e 2017 foram adquiridas 1.146 toneladas de alimentos, com 1.988 agricultores cadastrados no programa. Esse volume de produtos foi distribuído às 159 entidades socioassistenciais que atendem a aproximadamente 40 mil pessoas em estado de vulnerabilidade alimentar.

No tocante ao Programa de Aquisição da Produção da Agricultura – PAPA/DF, foram realizadas 08 chamadas públicas em 04 órgãos públicos (Seciança, Sedestmidh, Emater e BRB), no valor total de R\$ 8.412.634,08, com a participação de 178 agricultores familiares.

2018

No intuito de promover a economia rural do Distrito Federal, faz-se necessária articulação com as instituições governamentais no âmbito do GDF, Governo Federal, organizações da sociedade civil. Para isso, a SEAGRI se empenhou em elaborar minutas de Acordos de Cooperação Técnica com instituições parceiras para promover a reabilitação ambiental das áreas rurais na região da Bacia Hidrográfica do Alto Rio Descoberto, bem como difundir tecnologias aos produtores rurais do Distrito Federal.

Destaca-se que a proposta do produtor de água na Bacia Hidrográfica do Alto Rio Descoberto, por se tratar de uma ação de pagamento por serviços ambientais (PSA), o programa Produtor de Água no Descoberto pagará para produtores rurais do Alto Descoberto que aderirem à iniciativa proporcionalmente às ações de conservação de água e solo implementadas, como cercamento de nascentes, plantio de matas ciliares, adequação de estradas rurais, terraceamento, saneamento rural, entre outras ações que permitam o aumento da qualidade e da quantidade da água na região, o que acaba se refletindo no reservatório.

Os recursos serão provenientes dos aportes técnicos e financeiros das instituições que, ao assinarem o Acordo, se comprometem em atuar para a recuperação hídrica e ambiental do Alto Descoberto. Está em andamento a elaboração de um projeto básico para recuperação hidroambiental da bacia, que vai determinar as ações de conservação de água e solo necessárias para a região e os custos destas intervenções.

No que se refere ao projeto de difusão de tecnologias por meio da parceria entre a SEAGRI e o SENAR, espera-se realizar capacitações gratuitas em temas relacionados ao setor rural, como, por exemplo, curso de tratorista.

Além disso, a SEAGRI submeteu diversos projetos aos Parlamentares, resultando em sete Convênios celebrados, com recurso de Emenda Parlamentar, para promover a infraestrutura rural do Distrito Federal, favorecendo diretamente os produtores rurais do DF.

JUSTIFICATIVA: com relação aos indicadores houve equívoco nos valores informados em 2018 (3º ano do PPA), sendo:

→ 1480 - Canal Recuperados: foi informado o valor de 17,486 km para o resultado alcançado, sendo que o correto é 13,66 km;

→ 1481 - Produtor Assistido em Doação de Insumos: na justificativa do indicador foi informado que foram entregues aos produtores 3.490 m³ de adubo, o correto é 3.640 m³.

2019

A importância de se estabelecer o desenvolvimento sustentável da relação entre as atividades econômicas no meio rural está diretamente relacionada à produção e distribuição de alimentos, bem como da promoção do equilíbrio ambiental. Diante disso, a Secretaria de Agricultura tem enviado esforços para garantir o desenvolvimento da economia rural do Distrito Federal. Para tanto, tem diversificado e aumentado as formas de atuação direta em ações junto aos produtores rurais, por meio do Sistema Agricultura (SEAGRI, EMATER e CEASA) e por parcerias com outras instituições.

Em relação a isso, destacam-se as ações referentes ao Programa Brasília Qualidade no Campo, o qual estimula a produção de alimentos seguros, a promoção de ações que visam melhorar a qualidade sanitária da produção agrícola e proteger a saúde da população do Distrito Federal, uma vez que a propriedade certificada atingiu o mínimo de 70% dos itens previstos na Portaria nº 35 de 12 de maio de 2016. Além disso, o estabelecimento rural certificado receberá da SEAGRI/DF autorização para impressão do Selo que possuirá numeração de série padronizado, iniciado da sigla BPA seguido de numeração sequencial. O Selo do BPA é um diferencial para os produtos, tornando-os mais atrativos para o consumidor final e possibilitando maior distribuição e comercialização para os produtores.

Ainda neste viés, a SEAGRI em parceria com a CEASA e EMATER, propôs o Concurso de Boas Práticas Agropecuárias (BPA) aos permissionários da Pedra na CEASA: Proposta de Concurso Público para premiar os permissionários do Espaço de Comercialização – Mercado Livre do Produtor na CEASA/DF que promovam as boas práticas agrícolas. O concurso destinar-se-á a divulgar o Programa Brasília Qualidade no Campo junto aos permissionários e consumidores do espaço de comercialização na pedra da Ceasa, gerar estímulo à adesão ao Programa, bem como melhorar a qualidade sanitária dos produtos ofertados na Ceasa. As propriedades serão avaliadas segundo aferição de conformidade estabelecida no Anexo IV da Portaria nº 35 de 12 de maio de 2016 (que institui o Programa Brasília Qualidade no Campo), sendo acrescido o item: cuidados higiênicos sanitários no transporte, boas práticas de comercialização e promoção de tecnologias inovadoras em BPAs. A propriedade rural que apresentar maior percentual de conformidade na categoria receberá premiação. Serão premiadas a 1º, 2º e 3º propriedade rural com maior percentual, em cada categoria. A propriedade vencedora em cada categoria receberá instrumento de identificação da premiação a ser afixado no local de comercialização, com a finalidade de apresentar ao consumidor a propriedade vencedora;

Outra ação relacionada ao BPA é expansão da certificação do Brasília Qualidade no Campo para cadeias de produção animal. Por demanda da cadeia produtiva e adequação para concessão do Selo Arte a certificação do Brasília Qualidade no Campo foi expandida para atendimento das cadeias produtivas do leite, suinocultura e piscicultura. Assim, são contempladas para certificação os estabelecimentos rurais produtores de olerícolas, frutas, grãos, leite, pescado e suínos, abrangendo ainda mais os produtores rurais do Distrito Federal.

Ainda no que se refere à Economia Rural, a SEAGRI protagonizou a articulação para Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) de aproximadamente 65 hectares ao Serviço Social Autônomo Parque Granja do Torto (PGT). Com isso, a proposta é transformar o Parque na Cidade Agro, com representantes público e da

iniciativa privada, com lojas, empresas e instituições para atender toda a cadeia produtiva do setor, além da formação profissional para qualificar a população da região, além do resgate ao parque de exposições.

Quanto à Política Sociais Rurais, Abastecimento e Comercialização, a SEAGRI responde pelas políticas do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e Programa de Aquisição de Produtos da Agricultura - PAPA/DF, além de apoiar o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, são executados diretamente, ou em parcerias, pela SEAGRI. Estas políticas estão impulsionando a organização dos agricultores familiares e proporcionando a geração de renda no setor. Também, beneficia diretamente a população urbana em condições de vulnerabilidade social e alimentar, na qual tem sido atendida pelas entidades de proteção social e na rede de ensino público.

Essas políticas possibilitam a aquisição direta dos produtos produzidos pelos agricultores familiares gerando um grande potencial de desenvolvimento para o setor agrícola e contribuindo para a criação de empregos no campo e diminuição do êxodo rural.

Esses programas visam garantir a segurança alimentar e nutricional e o direito humano a uma alimentação adequada à população do Distrito Federal estando inseridos no Plano Distrital de Segurança Alimentar e Nutricional - PDSAN/DF. Os Programas PAA e PNAE, os recursos utilizados para o fortalecimento da agricultura familiar vem da União, o primeiro do Ministério da Cidadania e o segundo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE. Já o recurso utilizado para as aquisições do PAPA/DF é proveniente do próprio Distrito Federal.

Cabe ressaltar que, em conjunto, essas políticas vêm avançando em seus objetivos, atendendo cada vez mais agricultores familiares, com isso levando renda ao campo, e garantindo a suplementação alimentar nutricional da população que se encontra em insegurança alimentar e nutricional do Distrito Federal.

EMATER-DF

Consolidar as cadeias produtivas rurais, incentivando a criação e desenvolvimento de empreendimentos, parcerias e agregação de valor a produção e a comercialização no Distrito Federal e RIDE.

A Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, serviço público prestado pela Emater é fundamental para as cadeias produtivas que predominam no Distrito Federal. A integração de esforços para o desenvolvimento de instrumentos e metodologia visando à implementação das ações, tem possibilitado aos produtores rurais acesso a informação e potencializado a interação entre os diferentes membros das cadeias, aprimorando suas habilidades, a fim de garantir o equilíbrio econômico, social e ambiental para o Distrito Federal.

As inovações tecnológicas sustentáveis tem sua relevância nas cadeias produtivas: olericultura, grãos, floricultura, avicultura, bovinocultura de leite, destacando-se pelo alto Índice de produtividade. Apesar do ambiente de crise econômica, fatores ambientais como crise hídrica e fatores climáticos como escassez de chuva, o serviço de ATER continua proporcionando competitividade aos agricultores.

Os projetos que foram implementados através de parceria entre instituições públicas, ONG's, agricultores e movimentos sociais, bem como a organização de fóruns estratégicos para reflexão, encaminhamentos e desenvolvimento da Agroecologia e produção orgânica incentivaram a comercialização da produção orgânica no DF. Destacam-se 6 fatores cujo apoio governamental foi fundamental:

1. Aumento de feiras orgânicas, saltando de 37 para 51 pontos de venda de produtos orgânicos direto dos agricultores para os consumidores em todo o Distrito Federal;
2. Aumento significativo do número de agricultores orgânicos comercializando sua produção no Programa de Aquisição de Alimentos - PAAe no programa Distrital denominado Programa de Aquisição de Produtos da Agricultura - PAPA;
3. Implementação do mercado de varejo e atacado de produtos orgânicos na Ceasa no Centro de Comercialização e Capacitação da Agricultura Familiar;
4. Consolidação do associativismo e cooperativismo de produtores orgânicos;
5. Modernização nos processos de comercialização dos grupos associativos e cooperativos e intensificação da comercialização no atacado destes grupos;
6. Formação de sete Organizações de Controle Social e de uma Organização Participativa de Avaliação da Conformidade Orgânica - OPAC; visando o fortalecimento e consolidação no mercado local, oferecendo diferenciação de produtos e serviços.

Os empreendimentos rurais necessitam do registro em âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, denominado Cadastro Ambiental Rural - CAR, que tem por finalidade promover a regularização ambiental dos imóveis rurais permitindo a identificação, o controle, o monitoramento da vegetação nativa e em recuperação e o planejamento ambiental e econômico de imóveis rurais. Por meio do Convênio 001/2016-FUNAM, celebrado entre a Emater/Seagri/Sema, foram contratados 53 estagiários, todos capacitados pela equipe da Emater através da Gerência Ambiental e adquiridos 5 veículos, para ofertar aos pequenos produtores com área de até 4 módulos fiscais (20 hectares).

Estimular práticas inovadoras de restauração de vegetação do Cerrado como plantio direto, semeadura direta, condução da regeneração natural, e ainda a promoção de produção agrícola sustentável, por meio da agrofloresta, agroecologia e práticas de agricultura de baixo carbono, assim como divulgação de conhecimentos em práticas de restauração.

2018

Houve um trabalho em conjunto visando atender as demandas das comunidades rurais e propor soluções para problemas enfrentados ao longo do ano 2018. Diversas ações foram realizadas em parcerias com diversos órgãos do Governo do Distrito Federal e Governo Federal:

- Em parceria com a SEDESTMIDHT, através da Fábrica Social, a Emater-DF ministrou o curso de produção de hortaliças em estufas, cujo objetivo foi promover a inclusão sócio produtiva por meio da educação profissional para pessoas em situação de vulnerabilidade social, com vistas a sua autonomia socioeconômica que capacitou 50 trabalhadores;
- Foram realizadas com a parceria da Secretaria de Saúde, por meio do Centro Estadual de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST), Centro de Informação e Assistência Toxicológica (CIAT), Diretoria de Atenção Primária Saúde e Estratégica da Saúde da Família (DIAPS), Diretoria de Saúde do Trabalhador (DISAT), Laboratório Central (LACEN) e Diretoria de Vigilância Ambiental (DIVAL), Corpo de Bombeiros do DF, NOVACAP e SLU, sendo a principal atividade o Dia Especial de Saúde, onde são realizadas palestras de promoção da saúde, orientações e alguns exames. Assim, em 2018, foram realizados 18 Dias especiais de saúde com atendimento de 461 beneficiários;

- Como subsídio à produção das hortas escolares e hortas comunitárias, foram disponibilizados insumos na forma de adubos, sementes e ferramentas, além de assistência técnica. Foram 119 hortas, entre escolas e creches beneficiando 50.000 alunos, 02 hortas comunitárias e 20 entidades assistenciais, tais como os Centros de Atendimento à População de Rua (Centro POP), CAPS, ONG's, além de hospitais e centros de saúde. Também foram atendidas, 11 unidades da Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Distrito Federal;

- A EMATER-DF auxiliou na execução do Projeto REFLORESTAR da SEAGRI, e fez 224 visitas com repetições, beneficiando 181 produtores rurais;

- No Programa Produtor de Água, cujo objetivo é estimular a preservação dos mananciais por meio da política de pagamento por serviços ambientais voltados a proteção hídrica no Brasil. No DF, o programa foi implantado na bacia do Ribeirão do Pipiripau. Em 2018 foram elaborados 28 Projetos Individuais de Propriedade (PIP) e a EMATER-DF atuou na Restauração e Conservação de Área de Preservação Permanente e Vegetação Nativa, com o plantio de aproximadamente 35.250 mudas.

Em 2018, Brasília foi a cidade-sede do 8º Fórum Mundial da Água, maior evento global sobre o tema água. O Sistema Agricultura participou com aproximadamente 50 servidores e trouxe ao evento 08 temas vinculados à questão da água que foram apresentados em 35 momentos. Vale destacar que a participação da Empresa foi intensa, contando com 27 expositores e 15 palestrantes.

- A EMATER-DF, em parceria com a SEAGRI-DF e CAESB, somaram esforços para a revitalização do canal comunitário de irrigação do Núcleo Rural Santos Dumont, que é derivado do Ribeirão Pipiripau, tendo sido revestido aproximadamente 04 km do canal, até meados de novembro de 2018. Durante as ações para enfrentamento a crise hídrica na bacia do Ribeirão Pipiripau a EMATER-DF mobilizou os irrigantes e usuários de recursos hídricos em reuniões para acompanhamento das alocações negociadas anteriormente, com o total 217 participantes. Foram realizadas visitas para sensibilização, elaboração e acompanhamento do plano de manejo da irrigação em 199 propriedades, sendo instalados 60 equipamentos de monitoramento da umidade do solo, para manejo da irrigação, principalmente de hortaliças. Em duas dessas propriedades foram realizadas visitas de outros produtores para sensibilização quanto ao manejo correto da irrigação (unidades demonstrativas).

- Em parceria com a SEDESTMIDHT através do Programa PROSPERA foram aprovados 187 projetos resultando na aplicação de R\$ 3.327.160,05 nas atividades desenvolvidas por agricultores familiares.

- Na modalidade PAA Termo de Adesão, firmado entre o Governo do Distrito Federal e o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - MDSA contemplou a inscrição de 1.033 agricultores familiares em 2018, com um recurso financeiro disponibilizado de R\$ 2 milhões, que possibilitou a compra de frutas, hortaliças, frango caipira, doces de frutas e panificados que foram distribuídos para 151 entidades sócias assistenciais do DF (creches, asilos, institutos de combate às drogas, entre outros), totalizando a participação de 30 mil beneficiários nessas instituições. Na modalidade PAA Compra Institucional, cujo objetivo é a aquisição de alimentos produzidos pela agricultura familiar pelos órgãos públicos federais, através de chamamento público, foi contratado pelo Ministério da Defesa (Ranchos da Marinha, Exército e Aeronáutica) o valor de R\$1.510.434,62 para suprir seus refeitórios de hortifrutigranjeiros e agroindustrializados.

- Em 2018 foram obtidos avanços significativos que foram contemplados na Chamada Pública do PNAE, resultado da atuação do grupo de trabalho composto por membros da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal - SEAGRI-DF, Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal - SEDF e EMATER-DF. Houve a execução financeira de R\$ 9.958.000,00 em 12 contratos.

Firmado Convênio entre o MAPA e a EMATER-DF, que estabelece como objetivo a realização de assistência técnica e extensão rural aos médios produtores rurais do Distrito Federal, com o compromisso de atender, com visitas e outros métodos coletivos de ATER, a um universo de 800 médios produtores. No ano 2018 os

resultados alcançados nesse convênio foram: 535 Propriedades atendidas; 431 Diagnósticos elaborados; 214 Planos de ATER realizados; 461 acompanhamentos técnicos efetuados, 13 Atividades coletivas (Dias de campo, Dias especial de saúde e cursos) coletivo, com um total de 510 participantes.

Destaca-se também a realização de uma Capacitação técnica para 07 profissionais, viabilizada através da participação desses colaboradores no XII Encontro e IV Simpósio Brasileiro de Hidroponia realizado em Santa Catarina.

Instrumento Específico ANATER – Mais Gestão - Trata-se de parceria firmada entre a ANATER e a EMATER- DF que tem por objetivo a qualificação em “Gestão de Empreendimentos da Agricultura Familiar”, a organizações sociais (Associações e Cooperativas); sendo 14 (quatorze) localizadas no Distrito Federal e 1 (uma) no localizada no município de Luziânia – GO. As ações previstas nessa parceria iniciaram-se, efetivamente, a partir de novembro de 2018, e apresentaram nesse período os seguintes resultados:

01 reunião de apresentação/socialização do Projeto junto às organizações sociais; 13 Formalizações de termos de adesão; 13 Cadastramentos das Organizações participantes; 01 Diagnóstico Inicial (T-0); 01 Plano de gestão de empreendimento; 80 Horas de assessoria técnica as organizações sociais (empreendimentos) eleitos

Os Acordos de Cooperação instituídos no exercício de 2018, para desenvolvimento e implantação dos Programas de Desenvolvimento, possuem como objetivos principais:

- EMBRAPA HORTALIÇAS - Formalizar a integração de esforços entre as partes para o desenvolvimento agropecuário e agroindustrial do DF.

- INCRA - SR(28) - Estabelecer parceria para viabilizar a operacionalização dos créditos Fomentos (Fomento Mulher e Fomento I e II), no ambiente do Sistema Informatizado de Assistência Técnica e Extensão Rural - SIATER para famílias beneficiárias e/ou reconhecidas do Programa Nacional de Reforma Agrária - (PNRA), que vivem nos assentamentos: Pequeno William, Márcia Cordeiro Leite, Contagem, Santarém, Nova Campaúá, Estrela da Lua, 15 de Agosto, 1º de Julho e 10 de julho, criados e/ou reconhecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

No ano de 2018 foram distribuídas através de eventos coletivos ramas de mandioca para 400 pequenos produtores familiares. Outra importante ação é a divulgação dos resultados obtidos nas unidades demonstrativas do Parque Ivaldo Censi através do Evento AgroBrasília. Foram realizados eventos como a Festa da Goiaba e palestras para produtores de abacate e soja, com apoio técnico dos pesquisadores da Embrapa Cerrados. As unidades demonstrativas também são utilizadas para capacitação dos técnicos que prestam Assistência Técnica através de visitas individualizadas ao longo de todo o ano.

2019

No ano de 2019 foram realizadas 11.137 atendimentos coletivos e individuais de gestão, comercialização e mercado, beneficiando 4.215 agricultores, visando melhorar a administração das unidades produtivas rurais e suas organizações, com foco na diversificação dos canais de comercialização públicos e privados, munindo os agricultores e suas famílias de informações para que esses possam ser mais eficientes na gestão das atividades da propriedade e na comercialização da produção.

A comercialização em feiras continua sendo um importante canal de comercialização para os agricultores, neste sentido no ano de 2019, a unidade da Emater-DF fez ações em parceria com a Seagri-DF, SEMA, Ibram e Organizações de agricultores para revitalização das Feiras nos Parques, bem como o apoio às feiras de agricultores existentes, reestruturação da feira da Presidência da República e criação da feira do Parque da Cidade.

Outro canal de comercialização importante para agricultura familiar são as compras realizadas pelos órgãos públicos. As Políticas Públicas de aquisição de alimentos pelo PAA, PNAE e PAPA-DF são ferramentas poderosas do Estado para ampliar os canais de comercialização da Agricultura Familiar. Essas ferramentas também

contribuem para a segurança alimentar e nutricional dos equipamentos públicos e da rede sócio assistencial, promovendo a renda das famílias e estimulando o desenvolvimento local.

As hortaliças e as frutas são o maior foco das compras governamentais. São os produtos mais ofertados para essa modalidade de comercialização. Certamente, por ser essa atividade a que mais gera renda para a agricultura familiar.

- O programa de agroecologia e produção orgânica da Emater-DF tem como objetivos promover a adoção dos princípios e práticas agroecológicas em propriedades rurais convencionais com vistas à sua transição para graus mais elevados de sustentabilidade; promover estratégias e metodologias para o desenvolvimento tecnológico, econômico, social e ambiental que assegurem uma atividade rural sustentável e a estruturação de propriedades rurais de base agroecológica e promover a conversão das propriedades rurais para a produção orgânica. Acompanhando a tendência dos últimos anos, houve aumento significativo no número de beneficiários atendidos em 2019 nos temas agroecologia e produção orgânica, atingindo 2.426 beneficiários.

- A Emater-DF realizou atividades de orientação ao crédito e a emissão de 1.460 Declarações de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-DAP, para as Unidades Familiares de Produção Agrária do Distrito Federal, requisito para acesso a diversas políticas públicas direcionadas à agricultura familiar. No PROSPERA foram aprovados 209 projetos resultando na aplicação de R\$ 4.520.363,41 nas atividades desenvolvidas por agricultores familiares. No FDR foram contratados 15 projetos, inserindo R\$ 1.412.521,95 em atividades agropecuárias no Distrito Federal.

- No Programa Jovem Empreendedor Rural (Filhos Deste Solo) que visa promover o desenvolvimento rural, integrando políticas públicas existentes para propor novas ações de forma a alterar o cenário de esvaziamento do campo pelos jovens e ofertar novas oportunidades para permanecerem "nestes solos". Para tanto, tem o objetivo principal de transformar em realidade os sonhos, anseios, ideias e projetos que os jovens rurais do DF têm para o seu futuro e que envolvam suas famílias e comunidades. Por meio da formação em empreendedorismo rural e gestão de negócios, permitindo que estes jovens transformem esses sonhos/projetos em Planos de Negócio criando oportunidades de inserção socioeconômica nos setores primário, secundário e terciário. Em 2019 foram realizadas 5 reuniões de mobilização para 219 jovens; e 10 cursos de Empreendedorismo e Gestão do Negócio, formando 207 jovens de diversas regiões do DF, e 2 Seminários com a participação de 260 pessoas entre jovens e familiares.

- A Emater-DF tem sido a ponte que leva aos agricultores informações sobre as políticas públicas, bem como a facilitadora do acesso a essas políticas. Para acessar essas políticas são necessárias documentações que comprovem as condições de vida e de renda das famílias, documentação que muitas delas não possuem. A Emater tem atuado junto a essas famílias para o provimento dessa documentação imprescindível para o exercício da cidadania junto às famílias rurais.

Atividades desenvolvidas:

- 7.001 pessoas foram atendidas e 634 capacitadas em Cidadania, Políticas Públicas e Benefícios Sociais;
- 45 aposentadorias/Loas/Pensões efetivadas;
- 24 outros benefícios do INSS (salários maternidade efetivadas, auxílios doenças efetivados com a orientação da Emater-DF);
- 2.142 carteiras de produtor rural emitidas/renovadas.

• 537 Cad-Único (cadastramento e atualização).

- Instrumento Específico ANATER – Mais Gestão - Trata-se de parceria firmada entre a Emater-DF e a Anater com foco na gestão de empreendimentos coletivos da agricultura familiar no Distrito Federal. Esse trabalho iniciou-se em 2018 e está em andamento com a assessoria técnica de 13 empreendimentos coletivos entre cooperativas e associações.

A Emater do Distrito Federal atende 14 organizações com 889 pessoas associadas. Foram executados: 12 Cadastros nas organizações no Distrito Federal; 02 Cadastros fora do Distrito Federal; 12 diagnósticos nas organizações no Distrito Federal; 02 diagnósticos fora do Distrito Federal; 11 Planos de Gestão para as organizações no Distrito Federal; 02 Planos de Gestão fora do Distrito Federal; 180 atendimentos Individuais em Assessoria Gerencial; 01 Oficina Anual com potenciais compradores.

- Convênio MAPA para ATER ao Médio Produtor foi firmado entre o MAPA e a Emater-DF para ser realizado o período de dezembro de 2017 a dezembro de 2018, entretanto, foi prorrogado (Aditado) por mais um ano, passando o seu término para 29/12/2019. Teve como objeto a realização de assistência técnica e extensão rural a 790 médios produtores rurais do Distrito Federal, com as Metas de realizações de 04 assessoramentos individuais de Ater (4 visitas por produtor); 30 métodos coletivos de ATER nas áreas de interesse desse público e de trabalhadores rurais, 05 intercâmbios técnicos de formação para produtores e técnicos. No ano 2019, para complementação dessas Metas, os resultados alcançados nesse convênio foram 710 propriedades atendidas, 279 diagnósticos aplicados, 496 planos de ATER elaborados, 2.381 assessoramentos técnicos efetuados, 16 atividades coletivas (Dias de campo, Dias especial de saúde e Cursos), com um total de 625 participantes, 03 viagens de intercâmbios de técnicos.

- Instrumento Específico de Parceria Anater – Mais Ater firmado entre a Anater e a Emater-DF, que tem por objeto a prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural a 500 famílias de agricultores familiares do Distrito Federal pelo um período de 30 meses (01/11/2017 a 30/4/2020). Em 2019 os resultados apresentados no desenvolvimento das ações previstas nesse Instrumento Específico de Parceria foram as seguintes realizações: 2.628 visitas individuais; 37 eventos coletivos, com 875 participantes; 452 diagnósticos intermediários (T-1). Essas ações tiveram como objetivo a promoção do desenvolvimento sustentável das unidades de produção familiar - UFPA's, beneficiárias desse IEP, através de adoções de inovações tecnológicas nas cadeias produtivas de olericultura, fruticultura, piscicultura, avicultura, floricultura, agroindústria, artesanato, bem como na promoção do desenvolvimento social através das realizações de trabalhos em projetos de segurança alimentar.

No ano de 2019, foram realizados eventos coletivos para a distribuição de ramas de mandioca para cerca de 400 pequenos produtores familiares. Outra importante ação é a divulgação dos resultados obtidos nas unidades demonstrativas do Parque Ivaldo Censi por meio de Evento AgroBrasília. Foram realizados eventos como a Festa da Goiaba, Festa do Morango com foco na capacitação de técnicos e produtores em inovação tecnológica, sendo realizadas palestras e dias de campo, com apoio técnico dos pesquisadores da Embrapa Cerrados. As unidades demonstrativas também são utilizadas para capacitação dos técnicos que prestam Assistência Técnica por meio de visitas individualizadas ao longo de todo o ano.

CEASA-DF

A Ceasa em 2016, com a ampliação e regulamentação do Mercado de Agricultura Familiar conseguiu consolidar e aumentar espaços para comercialização da agricultura no Distrito Federal. Foram realizados diversos investimentos em infraestrutura, padronização dos espaços e um controle mais efetivo dos produtos comercializados. Além disso, a implantação de programas como o de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos, boas práticas de comercialização, entre outros, auxiliou



os agricultores e empresários na melhoria da qualidade dos serviços de comercialização oferecidos, além da consolidação da Ceasa como centro de distribuição de produtos hortigranjeiros no Distrito Federal. A ampliação dos dias de funcionamento da pedra e varejo proporcionou o atendimento e apoio a novos produtores rurais, que possuem garantia na comercialização de seus produtos, com ampla divulgação e apoio da empresa. Em 2016, foi iniciado também estudos para a construção da nova Ceasa, o processo, no entanto, é lento, mas o alcance de resultados proporcionará agregação de valor a agricultura do Distrito Federal. Por fim, a implantação e divulgação do novo regulamento de mercado da Ceasa proporcionou o aumento da organização da comercialização nos espaços disponíveis, foi possível consolidar esses espaços de forma a disponibilizá-los e oferecer apoio institucional aos agricultores, além de beneficiar os empresários de atacado, por trazer novos públicos para dentro da Ceasa.

Foi possível em 2017 à Ceasa ampliar sua segurança e conforto para os usuários, tanto interno, quanto externo. Essas melhorias ocorreram devido ao empenho da gestão da empresa no sentido de priorizar a qualidade dos serviços oferecidos, bem como a celeridade dos processos internos da empresa. Essas ações auxiliaram na ampliação da visibilidade da Ceasa no Distrito Federal e trouxeram confiança para o nosso usuário interno, o produtor rural e os empresários.

Em 2017 também foi iniciada a licitação para novos boxes nos novos pavilhões a serem construídos na Ceasa, o que gerará novas receitas e possibilidades para esta estatal não seja mais dependente.

A Ceasa promoveu o Programa de Refinanciamento de dívidas em atraso, de forma a viabilizar o recebimento de usuários inadimplentes. Houve adesão considerável e foi avaliado como muito positivo pela Direção da Empresa.

2018

A boa execução do conjunto de iniciativas e dos pilares estratégicos de sustentação impacta diretamente na atividade comercial da empresa e na sua relação com os permissionários, varejistas, produtores e sociedade em geral.

O enorme mercado de hortifrutigranjeiros do Distrito Federal exige uma posição de vanguarda e liderança da empresa, impondo a necessidade de modernização administrativa, de geração de novas receitas, de profissionalização do mercado, de responsabilidade socioambiental e de incremento da infraestrutura.

As diversas iniciativas desenvolvidas pela CEASA-DF estão norteadas pela busca contínua do equilíbrio financeiro. Os avanços estruturais são mais do que evidentes e fica claro o desafio para o médio prazo, para o qual, em nossa visão é necessário manter os investimentos em obras de infraestrutura que propiciem o aumento das receitas de serviços da empresa.

No ano de 2018 ocorreu aumento de capital, operação que está prevista no Código das Sociedades Comerciais, esta operação funciona como uma fonte de financiamento para a empresa, permitindo-lhe desenvolver novos projetos, por meio do aumento dos capitais próprios da organização.

A CEASA promoveu as seguintes ações que merecem destaque:

Aquisição e Implantação do novo módulo de Gestão de Pessoas – Folha Pagamento;

PDV – 20 empregados desligados, gerando economia mensal de R\$ 140.000,00;

Contratação de 08 empregados (04 Assistentes Adm., 03 Técnicos Comercialização e 01 Motorista), após o PDV;

ACT – reajuste salarial concedido em 2015 - 7,68%;

Implantação do PCS 91;



Admissão de Jovem Candango em parceria com a Secretaria da Criança;
Emprego da Tabela de Emprego Permanente passou a compor o Conselho de Administração;
Ampliação do efetivo de estagiários passando 17;
Aprovação do Manual do Processo de Avaliação de Desempenho dos empregados da CEASA/DF;
Expansão do sistema de videomonitoramento de 49 para 104 câmeras;
Aquisição de servidores de rede;
Interligação do CCC à rede GDFNet por meio de fibra óptica para uso da EMATER e SEAGRI;
Implantação do sistema de Estatística (SIEC);
Implantação de sistema open source na solução de sinalização digital (telões);
Implantação de outsourcing de impressão;
Contratação de serviço de vídeo vigilância – Operação do sistema de videomonitoramento;
Aquisição de novos computadores;
Aquisição de Projetor de mídia de alta capacidade;
Aquisição de equipamentos (câmeras, switches, nanocomputadores e etc);
Aquisição de Bens Patrimoniais no período de janeiro de 2015 a dez/2018. Total: R\$ 602.399,45;
Realização de Leilão Público 01/2018 para alienação de 430 bens patrimoniais (bens móveis e equipamentos de informática e audiovisual e mais 03 veículos). Total apurado no Leilão = R\$ 33.963,00;
Melhoria do Sistema de Administração de Patrimonial com aquisição de novo sistema.
O presente relatório de gestão permite uma oportunidade para análise do passado, compreensão do presente e projeção de futuro para essa empresa.
Cabe destacar ainda o enorme esforço da atual gestão para manter a CEASA-DF como uma empresa não dependente de recursos financeiros do Tesouro do Distrito Federal.

2019

Na consecução do objetivo específico a CEASA vem realizando ações visando a melhoria contínua dos seus recursos tendo como foco principal a melhoria na arrecadação, foram detalhadas cada uma das ações da empresa a fim de buscar os objetivos propostos pelo Governo do Distrito Federal. A empresa passa por um momento muito singular, tendo em vista a adoção de um modelo de gestão que busca a modernização administrativa, a geração de investimentos, a melhoria da infraestrutura e a profissionalização do mercado.

A empresa está pronta para o desenvolvimento futuro e para a modernização que o mercado requer. A CEASA-DF qualifica-se como uma das maiores e melhores Centrais de Abastecimento do Brasil, além de contar com um fortíssimo apelo logístico por sua localização privilegiada no planalto central. Algumas das iniciativas e



desafios que marcaram a gestão da CEASA-DF e seus respectivos resultados poderão ser percebidos não apenas nos números absolutos, mas, também, nos detalhes que serão a seguir apresentados, dentre elas destacam-se os seguintes itens:

Recuperação de Débitos – CONTROLE FINANCEIRO

Melhor rentabilização dos investimentos;

Programa de Investimentos com a construção de novos pavilhões na Ceasa para abrigar com maior conforto os permissionários;

Programa de Refinanciamento de Dívidas;

Contenção de Gastos;

Quanto ao Banco de Alimentos e muitas metas foram traçadas no início do ano. Todas que estavam sob responsabilidade do setor administrativo foram cumpridas e já foram mencionadas, PAA/TA: A execução do PAA 2018/19 aconteceu em 38 semanas com execução de 100% (R\$ 2.000.000,00) do recurso financeiro disponibilizado. Nesse período foram adquiridos/distribuídos 684,6 toneladas de alimentos. Esses alimentos foram destinados a 142 instituições sociais, cadastradas no Banco de Alimentos, com público de mais de 36 mil pessoas. · PAA/CONAB: As entregas foram de março a outubro e totalizaram 28 toneladas de alimentos. Esses alimentos foram destinados a mais de 80 instituições e um público de mais de 25 mil pessoas. · PDZ: Até o mês de dezembro foram distribuídos 278 toneladas de alimentos. Uma queda de aproximadamente 8% em relação ao mesmo período do ano passado.

No entanto houve pequena melhora no quesito aproveitamento, Outras grandes realizações do Banco de Alimentos:

5 milhões 474 mil refeições complementadas;

Entrega do estudo diagnóstico do Estado Nutricional do público beneficiado pelos programas do Banco de Alimentos;

Projeto Piloto de Compostagem em parceria com a Empresa Acqua Ambiental, para subsidiar ações na área de resíduos sólidos no âmbito da CEASA;

Aumento em 10% a arrecadação do Programa;

Aumento da Arrecadação do Programa Desperdício Zero;

Capacitar em Educação Alimentar e Nutricional e Aproveitamento integral de Alimentos 180 funcionários de Instituições atendidas pelo PCDA.

Quanto aos aspectos operacionais destacam-se as seguintes realizações:

Operação de recapeamento das vias internas da CEASA-DF;

Ação de manutenção preventiva com foco em problemas sistêmicos: telhado, iluminação, banheiros, rede de água e esgoto, e outros;

Acompanhamento e fiscalização das obras como os Novos Pavilhões;

Reinauguração do Mercado do Peixe de Brasília;

Elaboração de novos projetos para edificações no interior da CEASA-DF como o Novo Pavilhão B-7/3-A, Pavilhão paralelo a divisa com a Via Estrutural e Nova Portaria para acesso a Via Estrutural;

Instalação de ponto de recarga energética de veículos elétricos do Projeto Vem DF;

Reforma de local onde foi criado o serviço de Bombeiro Cível dentro da CEASA-DF;

Recadastramento dos Produtores Rurais que comercializam na CEASA-DF que apontou que 55% são inscritos no PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

Produtores Rurais do DF e RIDE atendidos na CEASA-DF na forma direta ou indireta estimada em cerca de 4 mil;

Empresas instaladas na CEASA-DF 161 CNPJs e empregos diretos com carteira assinada em mais de 3 mil;

Volume Comercializado acumulado de janeiro até dezembro de 2019 de aproximadamente 315 mil toneladas, dando uma média mensal de 28,7 mil toneladas que apresenta um crescimento de 8,2% frente ao mesmo período de 2018.

Quanto as ações que não foram totalmente realizadas os mecanismos de ajustes e finalização já foram realizados restando poucos itens para serem implantadas. |

Na avaliação dessa Unidade, o Objetivo ESPECÍFICO previsto, ora avaliado, foi alcançado? Considerar todas as realizações ao longo dos quatro anos de vigência do PPA 2016-2019.

() Objetivo integralmente alcançado

(x) Objetivo parcialmente alcançado, com número satisfatório de entregas relevantes.

() Objetivo parcialmente alcançado, com reduzido número de entregas relevantes.

() As entregas não contribuíram para o alcance do Objetivo.

Justifique a resposta: No quadriênio 2016-2019 deparamos com alguns obstáculos na execução dos atributos do objetivo específico, sendo os principais: quadro de servidores reduzido; falta de recurso orçamentário e financeiro; e carência de recursos tecnológicos.

Embora não tenha alcançado o objetivo integralmente, consideramos que as ações desenvolvidas atenderam seus objetivos principais de consolidar as cadeias produtivas rurais, incentivando a criação e desenvolvimento de empreendimentos, parcerias e agregação de valor a produção e a comercialização no Distrito Federal e RIDE. |



005 – CIÊNCIA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA: Transformar Brasília em referência pela capacidade de realizar pesquisas científicas, desenvolvimento tecnológico e inovação, com a presença de institutos de pesquisa, centros de pesquisa científica, centros de educação tecnológica e de educação superior, e empresas intensivas no uso de tecnologia.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:
09.101 – SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL, RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E SOCIAIS - CACI

Orientações constam no item 5.1.2 das Instruções

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

Análise Quantitativa

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNIDADE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% de Alcance Total (DE/A)
6207	5	7	Captar e sistematizar a oferta e demanda para novos conhecimentos em tecnologias rurais (EMATER).	14203	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	40	50	100	100	XXX

Análise Qualitativa (limitado a 15 linhas por meta)

7.Captar e sistematizar a oferta e demanda para novos conhecimentos em tecnologias rurais (EMATER).

2016

Foi criada em 2015 e continua em funcionamento a “Rede de Inovação Rural do DF”, coordenada pela EmaterR.. Essa rede é integrada pelas seguintes instituições parceiras: Emater, Embrapa Cerrados, Embrapa Hortaliças, Embrapa Agroenergia, IFB, UNB e Upis.Esta rede tem a função de captar e sistematizar a oferta e demanda para novos conhecimentos.

Com a Embrapa Cerrados foram feitas reuniões com participação de técnicos da Emater e Embrapa para sistematizar as ofertas e demandas.

Com a Embrapa Hortaliças foi entregue documento com as “Demandas” dos produtores organizados pela Emater, a Embrapa analisou e elaborou um portfólio de ofertas tecnológicas disponíveis pela Embrapa Hortaliças.

Com a Embrapa Agroenergia/CBBP (Energias Renováveis) – foi construído um estande na Agrobrasil e ministrado o curso de capacitação para técnicos da Emater, multiplicadores e produtores e foram realizadas visitas aos escritórios para orientação sobre Energia Fotovoltaica. Com as outras instituições parceiras este trabalho é feito de forma pontual e eventual.

2017

A partir do grupo de trabalho interinstitucional REDE de INOVAÇÃO, criado para discutir as ofertas e demandas de tecnologias para o desenvolvimento Rural, realizou-se um levantamento de demandas dos produtores, por meio de reuniões e questionários aplicados aos escritórios locais e coordenadores de projetos. Este levantamento foi discutido no Grupo de Inovação. Realizou-se também Reuniões Técnicas sobre a parceria Embrapa, Emater e Produtor Rural, onde foi apresentado o portfólio de pesquisas existentes pela Embrapa, foi apresentada a demanda dos produtores, discutiram-se as prioridades e o consenso balizou os planejamentos posteriores. Em 2017 a REDE de INOVAÇÃO continuou trocando informações em meio digital e gerando novos projetos comuns entre os parceiros.

2018

Foram feitos vários encontros entre representantes de instituições a fim de atender às demandas levantadas. Alguns acordos de cooperação foram assinados e outros serão oficializados no ano de 2019. Na Floricultura foram feitas ações junto a importantes instituições como UNB, IFB e Jardim Botânico, para testar e difundir novas tecnologias para este setor, com os quais serão implementados planos de trabalhos específicos. Na UNB o projeto é referente à inovação no setor da floricultura e consiste no estabelecimento de estudos para a produção de flores orgânicas, projeto denominado FLOREX. No Instituto Federal de Brasília, mais especificamente no campus de Planaltina foi elaborado um plano de trabalho para formação de técnicos na área de floricultura e a produção de trabalhos relativos a produção de nativas do cerrado com potencial ornamental para o DF. Ainda no Jardim Botânico o projeto consiste na produção de orquídeas, em laboratório em parceria com os produtores do setor, dando preferência as nativas do cerrado.

2019

Foram realizados vários encontros entre representantes de instituições a fim de atender às demandas levantadas pelos técnicos da EMATER do Distrito Federal e produtores atendidos pela EMATER-DF. Alguns acordos de cooperação foram assinados e outros serão oficializados no ano de 2020. Na Floricultura foram feitas ações junto a importantes instituições como Universidade de Brasília, o Instituto Federal de Brasília e o Jardim Botânico de Brasília, para testar e difundir novas tecnologias para este setor, sendo implantada a unidade demonstrativa na Fazenda Água Limpa para atender as necessidades tecnológicas de produção dos produtores do Setor.

ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	IMPLEM. ATÉ 2019 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6207	5	5	Instituição de Termos de Cooperação Técnica e Convênios com FAL/UNB, Embrapa, MCT, FAP-DF, Universidades Privadas com	14203	80	100	2016- Existe acordo de cooperação com a Embrapa Cerrados e

Em trabalho conjunto, a Emater-DF, os produtores rurais e a Embrapa Cerrados, desenvolvem atividades para a validação da mandioca com o objetivo de selecionar os produtos mais lucrativos para o produtor e que são melhores aceitos pelo consumidor. Dentro deste objetivo foram implantadas 15 (quinze) unidades de experimentação e feito o acompanhamento das 05 unidades de experimentação já existentes. Foram ainda realizados 02 encontros de produtores de mandioca do Distrito Federal, a Festa da Mandioca e a distribuição de 400 kits de ramas de novos cultivares. Cabe salientar ainda a parceria com o CNPH (EMBRAPA HORTALIÇAS) onde foi realizada a capacitação de Extensionistas em irrigação, visando o enfrentamento mais concentrado da crise hídrica. Destaca-se igualmente os esforços da Emater-DF em instituir Termos de Cooperação com instituições de ensino e pesquisa para complementar a pesquisa com os serviços de ATER.

—2018

O Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre EMATER-DF e o Jardim Botânico de Brasília-JBB, tem como foco principal, o intercâmbio de conhecimento técnico entre as partes signatárias deste instrumento, mediante pesquisa técnico-científica relativa a cadeia produtiva de flores e plantas ornamentais, transferência de tecnologia e do desenvolvimento de ações estruturantes aos produtores rurais do DF e RIDE bem como, o compartilhamento do conhecimento no tema e treinamento dos envolvidos na tecnologia estudada.

Com o foco na questão hídrica, visando divulgar tecnologias de reuso da água, no Programa de Agricultura Urbana foi instalado um sistema de captação de água dos bebedouros para uso na horta educativa. Assim busca-se difundir essa tecnologia para as demais escolas do programa. Em parceria com o Ministério (MAPA) foram adquiridos IRRIGAS para implementação de unidades demonstrativas com o intuito de monitorar e apoiar o produtor nas tomadas de decisão quanto à irrigação, ou seja, uso consciente da água. Dentro do assunto Irrigação iniciou-se uma parceria com o SERPRO para o desenvolvimento de um protótipo para o manejo de irrigação baseado na internet das coisas (IoT) com o objetivo de atender os produtores rurais do Distrito Federal.

2019

O ano de 2019 o foco na questão hídrica foi mantido, visando divulgar as tecnologias de reuso da água. No Programa de Agricultura Urbana foi instalado um sistema de captação de água dos bebedouros para uso na horta educativa. Assim, busca-se difundir essa tecnologia para as demais escolas do programa. O equipamentos IRRIGAS, adquiridos em parceria com o Ministério da Agricultura, continuaram sendo implantados com novas unidades demonstrativas com o intuito de monitorar e apoiar o produtor rural nas tomadas de decisão quanto à irrigação, ou seja, uso consciente da água. Dentro do assunto Irrigação houve um avanço na parceria junto ao Serpro e o protótipo encontra-se em fase de validação no laboratório para que possa ser aplicado em unidades demonstrativas atendidas pela EMATER-DF. Neste ano novas unidades demonstrativas de mandioca foram instaladas e outras colhidas e avaliadas em termos de produtividade e qualidade de cozimento e as ramas redistribuídas aos pequenos produtores em parceria com a Embrapa Cerrados. Em 2019, foram implantadas áreas de multiplicação na área demonstrativa da EMATER-DF no AgroBrasília para fornecimento de ramas aos produtores do DF e RIDE. Na área pecuária foi dada continuidade a implantação da unidade demonstrativa para uso de biotecnologia da reprodução (Inseminação por Tempo Fixo - IATF; e Transferência de Embrião in vitro) de forma a validar tecnologias avançadas aplicadas à pequenas propriedades rurais com sustentabilidade econômica e ambiental. Esta unidade foi realizada em parceria com a Embrapa Cerrados através do CTZL. Na área de fruticultura foi implantada as áreas de referência na Agrobrasília em parceria com Cooperativa COOPADF para o desenvolvimento de tecnologias para a produção de uva e pitaya. Na área de Floricultura foi implantada a unidade demonstrativa de produção de Gladiolos orgânicos. Na área de Agroecologia em parceria com a Secretaria de Agricultura foram implantadas unidades agroecológicas incluindo no Kit a produção de sementes orgânicas e um Kit de irrigação. As atividades com relação a questão hídrica, visando divulgar tecnologias

de reuso da água, é um processo continuado de ações. No ano de 2019 foram visitadas diversas propriedades rurais com a equipe do SERPRO para o lançamento do protótipo que está sendo desenvolvido para o manejo de irrigação baseado na internet das coisas (IoT) com o objetivo de atender os produtores rurais do Distrito Federal. Foi iniciado o Projeto IRRIGAR da EMATER-DF, que faz parte de um projeto maior, junto a diversas entidades do GDF, como CAESB, ADASA, SEAGRI, Jardim Botânico de Brasília, Fundação Zoológico, denominado Águas do DF. Dentro das diversas ações do projeto é de responsabilidade da EMATER-DF, Diagnosticar, orientar, mapear e capacitar técnicos e produtores rurais do Distrito Federal e RIDE no uso eficiente da água de irrigação fomentando a sustentabilidade da atividade agrícola irrigada e promovendo o uso de tecnologias que possibilitem maior eficiência e uso racional da água na irrigação do Distrito Federal. Ainda dentro do conceito de inovação tecnológica aplicada foi desenvolvido um aplicativo DFRural (Caderneta de Campo Digital - CCDig), para acompanhamento da produção do campo, gratuito, para o produtor rural do Distrito Federal, inicialmente para atender a Normativas de Rastreabilidade (IN nº02 MAPA e ANVISA). Esse projeto é uma inovação tecnológica no campo que permite ao produtor acessar diversos serviços da EMATER-DF através de celulares.

A EMATER –DF também participou durante o ano de 2019 de uma chamada para apresentação de projetos da Fundação de apoio à Pesquisa do Distrito Federal chamada de Smart Farming, tendo os seguintes projetos aprovados: (1) Projeto de Residência Agrária em parceria com o Instituto Federal de Brasília, no Campus de Planaltina, a EMATER-DF está desenvolvendo um programa de residência em extensão rural com duração de 10 meses com a oferta de 10 bolsas de nível médio e 10 bolsas de nível superior (totalizando 20 bolsas). Com foco em pesquisa científica e inovação tecnológica aplicada ao território rural do Distrito Federal. O projeto foi apresentado em 2019 e aprovado em 2020 junto a FAP-DF, aguardando liberação do edital e recurso financeiros. (2) Outro projeto submetido a Fundação de Apoio à Pesquisa de Brasília é a automação em sistemas de qualidade de água na aquicultura – desenvolvimento de equipamentos e respectivo software. O desenvolvimento de sistemas automatizados de qualidade de água pode contribuir para os seguintes resultados: (a) aumento da produção local de peixes e camarões; (b) ampliação da base econômica e a geração de empregos ao longo da cadeia produtiva; (c) Facilitar o acesso dos produtores aos sistemas intensivos de produção de pescado, como mais uma alternativa econômica para as propriedades rurais; (d) Redução nos custos de produção e aumento da competitividade do pescado local. O projeto foi aprovado em 2019 e aguarda a liberação de edital e recursos financeiros para 2020. (3) Um importante projeto de inovação no campo é Implantação de duas unidades de pesquisa, extensão e produção em bioinsumos com o objetivo de promover o desenvolvimento científico e tecnológico para o meio rural do Distrito Federal.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

007 – SANIDADE DOS REBANHOS E LAVOURAS: Garantir a sanidade dos rebanhos e das lavouras, por intermédio da execução de programas de prevenção, controle e erradicação de pragas e doenças de notificação obrigatória e zelar pela produção de um alimento seguro, por meio de ações de fiscalização e inspeção de produtos de origem vegetal e animal, visando a saúde e a segurança alimentar da população do Distrito Federal.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

14.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL - SEAGRI

Orientações constam no item 5.1.2 das Instruções



ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

Análise Quantitativa

COD PROG	COD OBJ	Nº MET A	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% de Alcance Total (DE/A)
6207	7	1	Prevenir 100% da febre aftosa e das demais enfermidades sobre controle oficial; atender 100% das notificações das demais enfermidades sobre controle oficial; (SEAGRI) – Alterada pela Lei nº 6447/2019	14101	100	%	ANUAL	MAIOR, MELHOR	99,97	98,89	99,96	99,47	XXX
6207	7	2	Prevenir e controlar 90% das pragas dos vegetais sujeitos a controle oficial; executar 100% dos programas oficiais de prevenção e monitoramento de pragas dos vegetais aplicáveis à agricultura distrital. (SEAGRI); Alterada pela Lei nº 6447/2019	14101	90	%	ANUAL	MAIOR, MELHOR	100	100	37,5	33,33	XXX

Análise Qualitativa (limitado a 15 linhas por meta)

1 - Prevenir 100% da febre aftosa e atender 100% das notificações das demais enfermidades sobre controle oficial; (SEAGRI) – Alterada pela Lei nº 6447/2019

2016

Em 2016 houve um aumento na quantidade de fiscalizações realizadas na área de defesa sanitária animal e a Seagri passou a fazer fiscalização em propriedades para conferência de recebimento de animais oriundos de outros estados. Foi realizado ainda um inquérito de Peste Suína Clássica, com colheita de material e aplicação de questionário em aproximadamente 300 propriedades. A barreira móvel foi melhorada em eficiência, com um aumento na quantidade de cargas fiscalizadas e de autos de apreensão e de fiscalização emitidos. Em um rebanho de 94.436 bovinos e bubalinos foram encontrados apenas 26 animais que apresentaram resultado positivo para Brucelose e 27 que apresentaram tuberculose; essas duas doenças são endêmicas e o resultado foi acima do esperado, pois os números são decorrentes de inquérito sanitário, onde a avaliação do rebanho é feita de forma mais sistematizada. Num rebanho de 303.734 bovinos, caprinos, ovinos, equinos e suínos apenas 2 animais apresentaram raiva, e este número apresentou-se dentro da média anual para casos de raiva em herbívoros, sendo que o trabalho realizado com vacinações e controle de morcegos hematófagos preveniu uma ocorrência maior da doença, já que o Distrito Federal apresenta elevada população desse tipo de morcego. O Distrito Federal também é uma região endêmica para Anemia Infecciosa Equina, mas mesmo assim a ocorrência da doença foi controlada e só 18 animais apresentaram a doença no ano passado, de um rebanho de 21.413 equinos, asininos e muares. No plantel de aves, que chega a ter 15.667.123 aves não foi registrado nenhum caso de doenças de notificação obrigatória em 2016. O desempenho da equipe foi acima do esperado na prevenção de doenças, devido principalmente ao uso e implementação de sistemas informatizados de auxílio no controle. Porém, um dos desafios ainda é educar sanitariamente a população e os parceiros da SEAGRI (Emater, médicos veterinários,

Universidades e produtores) para que sejam participantes do sistema de controle de doenças e efetivamente convoquem o sistema de defesa sanitária em casos de desconfiância de ocorrência de determinada enfermidade em seus animais.

2017

Em 2017 observou-se um aumento na eficiência das atividades de vigilância e controle da movimentação de animais. Diversos resultados positivos foram observados resultantes do aumento de ações em educação sanitária, entre eles: aumento de quase 100%, em relação a 2016, no número de notificações; diminuição da quantidade de autos de infração emitidos e aumento de mais de 100%, em relação ao ano anterior, no número de cadastros novos realizados. O controle de trânsito animal se mostrou mais eficiente, apesar de leve diminuição de cargas fiscalizadas, com diagnóstico de casos de Brucelose Bovina e Anemia Infecçiosa Equina. Dessa forma, o controle de trânsito foi responsável por evitar, pelo diagnóstico e sacrifício dos animais positivos, a disseminação dessas doenças no rebanho do Distrito Federal. Em relação à prevenção de febre aftosa, as atividades de vigilância ativa foram intensificadas, e foram realizados 22 atendimentos no ano, com colheita de material para diagnóstico de enfermidades vesiculares. Em todos os atendimentos, as doenças alvos de síndrome vesicular (febre aftosa e estomatite vesicular) foram descartadas. Em um rebanho de bovinos e bubalinos de aproximadamente 90.000 animais, foram detectados 12 casos de brucelose e 10 casos de tuberculose. A vigilância para a raiva de herbívoros resultou em 40 atendimentos, e 2 casos positivos em bovinos. Ainda tivemos o diagnóstico de 3 casos positivos em morcegos não hematófagos, da espécie *Artibeus lituratus*. O controle de doenças de notificação obrigatória em equídeos resultou em 14 casos de Anemia Infecçiosa Equina, com o devido saneamento de todas as propriedades consideradas como focos e eliminação dos animais positivos. A suspeita de casos de morno foi a que mais gerou notificações no período, sendo realizados 45 atendimentos. Esses atendimentos, foram registrados 4 casos, distribuídos em 2 focos, após mais de cinco anos sem registro da doença no Distrito Federal. Nenhuma doença de notificação obrigatória no plantel avícola foi diagnosticada em 2017, apesar do atendimento a 30 notificações. As atividades de vigilância ativa foram muito importantes para aumentar o número de notificações, especialmente de síndrome vesicular, e melhorar o relacionamento da Defesa Sanitária Animal com os produtores rurais. A disponibilização do Sidaagro Produtor e a educação sanitária foram importantes instrumentos para incentivar a participação dos produtores rurais no sistema de controle de doenças animais e devem ser estimuladas nos próximos anos.

2018

As atividades de vigilância desenvolvidas em relação à prevenção de febre aftosa mantiveram-se dentro das metas estabelecidas sendo realizadas atividades como vacinação assistida, fiscalização in loco, inspeção clínica de animais e atendimentos às doenças de notificação obrigatória. Ressaltamos que as doenças alvos de síndrome vesicular - febre aftosa e estomatite vesicular - foram descartadas em todas as investigações de suspeita desse tipo de doença. A vigilância para a raiva de herbívoros resultou em 95 atendimentos e 4 casos positivos foram diagnosticados sendo 2 bovinos e 2 equinos. Houve ainda o diagnóstico de 3 casos positivos em morcegos no DF. Considerando as atividades preconizadas pelo Programa de brucelose e tuberculose, foram detectados 2 casos de brucelose e nenhum caso de tuberculose. O controle de doenças de notificação obrigatória em equídeos resultou em 24 casos de Anemia Infecçiosa Equina, com o devido saneamento de todas as propriedades consideradas como focos e eliminação dos animais positivos. Suspeitas de casos de morno geraram 16 notificações no período, resultando no registro de 1 caso confirmado em 1 foco no Distrito Federal no ano de 2018. Foram realizados 42 atendimentos às notificações em aves e diagnosticado um lote positivo para *Salmonella Typhimurium*. Novamente em 2018, as atividades de vigilância ativa foram muito importantes para o controle de doenças, impactando no número de notificações, especialmente de

síndrome vesicular, e no melhor relacionamento da Defesa Sanitária Animal com os produtores rurais. O projeto de educação sanitária iniciado em 2018 foi importante instrumento para incentivar a participação dos produtores rurais no sistema de controle de doenças animais, e devem ser estimuladas nos próximos anos.

2019

As atividades de vigilância desenvolvidas em relação à prevenção de febre aftosa mantiveram-se dentro das metas estabelecidas sendo realizadas atividades como vacinação assistida, fiscalização in loco, inspeção clínica de animais e atendimentos às doenças de notificação obrigatória. Ressaltamos que as doenças alvos de síndrome vesicular - febre aftosa e estomatite vesicular - foram descartadas em todas as investigações de suspeita desse tipo de doença. A vigilância para a raiva de herbívoros resultou em 110 atendimentos e 5 casos positivos foram diagnosticados sendo 3 bovinos e 2 equinos. Considerando as atividades preconizadas pelo Programa de brucelose e tuberculose, foram detectados 2 casos de brucelose e nenhum caso de tuberculose. O controle de doenças de notificação obrigatória em equídeos resultou em 13 casos de Anemia Infeciosa Equina, com o devido saneamento de todas as propriedades consideradas como focos e eliminação dos animais positivos. Suspeitas de casos de morno geraram 8 notificações no período, entretanto não houve nenhum caso confirmado para a doença no Distrito Federal no ano de 2019. Foram realizados 39 atendimentos às notificações em aves, com investigação de 3 casos suspeitos de salmonelose e reovirose, e diagnóstico de um lote positivo para *Salmonella Typhimurium*. Ressaltam-se atendimentos à mortalidade de aves por estresse térmico em virtude da frequente falta de energia na área rural. Novamente em 2019, as atividades de vigilância ativa foram muito importantes para o controle de doenças, impactando no número de notificações, especialmente de síndrome vesicular, e no melhor relacionamento da Defesa Sanitária Animal com os produtores rurais. O projeto de educação sanitária iniciado em 2018 se manteve como importante instrumento para incentivar a participação dos produtores rurais no sistema de controle de doenças animais, e deve ser estimulado nos próximos anos.

A forma de apuração da meta é anual.

2 - Executar 100% dos programas oficiais de prevenção e monitoramento de pragas dos vegetais aplicáveis à agricultura distrital. (SEAGRI); Alterada pela Lei nº 6447/2019Prevenir e controlar 90% das pragas dos vegetais sujeitas a controle oficial. (SEAGRI)

2016

A meta foi ultrapassada, pois nas inspeções realizadas em campo para a verificação das doenças de controle oficial não foram encontrados sinais e sintomas de nenhuma delas. Foi inspecionada uma área de 33,2 ha de citros para verificar a ocorrência de *Candidatus Liberibacter* sp., *Xanthomonas citris* subsp. *Xanthomonas citris* e *Guinardiaticarpa*. Foram inspecionados 53,62 ha de viticultura e não foi verificada a ocorrência de *Xanthomonas campestris* pv. *viticola*. Nos cultivos de banana e helicônia buscou-se pela ocorrência de *Mycosphaerella fijiensis* e *Ralstonia solanacearum* raça 2, com área inspecionada de 20 ha. No caso da soja, foram inspecionados 68.900 hectares para verificar a ocorrência de *Phakopsora pachyrhizii* e no caso do feijão foram inspecionados 4.156 hectares para a ocorrência de *Bemisia tabaci* biótipo B (*B. argentifolii*). O ideal seria que uma maior área pudesse ser inspecionada, para que os resultados fossem mais precisos. Entretanto, a equipe é muito pequena, e a grande quantidade de funções que acumulam (controle de pragas quarentenárias, fiscalização de agrotóxicos, mudas, sementes, aplicação de vazio sanitário, etc) acabam por dificultar e atrasar a implementação de novas atividades e projetos. O desafio dessa equipe no momento é implementar um sistema de avaliação do risco de pragas para que a SEAGRI possa emitir alertas aos produtores rurais sobre a ocorrência do nível de controle das pragas, para que estes possam implementar medidas que diminuam a aplicação de agrotóxicos e diminuam o prejuízo causado pelas pragas nas lavouras do Distrito Federal.

2017

Para os programas fitossanitários executados, a meta foi ultrapassada, já que não foram detectados, nos levantamentos realizados, sinais e sintomas das pragas sob controle oficial pertinentes à agricultura local. Foram realizados levantamentos de detecção da ocorrência de *Candidatus liberibacter* sp, *Guinardia citricarpa* e *Xanthomonas citri* subsp *citri* nas culturas cítricas e de Sigatoka-negra (*M. fijiensis*) e Moko da bananeira (*R. solanacearum* raça 2) em banana e helicônia. Assim, o DF teve reconhecido pelo MAPA o status fitossanitário de Área com Praga Ausente de Cancro-cítrico, uma das principais doenças da citricultura no Brasil, além da manutenção do status de Área Livre de Sigatoka negra, doença bastante agressiva para a bananicultura. Foram fiscalizados cerca de 70.000 hectares de soja e de 4.000 hectares de feijão irrigado por ocasião dos vazios sanitários para minimização dos impactos causados pela ferrugem asiática da soja e do mosaico dourado do feijoeiro, respectivamente. Somase às ações elencadas o levantamento de detecção de fitoplasmas com sintomas associados ao HLB em citros juntamente com a Embrapa Cenargen, cujo resultado foi apresentado em um workshop específico e encaminhado para publicação em revista científica, e ainda, o levantamento para detecção de enfezamentos na cultura do milho associados à cigarrinha em conjunto com a Embrapa Cerrados. Os principais desafios para a implementação de um plano fitossanitário mais abrangente para o Distrito Federal são os recursos humanos abaixo do satisfatório, o baixo suporte tecnológico oferecido pela instituição (aquisição e implementação de softwares, dificuldade de realização de análises de laboratório, etc) e a completa inexistência de recursos para a realização de cursos e treinamentos de servidores, responsáveis técnicos e produtores.

2018

Para os programas fitossanitários executados, a meta ficou comprometida em função da priorização do programa de educação sanitária, pela gestão à época, que demandou da equipe prioridade no cumprimento das metas e dos prazos estabelecidos pelo grupo de trabalho. O cronograma de educação sanitária executado em seis etapas (diagnóstico, tabulação dos dados, análise do conteúdo, painel de especialistas, elaboração do relatório final e planejamento das ações de intervenção), em virtude da complexidade, comprometeu o desenvolvimento das outras ações previstas, tendo a equipe sido absorvida por esta demanda. Dos seis levantamentos fitossanitários de pragas quarentenárias previstos foi possível a realização apenas do levantamento de ocorrência de *Xanthomonas campestris* pv. *viticola*. Não foram detectados no levantamento realizado sinais e sintomas da referida praga de controle oficial. Vale ressaltar que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, representado no Distrito Federal pela Superintendência Federal de Agricultura, encontra-se desde 2018 sem profissional da área vegetal para acompanhamento e suporte às ações executadas por esta Unidade da Federação. Mesmo assim, foi possível fiscalizar cerca de 72.000 hectares de soja e de 4.000 hectares de feijão irrigado por ocasião dos vazios sanitários para minimização dos impactos causados pela ferrugem asiática da soja e do mosaico dourado do feijoeiro, respectivamente. Para a implantação de um Programa Fitossanitário no âmbito do Distrito Federal torna-se vital solucionar alguns desafios como: o planejamento estratégico deficitário; a definição de metas superestimadas para a estrutura existente; os recursos humanos abaixo do satisfatório; o baixo suporte tecnológico oferecido pela instituição (dificuldade de aquisição e implementação de softwares, de realização de análises de laboratório, etc); a carência dos materiais básicos inerentes à execução dos levantamentos e fiscalizações de insumos; a fiscalização de trânsito que desenvolve apenas ações voltadas à saúde animal; além da recorrente inviabilidade de recursos para a realização de cursos e treinamentos de servidores, responsáveis técnicos e produtores.

2019

A meta ficou comprometida em 2018 e 2019 em função da redução em 66% do número de servidores voltados à execução. A redução das atividades no ano de 2019 era prevista e acordada como aceitável no âmbito da gestão, em função da carência de um planejamento macro previsto para o ano em análise, bem como, frente à

necessidade da reprogramação emergencial em função da redução de servidores por aposentadoria, licença paternidade/maternidade, licença médica e mudança de lotação. A inclusão em diversos grupos de trabalhos, comitês, comissões (inclusive de sindicância), vem comprometendo a disponibilidade dos servidores remanescentes. A atividade de educação sanitária, cujo projeto foi concluído também em 2019, com a elaboração de relatório final, apresentações de resultados, confecção de banners, entre outros, comprometeu a continuidade das ações previstas. Estrategicamente, algumas atividades de execução estão sendo desenvolvidas em conjunto com a Gerência de Operações em Defesa Agropecuária - GEDEA, contribuindo para uma elevação gradual da execução das atividades da Gerência de Sanidade Vegetal - GESAV. Os levantamentos fitossanitários e os programas de defesa sanitária vegetal, por necessitarem de uma capacitação mais complexa, não puderam ser executadas em 2019, sendo previsto para 2020. As fiscalizações relativas aos vazios sanitários em cerca de 72.000 hectares de soja e de 4.000 hectares de feijão irrigado foram desenvolvidas em parceria com a GEDEA e concluída de forma mais eficiente, com uma cobertura da área de interesse pela equipe de fiscalização em menor tempo e com menos saídas. Para um serviço de Defesa Vegetal de referência no Distrito Federal é fundamental recompor o quadro de servidores, revisar o planejamento estratégico, aumentar as ações com a GEDEA, redefinir as metas prevendo adversidades, melhorar a infraestrutura (física, tecnológica, pessoal) inerente à execução das ações, estruturar a fiscalização de trânsito que hoje atua apenas na Gerência de Saúde Animal e por fim realizar capacitações, cursos e treinamentos com os servidores, responsáveis técnicos e produtores rurais frente a atividades desenvolvidas.

A forma de apuração da meta é anual.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Orientações constam no item 5.1.3 das Instruções.

Código Indicador	Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	2019 Alcançado	Fonte da Informação
1497	FISCALIZAÇÃO REALIZADA EM ESTABELECIMENTOS E VEÍCULOS	UNIDADE	0	31/DEZ/2016	ANUAL	7.500	7.938	7.500	6.868	7.500	4.549	7.800	15.118	SDA/ SEAGRI / UO 14101 / OE 7
1498	AÇÕES DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL E VEGETAL	UNIDADE	0	31/DEZ/2016	ANUAL	117.300	97.977	127.500	97.256	127.500	79.225	137.800	81.818	SDA/ SEAGRI / UO 14101 / OE 7

Justificativas 2016

Indicador 1497 - Mesmo com o número de servidores e veículos reduzidos, a equipe trabalhou intensamente para realizar as ações de inspeção em quantidade e qualidade necessária para a manutenção da segurança sanitária dos alimentos consumidos pela população do Distrito Federal, superando em 5,84% o índice do indicador.

Indicador 1498- A Defesa Sanitária Animal aumentou a quantidade de fiscalizações realizadas e aumentou a eficiência. Foi feito um inquérito de Peste Suína Clássica, com coleta de material e aplicação de questionário em quase 300 propriedades. Passou-se ainda a fazer fiscalização em propriedades para conferência de recebimento de

animais oriundos de outros estados. A barreira móvel melhorou a eficiência, aumentou a quantidade de cargas fiscalizadas e de autos de apreensão e de fiscalização emitidos.

Justificativas 2017

Indicador 1497-O intervalo entre as inspeções nos estabelecimentos tem como tendência a aumentar, diminuindo a quantidade anual de vistorias em decorrência de melhorias nas condições de funcionamento das indústrias e implantação de programas de autocontrole nos estabelecimentos registrados, excetuando-se as inspeções permanentes em abatedouros. O número alcançado é consequência do comprometimento e capacidade dos servidores, apesar do déficit de veículos e servidores na área de fiscalização.

Indicador 1498-O aumento na quantidade de cadastros de novas propriedades de criação de equídeos e passeriformes, de vacinações de bezerras e de atendimento a notificações de doenças de controle sanitário não foi suficiente para alcançarmos o índice desejado. Deve-se à redução nas fiscalizações de comércio de vacinas (o que se deve, basicamente, à descontinuidade na comercialização de vacinas contra febre aftosa por 7 revendas) e de carga em trânsito (extinção de uma barreira fixa).

Justificativas 2018

Indicador 1497- O índice alcançado ficou 39,3% abaixo do desejado em razão da publicação do Decreto 38.981, de 10/04/18, pois a equipe da DIPOVA esteve empenhada em realizar ações de sensibilização e apresentação da nova legislação aos fiscalizados por meio de seminários e palestras, antes de retomar as inspeções rotineiras.

Indicador 1498-A redução de 37,9% no índice é devido: ao fechamento de uma empresa do ramo da avicultura e suinocultura, que impactou diretamente em vários parâmetros utilizados na contabilização das ações da Def. Sanit. Animal; e redução das fiscalizações de uso e comércio de agrotóxicos em razão da intensificação das ações de educação sanitária, entretanto, o DF manteve-se como área livre p/ a Sigatoka negra na cultura da banana e ã teve registro de ocorrência de pragas regulamentadas das culturas cítricas.

Justificativas 2019

Indicador 1497 – Os números demonstram ação intensa da inspeção na cadeia agroindustrial do Distrito Federal, realizando a aplicação sistemática das novas normativas que regem o setor. Importante ressaltar a realização de diversos eventos que contribuíram para o fortalecimento da cadeia e o desenvolvimento de ações da inspeção. O resultado alcançado também retrata o esforço dispensado na execução da atividade de fiscalização de veículos trânsito, reestruturação da atividade e realocação de servidores.



Indicador 1498 – O índice ficou 40,63% abaixo do desejado devido à redução de emissão de GTA e da fiscalização de cargas. Ademais, não foi realizado o inquérito soropidemiológico para Peste Suína Clássica previsto para o ano de 2019 (que foi cancelado pelo próprio Ministério da Agricultura). A redução continua do quadro de servidores, comumente por afastamentos e licenças, tais situações têm comprometido o cumprimento das metas.

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

Orientações constam no item 5.1.5 das instruções (texto limitado a **80 linhas** por objetivo específico).

O alcance dos objetivos pela SEAGRI tem avançado em algumas áreas, como mostram os números das metas e dos indicadores de desempenho, tendo sido realizadas cerca de 7.938 fiscalizações em estabelecimentos e veículos para garantir a qualidade dos produtos de origem animal e vegetal que chegam ao consumidor do Distrito Federal, e cerca de 97.977 ações de defesa sanitária animal e vegetal para evitar e controlar a ocorrência de pragas e doenças em vegetais e animais vivos que geram receita para os produtores do Distrito Federal.

Alguns números não puderam ser alcançados porque dependem de fatores externos e demandas do público alvo, neste caso os produtores rurais e criadores. É o caso do número de GTAs emitidas, que mais impactou o número de ações de defesa sanitária e animal. A diminuição ficou por conta da crise no setor avícola do Distrito Federal, que diminuiu drasticamente a emissão de GTAs pelos veterinários habilitados pelas empresas deste setor.

As ações de defesa vegetal também poderiam ter tido um desempenho superior caso dispusesse de uma equipe maior. Algumas metas não foram alcançadas durante o ano de 2016 pela diminuição da equipe (já defasada) com aposentadorias e transferências de técnicos para outras áreas da SEAGRI, também necessitadas. As ações mais prejudicadas foram a fiscalização do trânsito de vegetais, a fiscalização nos pontos de comercialização de hortifrutigranjeiros, a fiscalização do comércio de agrotóxicos e o levantamento de pragas quarentenárias.

De forma análoga, a fiscalização de estabelecimentos e de veículos também sofreu com a deficiência de pessoal para a execução da inspeção e fiscalização sanitária no Distrito Federal. As atividades primárias e de rotina acabam por absorver toda a disponibilidade técnica, gerando grande dificuldade de implantar programas como o de Educação Sanitária e outras ações complementares extremamente importantes para a manutenção dos indicadores e alcance do objetivo maior que é garantir a sanidade dos rebanhos e lavouras do Distrito Federal. A título de exemplificação, a inspeção de estabelecimentos de produtos de origem vegetal e artesanal (35 estabelecimentos), conta hoje com apenas 02 fiscais. Tal quadro reduzido implica em comprometimento na realização de novas vistorias para registros de estabelecimentos e avaliação de documentos internos como rotulagem e plantas para reforma/construção, uma vez que as atividades de inspeção são periódicas e não podem deixar de ser realizadas para a garantia da inocuidade dos alimentos que estão sendo produzidos. A inspeção de estabelecimentos de produtos de origem animal, (165 estabelecimentos), conta hoje com apenas 15 fiscais. A deficiência no quadro de Médicos Veterinários compromete diretamente a realização de inspeções em abatedouros, além da realização de novas vistorias para registros de estabelecimentos e avaliação de documentos internos como rotulagem e plantas para reforma/construção. A área de inspeção de bebidas, que se encontra em implantação atualmente, conta apenas com um Químico para atuação no setor, e ainda sem capacitação para exercer tal atividade.

Cabe citar ainda as dificuldades encontradas em torno de problemas administrativos e burocráticos que fogem à competência da área fim, e que persistem apesar do aperfeiçoamento dos mecanismos internos da SEAGRI, relacionados aos procedimentos de aquisição. São recorrentes as dificuldades no andamento de

procedimentos licitatórios, causando impactos notáveis na produtividade do serviço público e comprometendo a utilização de recursos oriundos de fontes diversas, inclusive aquelas de convênio. Ainda, cabe destacar que houve dificuldade das bases operacionais em atender de forma plena, rápida e eficiente o público externo devido ao deficiente aporte de internet nesses locais, o que gerou descontentamento e reclamações dos usuários.

Em 2016, com o auxílio orçamentário de convênio celebrado com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, foi possível modernizar o sistema de atendimento eletrônico, disponibilizando ao público e cliente externo a possibilidade de emissão de guias de trânsito para animais e vegetais, digitalmente, pelo produtor cadastrado, e emissão de PTV (permissão de trânsito vegetal) eletrônico pelos técnicos da área de Defesa Agropecuária da SEAGRI. Essas funcionalidades aumentam a eficiência da SEAGRI no atendimento ao público em geral e facilita o controle e acesso aos dados por parte dos fiscais.

Foi observada uma diminuição de ações de processamento, transporte e comércio de produtos clandestinos de origem vegetal e animal no ano de 2016. Esse fato pode ter sido impulsionado pelas ações de educação sanitária e as orientações realizadas tanto nas ações em trânsito quanto nas ações de fiscalização de estabelecimentos que visa orientar e educar produtores, manipuladores e transportadores dos produtos alimentícios de origem vegetal e animal. A SEAGRI conseguiu captar recursos por meio de convênio com o MAPA, o que possibilitará a aquisição de veículos para ampliar as ações de fiscalização e aquisição de câmara fria para aumentar a capacidade de armazenamento dos produtos apreendidos durante as fiscalizações de veículos nos próximos anos.

O intervalo entre as inspeções nos estabelecimentos tem como tendência a aumentar, diminuindo a quantidade anual de vistorias em decorrência de melhorias nas condições de funcionamento das indústrias e implantação de programas de controle e de educação sanitária, excetuando-se as inspeções permanentes em abatedouros, tendência essa acompanhada nos relatórios anuais de inspeção. As ações de fiscalização de trânsito seguem uma rotina padrão de atuação por meio de blitz realizadas em todo o Distrito Federal, sujeitas a alterações em seu quantitativo, relacionadas às demandas geradas por denúncias, às necessidades internas no apoio às atividades críticas da inspeção e nas demandas de atividades conjuntas com outros órgãos de fiscalização.

Ocorreram também avanços no desenvolvimento de propostas de novas normativas para as atividades da SEAGRI na área de Defesa Agropecuária, como a construção da proposta de portaria que visa formalizar o processo de doação e inutilização dos produtos apreendidos em decorrência de infrações sanitárias, a aprovação da nova lei de inspeção de produtos de origem vegetal e animal e a construção do novo Decreto regulamentador, a revisão da Lei Complementar que regula o Fundo Distrital de Sanidade, a criação da lei de apreensão de animais, a revisão da lei de agrotóxicos e a alteração no decreto vegetal que prevê o registro de micro estabelecimentos produtores.

Ainda que as metas de ações da Defesa Agropecuária não tenham sido completamente atingidas em 2017, observa-se, em relação ao ano anterior, um desempenho superior em diversas atividades importantes para a manutenção do status sanitário do Distrito Federal. O serviço vem sendo mais eficiente, e as equipes, até mesmo devido à reduzida quantidade de servidores, tem executado diversas atividades diferente em uma mesma visita a campo, o que gera economia de tempo e recursos.

As ações de educação sanitária tiveram resultado positivo com um aumento de quase 100% nas notificações recebidas e atendidas. Esse indicador é considerado um dos mais importantes para a Defesa Agropecuária, já que demonstra que o serviço de vigilância está atuante e que o produtor rural confia nessa atuação. Também houve aumento considerável nos novos cadastros de propriedades realizados, incrementando o conhecimento da Seagri sobre a pecuária do Distrito Federal. Esse aumento ocorreu devido principalmente à atualização cadastral das explorações de equídeos e ao cadastro de criadores de pássaros ornamentais.

Foi investido tempo e recurso para disponibilizar o Sidaagro Produtor para a emissão de GTA (Guia de Transito Animal) para equídeos, com foco na desburocratização do sistema. Assim, o produto foi liberado em outubro de 2017 e já se nota um aumento significativo na emissão de GTA, apesar de ainda sentirem-se os efeitos da crise na avicultura industrial, que impacta negativamente no somatório dos dados de emissão deste documento de trânsito.

O DF teve status fitossanitário reconhecido de Área com Praga Ausente de Cancro Cítrico, manteve o status de Área Livre de Sigatoka negra, evitando assim os prejuízos que essas pragas poderiam causar à produção local de citros, banana e helicônias, além de permitir que seus produtos tenham o trânsito autorizado para outras unidades da federação. Relacionado a isso, a publicação de Portaria que exige o credenciamento de empresas higienizadoras de caixas plásticas para o transporte de banana permitiu normalizar no DF uma exigência de outros estados, impedindo assim a obstrução do comércio de frutos de banana.

Existiram ainda construções e entregas importantes à cadeia agroindustrial do DF, com a elaboração de normas importantes para a modernização do setor, como o regulamento da Lei nº 5.800/2017 e o Projeto de Lei para registro de agroindústrias de pequeno porte (ambos tramitando pela Casa Civil).

Foram oferecidos e aplicados pelas equipes de inspeção treinamento direcionado às boas práticas de fabricação em todas as agroindústrias de processamento de produtos de origem animal e vegetal registradas na Seagri, auxiliando na capacitação de centenas de manipuladores de alimentos. A implementação dos programas de autocontrole nas agroindústrias também tem permitido maior controle dos processos produtivos por parte das indústrias, refletindo em maior intervalo de tempo entre as inspeções a serem realizadas pela Seagri, de acordo com as análises de risco realizadas pelas equipes. Ações de combate à produção e comercialização de produtos de origem vegetal e animal clandestinos continuaram como atividades prioritárias dentro do Serviço de Inspeção Distrital, com foco na segurança da saúde da população, evitando que produtos impróprios para consumo chegassem até os pontos de venda.

Entretanto, a ausência do Decreto regulamentador da Lei nº 5.800/2017 trouxe dificuldades para a realização de muitas ações fiscais na área de fiscalização do trânsito de produtos agropecuários e na área de fiscalização de agroindústrias, diante das limitações que a própria Lei traz à atuação fiscal.

A utilização do sistema Sidagro para a emissão de Permissão de Trânsito de Vegetais - PTV - e dos outros documentos fitossanitários também foi um gargalo nas atividades de 2017 e deve ser considerado para a melhoria da prestação de serviço e otimização do trabalho dos técnicos. A aproximação do setor de Defesa Agropecuária com a Embrapa também deve ser buscada. Em parceria com esta empresa foi possível treinar alguns técnicos da Seagri sobre uma importante praga na cultura do milho e buscar assim a redução nas perdas de produção. A disponibilização de alguns técnicos para atuação no projeto de pesquisa da Embrapa para a detecção de fitoplasmas em citros geraram motivação e comprometimento nos servidores. Este projeto ainda permitiu o intercâmbio de informações, a realização de análises laboratoriais, um workshop técnico e uma publicação em revista científica. O apoio da Superintendência Federal de Agricultura (SFA-DF/MAPA), essencial para execução dos programas fitossanitários, tem se reduzido em comparação aos anos anteriores. Entretanto, foi possível contar mais uma vez com o Laboratório Nacional da Agropecuária de Goiás (LANAGRO-GOMAPA) para realização dos diagnósticos fitossanitários.

Ressalta-se que todas as atividades foram impactadas pela falta de servidores e pela falta de recursos para a manutenção desta atividade de Estado. E as previsões são pessimistas, visto que a implementação dos programas de autocontrole pelas agroindústrias exigirá maior controle de seus produtos por meio de análises laboratoriais mais frequentes, demanda que o Serviço de Inspeção Distrital dificilmente conseguirá atender em razão de quantidade insuficiente de técnicos. Essa deficiência de mão-de-obra pode gerar elevação dos custos fixos nas agroindústrias, pois terão que recorrer à laboratórios particulares para realização de seus controles de qualidade. Com a publicação da Lei de agroindústria de pequeno porte, serão incluídas novas atividades a serem inspecionadas, como a de produção de cervejas, havendo apenas 02 servidores disponíveis para a atuação nessa área para realização de todo processo de registro e inspeção dos novos estabelecimentos, podendo gerar demora na regularização dessas atividades e comprometimento das ações de inspeção em todas as outras agroindústrias já registradas.

A deficiência específica no quadro de engenheiros agrônomos compromete diretamente ainda a realização de inspeções a campo, nas unidades de consolidação e em especial no trânsito de cargas de produtos vegetais, atividade bastante estratégica para a prevenção de introdução de pragas no DF. A situação é mais crítica porque o mesmo quadro que executa as atividades de sanidade vegetal, também realiza aquelas relacionadas à fiscalização de agrotóxicos e afins, sementes, mudas e todas aquelas decorrentes da ação fiscal.

Cabe citar ainda a manutenção das dificuldades encontradas em torno de problemas administrativos e burocráticos que fogem à competência da área fim, que persistem apesar do aperfeiçoamento dos mecanismos internos da Seagri, relacionados aos procedimentos de aquisição. São recorrentes as dificuldades no andamento de procedimentos licitatórios, causando impactos notáveis na produtividade do serviço público e comprometendo a utilização de recursos oriundos de fontes diversas, inclusive aquelas de convênio. Cabe destacar que houve dificuldade das bases operacionais em atender de forma plena, rápida e eficiente o público externo devido ao deficiente aporte de internet nesses locais, o que gerou descontentamento e reclamações dos usuários. Some-se a isso o lento aprimoramento no que diz respeito ao aspecto tecnológico, cuja dificuldade no desenvolvimento de softwares, aquisição de licenças e renovação de equipamentos é fator de sobrecarga e desmotivação para o já reduzido quadro de pessoal.

No ano de 2018 espera-se que as normas já propostas para a área de inspeção de produtos de origem vegetal e animal sejam aprovadas, que o DF possa participar dos eventos oficiais nacionais de Defesa Agropecuária para mostrar suas experiências e resultados, que os técnicos tenham treinamentos de reciclagem para que possam tornar o serviço mais eficiente, que seja realizado um concurso público para reposição do quadro (principalmente às áreas fim, que possuem qualificação específica para atuação), que novas alternativas orçamentárias sejam buscadas para o alcance das metas e que as inovações tecnológicas para que a execução das atividades possam ser implementadas a contento.

Por fim, apesar das dificuldades relatadas, espera-se continuar garantindo a sanidade dos rebanhos e lavouras do DF, buscar alternativas de gestão, orçamentárias e operacionais para o alcance das metas que não puderam ser satisfeitas no ano anterior, aumentar cada vez mais a credibilidade da Defesa Agropecuária perante a sociedade (por meio da garantia do oferecimento de produtos de origem vegetal e animal de boa qualidade) e ajudar o agronegócio do DF a prosperar de forma sustentável.

2018

Embora as metas de ações da Defesa Agropecuária não tenham sido cumpridas na íntegra, observa-se, em relação ao ano anterior, um foco maior em ações de planejamento e diagnóstico de extrema relevância ao serviço de defesa e ao desenvolvimento de estratégias que venham fomentar o setor agropecuário do Distrito Federal. O serviço vem sendo mais eficiente e as equipes, em função da redução constante do número de servidores, têm executado atividades múltiplas em uma mesma operação a campo, o que gera economia de tempo e um melhor aproveitamento de recursos.

As ações de educação sanitária tiveram resultado acima do esperado, com um aumento nas notificações recebidas e atendidas. Foi realizado trabalho de aplicação de 362 questionários pela GESAN e 85 questionários pela GESAV para um diagnóstico sobre a percepção do produtor rural em relação ao Serviço de Defesa Agropecuária. Esse projeto está na fase de análise dos dados e ainda serão desenvolvidas ações em decorrência desse estudo. Esse indicador de percepção é muito importante para o serviço de Defesa Agropecuária, e ajuda nos processos de tomadas de decisões. Cabe destacar que uma análise preliminar das respostas ao questionário demonstra que o serviço de vigilância está atuante e que o produtor rural conhece e confia nessa atuação.

Houve aumento considerável nos novos cadastros de propriedades realizados, incrementando o conhecimento e os dados utilizados pela SEAGRI sobre a pecuária do Distrito Federal. Ações de cadastramento da área vegetal também estão sendo definidas, com vistas a suprir a carência cadastral da produção agrícola do Distrito Federal.

O Sidagro, no tocante à emissão de PTVs, tem apresentando algumas novas funcionalidades que estão em fase de avaliação, como a emissão de PTVs pelo interessado com a chancela do estado, semelhante à GTA, visando-se desburocratizar do sistema e otimizar a equipe reduzida. Porém, trata-se de um sistema que exige compensação financeira para qualquer demanda evolutiva, fato este que trava em demasia o processo frente à escassez de recursos desta secretaria. A possibilidade de

aquisição do software desenvolvido e utilizado pela AGRODEFESA (GO), de forma gratuita, foi iniciada em 2018, e talvez seja uma forma de solucionar o problema, caso venha a se concretizar. Ambas as possibilidades de utilização de softwares para emissão da PTV pelo próprio interessado estão bastante relacionadas à estruturação e intensificação da fiscalização do trânsito de vegetais.

O fortalecimento de parcerias com outras instituições é vital nas ações de Defesa Agropecuária devendo ser continuada e ampliada. A parceria com a EMBRAPA viabilizou o treinamento de nossos técnicos frente a uma importante praga na cultura do milho beneficiando diretamente o produtor, também assistido, com vistas à redução de perdas na produção. Ainda em parceria com a EMBRAPA houve a disponibilização de alguns técnicos da SEAGRI no projeto de pesquisa da Embrapa para a detecção de fitoplasmas em citros, contribuindo para uma maior capacitação de nossos técnicos em ações conjuntas com pesquisadores de referência, o que resulta em um maior comprometimento dos servidores. Esta ação permitiu o intercâmbio de informações, a realização de análises laboratoriais, um workshop técnico e uma publicação em revista científica. Um projeto em conjunto da EMBRAPA com a Seagri, mais abrangente às questões fitossanitárias, foi encaminhado à FAP-DF e encontra-se sob análise. Espera-se com o projeto a viabilização à Seagri de treinamentos, suporte laboratorial e apoio na identificação de pragas de importância para a agricultura do DF.

Nesse sentido, o mesmo não tem ocorrido com a Superintendência Federal de Agricultura (SFA-DF/MAPA), essencial para execução dos programas fitossanitários, uma vez que o apoio desta tem se reduzido em comparação aos anos anteriores. Entretanto, foi possível contar mais uma vez com o Laboratório Federal de Defesa Agropecuária de Goiás (LFDA-GO/SDA/MAPA) para realização dos diagnósticos fitossanitários.

O déficit de servidores, em especial de engenheiros agrônomos, têm comprometido a continuidade dos serviços de fiscalização e inspeção, o acompanhamento adequado das unidades de produção e de consolidação, e, em especial, a fiscalização do trânsito de cargas de produtos vegetais. Frente ao planejamento estratégico foi contemplado no 1º Encontro de Defesa Agropecuária entre o Estado de Goiás e o Distrito Federal (I ENDEA), como ação prioritária prevista em um futuro Acordo de Cooperação Técnica, o resgate da fiscalização de trânsito vegetal, bem como as diversas ações que envolvem este tema, com vistas à prevenção de introdução de pragas em nossa região. A situação é mais crítica porque a mesma equipe que executa as atividades de sanidade vegetal, também realiza aquelas relacionadas à fiscalização de agrotóxicos e afins, sementes e mudas, educação sanitária e todas aquelas decorrentes de ação fiscal, o que impacta no declínio do número de atividades ao longo dos anos.

Foi investido tempo e recurso em 2018 para disponibilizar o Sidagro Produtor para a emissão de GTA (Guia de Transito Animal) para equídeos, com foco na desburocratização do sistema, e notou-se um aumento significativo na emissão de GTA's para esse animais, apesar de ainda sentirem-se os efeitos da crise na avicultura industrial no somatório dos dados de emissão deste documento de trânsito.

Em 2018, manteve-se a política de modernização do serviço de Defesa Sanitária Animal com o aumento na eficiência das atividades de vigilância e controle da movimentação de animais. Diversos resultados positivos foram observados, resultantes do aumento de ações em educação sanitária, entre eles: incremento das notificações e diminuição da quantidade de autos de infração emitidos em quase 40% em relação a 2017.

O controle de trânsito animal, apesar da diminuição de cargas fiscalizadas, apreendeu animais positivos para Anemia Infectiosa Equina. Dessa forma, o controle de trânsito foi responsável por evitar, pelo diagnóstico e sacrifício dos animais positivos, a disseminação dessa doença no rebanho do Distrito Federal.

Alguns indicadores tiveram queda significativa no ano, como emissão de auto de infração (que parece ser um indicativo de êxito das ações de educação sanitária), o número de fiscalizações de comércio de vacinas (2 revendedoras fecharam no ano de 2018) e o número de cargas fiscalizadas.

Devido ao encerramento da maioria das atividades de uma empresa do ramo da Avicultura e Suinocultura no DF, além ao fato de outras granjas avícolas do DF suspenderem suas atividades em 2018 por não atendimento às exigências previstas pela IN nº 8/2017 do MAPA ocasionando na impossibilidade de registro das mesmas, a quantidade de cargas fiscalizadas pelas barreiras móvel e fixa diminuiu consideravelmente.

Indicadores importantes, como o número de notificações de suspeitas de doenças, mostraram semelhanças em relação ao ano anterior. Houve pequena diminuição nos cadastros novos realizados, dado que a atividade já é realizada constantemente há alguns anos e provavelmente a maioria das propriedades do DF já esteja cadastrada junto ao Serviço Veterinário Oficial – SVO.

Houveram ainda construções e entregas importantes à cadeia agroindustrial do DF, com a elaboração de normas importantes para a modernização do setor, como o regulamento da Lei nº 5.800/2017 e a redação do Projeto de Lei para registro de agroindústrias de pequeno porte (que ainda está em tramitação). Foram oferecidos e aplicados pelas equipes de inspeção treinamento direcionado às boas práticas de fabricação em todas as agroindústrias de processamento de produtos de origem animal e vegetal registradas na SEAGRI, auxiliando na capacitação de centenas de manipuladores de alimentos. A implementação dos programas de autocontrole nas agroindústrias também tem permitido maior controle dos processos produtivos por parte das indústrias, refletindo em maior intervalo de tempo entre as inspeções a serem realizadas pela SEAGRI, de acordo com as análises de risco realizadas pelas equipes. Ainda, as ações de combate à produção e comercialização de produtos de origem vegetal e animal clandestinos continuaram como atividades prioritárias dentro do Serviço de Inspeção Distrital, com foco na segurança da saúde da população, evitando que produtos impróprios para consumo chegassem até os pontos de venda. Entretanto, a ausência do Decreto regulamentador da Lei nº 5.800/2017 trouxe dificuldades para a realização de muitas ações fiscais na área de fiscalização do trânsito de produtos agropecuários e na área de fiscalização de agroindústrias, diante das limitações que a própria Lei traz à atuação fiscal.

Alguns indicadores avaliados tais como fiscalização de trânsito, fiscalização em propriedades rurais, vigilâncias ativas, manutenção e evolução do sistema eletrônico de Defesa Agropecuária, dentre outros podem ser ampliados, intensificados, reestruturados e melhorados mediante a melhora na disponibilização de recursos físicos e de pessoal técnico capacitado. Embora a meta geral não tenha sido alcançada, consideramos que as ações da Defesa Sanitária Animal continuam a atender, com algumas limitações, seus objetivos principais de garantir a sanidade dos rebanhos e orientar da melhor forma possível os produtores rurais do Distrito Federal.

Destaca-se ainda a dificuldade das bases operacionais para realizar atendimento de forma plena, rápida e eficiente o público externo devido ao deficiente sistema de fornecimento de internet nesses locais, o que gerou descontentamento e reclamações dos usuários. Some-se a isso o lento aprimoramento no que diz respeito ao aspecto tecnológico, cuja dificuldade no desenvolvimento de softwares, aquisição de licenças e renovação de equipamentos é fator de sobrecarga e desmotivação para o já reduzido quadro de pessoal.

No ano de 2019 espera-se que seja dado encaminhamento à atualização das normas para a sanidade vegetal, como às leis que regem o uso e comércio de agrotóxicos, de modo que se reparem as inconsistências existentes nas normas em vigência e se alcance mais segurança jurídica na atuação por parte dos técnicos. Espera-se ainda que novas alternativas orçamentárias sejam buscadas para o alcance das metas, e que as inovações tecnológicas para que as execuções das atividades possam ser implementadas a contento.

Por fim, espera-se ainda a busca por alternativas de gestão, orçamentárias e operacionais para o alcance das metas que não puderam ser satisfeitas no ano anterior, com a manutenção da credibilidade da Defesa Agropecuária perante a sociedade apesar das dificuldades relatadas, visando o fomento do agronegócio do DF de forma sustentável.

JUSTIFICATIVA: a unidade responsável pela gestão do indicador "1498 – Ações de Defesa Sanitária Animal e Vegetal" equivocou-se ao informar para o 3º Ano o resultado alcançado de 79.225 unidades, o correto é 90.572 unidades.

2019

Embora as metas de ações da Defesa Agropecuária não tenham sido cumpridas na íntegra, observa-se um foco maior em ações de planejamento e diagnóstico de extrema relevância ao serviço de defesa e ao desenvolvimento de estratégias que venham fomentar o setor agropecuario do Distrito Federal. O serviço vem sendo mais eficiente e as equipes, em função da redução constante do número de servidores, têm executado atividades múltiplas em uma mesma operação a campo, o que gera economia de tempo e um melhor aproveitamento de recursos.

É importante salientar que o serviço de defesa do Distrito Federal está seguindo as diretrizes conforme orientações do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, priorizando a melhoria da qualidade do serviço, dando menor enfoque na quantidade. Nesse contexto, em auditoria realizada pelo MAPA em todo o Brasil para avaliação da qualidade do serviço veterinário oficial (SVO), o Distrito Federal se destacou em segundo lugar, sendo superado somente pelo estado do Paraná.

Em relação ao indicador "Ações de Defesa Sanitária Animal e Vegetal" verificou-se que o valor alcançado encontra-se bem próximo do ano de 2018. Destaca-se o aumento do número de atendimento a suspeita de doenças de notificação passando de 155 para 169 atividades (9%). Esse número representa a participação mais ativa da sociedade na comunicação de tais enfermidades gerando maior sensibilidade frente ao sistema de vigilância. Os Cadastros de propriedades rurais e fiscalização de comércio de vacinas apresentaram marcada redução, 22 e 28 %, respectivamente, devido a grande parte das propriedades já estarem cadastradas e por último, pela diminuição da exigência por parte do MAPA em relação à fiscalização do comércio de vacinas. No ano de 2019, também chegamos a 98,02% de propriedades georreferenciadas, número este considerado o melhor do Brasil. Aparenta-se o incremento na vigilância em propriedades de risco para Peste Suína Clássica, ultrapassando a meta em 247% (30 para 74), haja vista que o país estava passando por focos da doença no Ceará e Piauí, zonas estas que não eram consideradas livres para a doença.

Em relação a equídeos foi dado prosseguimento à rotina de atualização cadastral do rebanho. Ao todo, 422 propriedades rurais tiveram seus rebanhos conferidos e atualizados representando um aumento de 26% em relação ao ano anterior.

As ações de educação sanitária tiveram resultado acima do esperado, com um aumento nas notificações recebidas e atendidas. Foi entregue relatório final à Gestão sobre a percepção do produtor rural em relação ao Serviço de Defesa Agropecuária, bem como a proposição de ações e políticas públicas com vistas a solucionar as diversas lacunas de aprendizagem detectadas.

A parceria com a EMBRAPA tem viabilizado tratativas e desenvolvimento de projetos, além de parcerias de capacitação e treinamento de servidores, bem como apresentação de palestras voltadas aos alunos das instituições de ensino superior participantes do Encontro Acadêmico de Defesa Agropecuária. Encontra-se em trâmite um Acordo de Cooperação Técnica junto à EMBRAPA para subsidiar a execução de dois projetos: o de detecção de *Drosophila suzukii*, praga de importância econômica para a cultura de morango no âmbito do Distrito Federal e o de Suporte Técnico-Científico à Defesa e Vigilância Fitossanitária no Distrito Federal e entorno: detecção e diagnóstico de pragas de expressão quarentenária e econômica que ainda está em fase de elaboração. Ainda nessa esteira, foi retomada a aproximação com o MAPA sendo viabilizado um treinamento acerca de *Fusarium oxysporum* f.sp. cubense. Raça 4 Tropical (RT4), praga quarentenária cujo levantamento fitossanitário está previsto para o ano de 2020.

O déficit de servidores, em especial de engenheiros agrônomos, têm comprometido a continuidade dos serviços de fiscalização e inspeção na sanidade vegetal e de forma mais crítica, a mesma equipe também realiza fiscalização de agrotóxicos e afins, sementes e mudas, educação sanitária e todas aquelas decorrentes de ação fiscal, o que impacta no declínio do número de atividades ao longo dos anos. No ano de 2019 foi iniciado o processo de revisão da legislação, sendo criado um Grupo de

Trabalho para a elaboração de um Projeto de Lei de Defesa Sanitária Vegetal com vistas à atualização da legislação em vigor, cuja entrega foi uma minuta de Projeto de Lei de Defesa Sanitária Vegetal que se encontra em análise pela Seagri. Espera-se que seja dado encaminhamento à atualização das normas de sanidade vegetal, bem das normas que regem o uso e comércio de agrotóxicos de modo que se reparem as inconsistências existentes nas normas vigentes e se alcance mais segurança jurídica na atuação por parte dos técnicos. Espera-se ainda que novas alternativas orçamentárias sejam buscadas para o alcance das metas e que as inovações tecnológicas para a execução das atividades possam ser implementadas a contento. |

Na avaliação dessa Unidade, o Objetivo ESPECÍFICO previsto, ora avaliado, foi alcançado? Considerar todas as realizações ao longo dos quatro anos de vigência do PPA 2016-2019.

☐ Objetivo integralmente alcançado

☒ Objetivo parcialmente alcançado, com número satisfatório de entregas relevantes.

☐ Objetivo parcialmente alcançado, com reduzido número de entregas relevantes.

☐ As entregas não contribuíram para o alcance do Objetivo.

Justifique a resposta: No quadriênio 2016-2019 deparamos com alguns obstáculos na execução dos atributos do objetivo específico, sendo os principais: quadro de servidores reduzido; falta de recurso orçamentário e financeiro; carência de recursos tecnológicos; dificuldade das bases operacionais para realizar atendimento de forma plena, rápida e eficiente ao público externo em virtude do deficiente sistema de fornecimento de internet nesses locais. Embora não tenha alcançado o objetivo integralmente, consideramos que as ações realizadas atenderam seus objetivos principais de garantir a sanidade dos rebanhos e das lavouras, orientando da melhor forma possível os produtores rurais, zelando pela produção dos alimentos e visando a saúde e a segurança alimentar da população o Distrito Federal. |

PROGRAMA TEMÁTICO:

6208 – TERRITÓRIO DA GENTE

OBJETIVO GERAL:

Resgatar a capacidade do Estado de planejar e projetar, fiscalizar e controlar, segundo uma concepção integrada e transversal, com participação, controle social e transparência, visando ao desenvolvimento sustentável, e assegurando a preservação do patrimônio cultural urbanístico e a promoção ambiental.

OBJETIVO ESPECÍFICO:
001 – PRESERVAÇÃO E PLANEJAMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL: Qualificar, disciplinar e reestabelecer o uso e ocupação sustentáveis do solo do DF conforme as diretrizes do ZEE, PDOT e planos diretores setoriais, bem como consolidar mecanismos interfederativos de articulação e governança metropolitana.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:
28.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL - SEGETH

Orientações constam no item 5.1.2 das Instruções

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

Análise Quantitativa

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% de Alcance Total (D/E/A)
6208	1	12	Entregar 32 patrulhas mecanizadas (SEAGRI);	14101	32	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	13	0	13	XXX
6208	1	13	Construir 2 centros de comercialização , 10 pontos e 5 urdas de comercialização no DF e RIDE (SEAGRI);	14101	17	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	0	0	XXX
6208	1	14	Criar quatro projetos de assentamentos rurais, considerando o CAR (cadastro ambiental rural) e o PRA (programa de regularização ambiental); (SEAGRI) <i>(Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016)</i>	14101	4	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	1	2	0	3	XXX

Análise Qualitativa (limitado a 15 linhas por meta)

12 - Entregar 32 patrulhas mecanizadas (SEAGRI);

2016

Com a finalidade de promover o desenvolvimento da Agricultura Familiar no Distrito Federal por meio de fomento à mecanização agrícola nos assentamentos rurais, foram adquiridas cinco patrulhas mecanizadas e nove cultivadores motorizados com implementos. Aguarda-se a realização de chamamento público para disponibilizar as a organização selecionada. Esta meta tem como objetivo geral o apoio à estruturação produtiva de assentamentos de reforma agrária e comunidades de agricultores familiares do DF e RIDE DF através da aquisição de patrulhas agrícolas para disponibilização de serviços de mecanização. O Chamamento Público é procedimento destinado a selecionar organização da sociedade civil para firmar parceria por meio de termo de colaboração ou de fomento, no qual se garante a observância dos princípios da isonomia, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

2017

Foram entregues 13 patrulhas mecanizadas, cumprindo o Convênio SICONV nº 795520/2013, firmado entre o a SEAGRI-DF, o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e a Caixa Econômica Federal, para possibilitar a estruturação produtiva de assentamentos oriundos de reforma agrária, dando cumprimento à determinação constitucional de dar à terra a sua função social.

2018

Face ao cenário orçamentário à época e a impossibilidade dessa Secretaria Executiva do MDA em disponibilizar a totalidade dos recursos devido à sua condição financeira, foi solicitado à Secretaria de Agricultura uma redução do valor total do Contrato Siconv nº 795520, em que já havia sido disponibilizado em 12/01/2016 o valor de R\$ 4.000.000,00 da 1ª e única parcela prevista, com isto, houve a necessidade de ajustes do Plano de Trabalho, solicitado pelo MDA, para adequação dos novos valores levando-se em consideração os novos quantitativos, os valores da licitação e dos projetos já aprovados pela CAIXA.

A quantidade de patrulhas ~~foram~~ reduzidas de 32 para 5 unidades. Essas unidades foram entregues no ano 2017. Nesse mesmo ano foram entregues 8 cultivadores motorizados. Totalizando 13 patrulhas que já foram informadas em 2017.

2019

Com fito de dar continuidade nas ações para o cumprimento da meta pré-estabelecida desde 2016, a SEAGRI vem executando vários Contratos de Repasse, que incluem a compra de patrulhas mecanizadas, a saber: CR 833391/2016 (MAPA) - 1 Patrulha agrícola (Trator, carreta, arado e rotoencanteirador), valor R\$ 144.487,00; CR 840951/2016 (SEAD) - 5 patrulhas agrícolas, valor R\$ 1.039.049,00; CR 844135/2017 (MAPA) - 1 patrulha agrícola, valor R\$ 146.396,40; e CR 846833/2017 (SEAD) - 3 Patrulhas agrícolas, valor R\$ 1.041.810,81. Nesse contexto, em 2019, a SEAGRI não mediu esforços para a aquisição de mais 10 patrulhas mecanizadas. Ocorre que, dentre todas as aquisições para a composição de patrulhas, foi necessário aguardar a entrega por parte de empresa vencedora da

licitação, pois apesar desta Secretaria ter enviado todos os esforços nas aquisições, inclusive com a emissão de notas de empenho, não houve a entrega do bem pela empresa vencedora, razão pela qual, necessário se fez a iniciação de novo procedimento licitatório. Assim, a Administração adotou todas medidas para a conclusão da aquisição, contudo houve descumprimento de contrato por parte da empresa vencedora, razão esta que nos impediu de efetivar o cumprimento da meta prevista, sendo possível alcançar somente 40,6%.

Para uma correta interpretação da análise quantitativa, informamos que os dados corretos estão informados na tabela abaixo:

Forma de apuração	2016	2017	2018	2019
Acumulada	0	13	13	13

O motivo da correção se deve ao fato que houve erro na transcrição dos dados quanto a forma de apuração, acumulada ou anual.

13 - Construir 2 centros de comercialização, 10 pontos e 5 urdas de comercialização no DF e RIDE (SEAGRI);

2016

Não foram construídos os centros, os pontos e as URDAS. Estão em fase de licitação. Esta meta tem como objetivo geral o apoio à estruturação produtiva de assentamentos de reforma agrária e comunidades de agricultores familiares do DF e RIDE DF através da construção de edificações para apoio ao transporte e comercialização da produção.

2017

Para a realização das obras a SEAGRI já obteve as autorizações para construção, tanto da Terracap quanto do Incra, em cada área de sua respectiva propriedade, os projetos estão prontos no setor de Engenharia e Obras desta Pasta. Restam pendentes as autorizações dos órgãos ambientais e daqueles fornecedores de serviços públicos de água, luz, sanitário, de tráfego e coleta de lixo.

2018

Face ao cenário orçamentário à época e a impossibilidade dessa Secretaria Executiva do MDA em disponibilizar a totalidade dos recursos devido à sua condição financeira, foi solicitada à Secretaria de Agricultura uma redução do valor total do Contrato Siconv nº 795520, em que já havia sido disponibilizado em 12/01/2016 o valor de R\$ 4.000.000,00 da 1ª e única parcela prevista, com isto, houve a necessidade de ajustes do Plano de Trabalho, solicitado pelo MDA, para adequação dos novos valores levando-se em consideração os novos quantitativos, os valores da licitação e dos projetos já aprovados pela CAIXA.

A construção de 2 centros de comercialização, 10 pontos de obras, dentre os 12 originalmente previstos, na nova reprogramação apenas dois Assentamentos Santarém e 15 de Agosto serão construídos.

Em atendimento da correspondência eletrônica - CE 584/2018/GIGOVBR: Pendências de reprogramação Meta Obras - CR 795520, 1011.570-73/2013 - SEAGRI/DF, de 10 abril de 2018 foi apresentamos a documentação demandada e aguarda-se análise da Caixa e o encaminhamento dos documentos referentes ao projeto de engenharia que estão sendo providenciados e serão apresentados à GIGOV/BR.

A construção de 5 urdas de comercialização não poderá ser concretizada tendo em vista que o Convênio nº 776751/2012 não foi prorrogado, apesar desta Secretaria não ter poupado esforços para suprir as demandas da Sudeco.

2019

Meta será reformulada para construir 2 Pontos de Apoio à Comercialização, pois conforme já informado em exercícios anteriores a construção de 5 urdas de comercialização não poderá ser concretizada tendo em vista que o Convênio nº 776751/2012 não foi prorrogado, apesar desta Secretaria não ter poupado esforços para suprir as demandas da Sudeco.

Ademais a construção de 2 centros de comercialização, 10 pontos de obras, dentre os 12 originalmente previstos foi reprogramado para a construção de 2 Pontos de Apoio à Comercialização no Assentamentos Santarém e 15 de Agosto, serão construídos em face ao cenário orçamentário à época e a impossibilidade dessa Secretaria Executiva do MDA em disponibilizar a totalidade dos recursos devido à sua condição financeira, foi solicitada à Secretaria de Agricultura uma redução do valor total do Contrato Siconv nº 795520, em que já havia sido disponibilizado em 12/01/2016 o valor de R\$ 4.000.000,00 da 1ª e única parcela prevista, com isto, houve a necessidade de ajustes do Plano de Trabalho, solicitado pelo MDA, para adequação dos novos valores levando-se em consideração os novos quantitativos, os valores da licitação e dos projetos já aprovados pela CAIXA. Obra em fase de aprovação de projeto atendendo as Pendências de Análise de Reprogramação, Pontos de Comercialização - CR 795520.

14 -Criar quatro projetos de assentamentos rurais, considerando o CAR (cadastro ambiental rural) e o PRA (programa de regularização ambiental); (SEAGRI). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016)

2016

Foi criado o projeto de assentamento Patrícia e Aparecida e foi incluído o Cadastro Ambiental Rural – CAR. As principais realizações em relação ao proposto, desempenho, desafios de implementação foram os seguintes: fazer o relatório de viabilidade ambiental social, solicitar outorga de uso de água e o licenciamento ambiental.

2017

Em 2017 foi realizado o processo seletivo para seleção de famílias a serem assentadas nas áreas dos assentamentos Patrícia & Aparecida e 10 de Junho, este último finalizará o procedimento até o primeiro quadrimestre de 2018. O procedimento foi realizado por meio de procedimento de Chamamento Público seguindo as orientações da Procuradoria do Distrito Federal.

2018

As áreas dos projetos Pinheiral e Fascinação não foram liberadas pelo órgão ambiental, responsável pelo licenciamento. Estão em fase de licenciamento. A SAF vem atuando junto ao IBRAM para sanar todas as pendências requeridas pelo órgão, elaborou o RIMA – Relatório de Impacto Ambiental – e apresentou informações complementares quanto ao RVASA – Relatório de Viabilidade Ambiental, Social e Agrícola, porém esta subsecretaria não logrou êxito nas respostas dificultando a continuidade dos referidos projetos. O maior gargalo para criação efetiva dos assentamentos tem sido a demora das licenças ambientais. Meta: Criação dos Assentamentos: Pinheiral (71 unidades familiares); Fascinação (7 unidades familiares).

2019

Devido às mudanças na gestão do governo, foi necessário um realinhamento de ações para dar celeridade nos processos de criação de assentamentos rurais. Foram dados os encaminhamentos necessários para a constituição do CPA, instrumento institucional fundamental para a continuidade na análise de propostas de novas áreas de assentamento. O ano de 2019 foi marcado ainda por mudanças nas normas para realização de estudos ambientais, como a revogação da Portaria que instituiu o Relatório de Viabilidade Agrícola Social e Ambiental - RVASA, instrumento essencial para o alcance da meta pré-definida, isto é, criar assentamentos rurais. A ação referida trouxe mudanças nas tratativas das propostas de novos assentamentos e readequação de metodologias de trabalho. Tal fator ocasionou o não alcance da meta de criação de 4 assentamentos, restando cumpridos apenas 75% do previsto, a saber: criação de apenas 3 projetos. Além disso, corroboramos a necessidade de mais avanços no quesito "licenciamento ambiental", visto que em média tem-se levado quase 2 anos para a emissão de uma licença prévia e instalação. Registra-se que a criação do último assentamento prevista para o quadriênio 2016-2019 será efetivada no primeiro semestre de 2020.

Para uma correta interpretação da análise quantitativa, informamos que os dados corretos estão informados na tabela abaixo:

Forma de apuração	2016	2017	2018	2019
Acumulada	1	3	3	3

O motivo da correção se deve ao fato que houve erro na transcrição dos dados quanto a forma de apuração, acumulada ou anual.

Contribuição Para o Alcance do Objetivo Específico

Orientações constam no item 5.1.5 das instruções (texto limitado a 80 linhas por objetivo específico).

SEAGRI-DF

Os assentamentos de reforma agrária se consolidaram, nas últimas décadas, como uma das principais políticas de estado que melhor conjugam os esforços para aliar desenvolvimento social, econômico e sustentabilidade ambiental. O público da reforma agrária é, em sua imensa maioria, composta por trabalhadores excluídos dos processos produtivos e do mercado formal, sendo posseiros, meeiros, trabalhadores rurais assalariados, bem como ex-moradores das periferias dos centros urbanos. Dada as condições econômicas, também são grupos de grande vulnerabilidade social, com altos índices de insegurança alimentar. Nesse sentido, todo projeto de assentamento é também um projeto de reforma social, de superação da pobreza e da vulnerabilidade que assola os grupos sociais menos abastados.

Por outro lado, os assentamentos de reforma agrária também cumprem um papel importante em projetos de desenvolvimento econômico e regional. Além de serem potenciais polos produtores de alimentos, contribuindo assim para uma política mais ampla de abastecimento, são também responsáveis por atrair investimentos públicos significativos – como é o caso do Crédito Instalação – dinamizando a economia local. Cabe destacar também como a nova política de habitação rural tem sido responsável por uma relevante retomada do setor de construção civil, sobretudo de micro e pequenas empresas de construção civil e de materiais de construção.

O acampamento Patrícia e Aparecida foi constituído em novembro de 2013 com a ocupação inicial de 87 famílias vinculadas ao Movimento Brasileiro de Sem Terra – MBST, na BR 251, km 21 na Região Administrativa de São Sebastião, na Fazenda Quebrada dos Neres. A Seagri já possui o pré-cadastro dessas famílias.

O Projeto de Assentamento Distrital Patrícia & Aparecida foi criado no âmbito do Programa de Assentamento de Trabalhadores Rurais - PRAT, situado no imóvel Quebrada dos Neres, em Terras Desapropriadas, pertencentes ao patrimônio da TERRACAP, conforme matrículas nº 47 e nº 77, às fls. 35 e 69, respectivamente, do Livro 3 do Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal. O assentamento possui área total de 377,14 hectares. O assentamento possui capacidade para instalação de 24 unidades agrícolas familiares. Compete à SEAGRI a coordenação do processo de implantação e desenvolvimento do assentamento criado pelo Decreto 37.932 de 30 de dezembro de 2016, devendo ser observadas as etapas e responsabilidades dos diversos órgãos envolvidos no PRAT, conforme previsto na Lei nº 1.572, de 22 de julho de 1977, regulamentada pelo Decreto nº 34.289, de 17 de abril de 2013.

Para dar cumprimento a este objetivo a SEAGRI vem trabalhando em emendas parlamentares voltadas ao desenvolvimento agricultura familiar sustentável, por meio do desenvolvimento de projetos

2018

Criar Assentamentos Rurais permite que o Planejamento Territorial seja mantido conforme previsto no PDOT, diminuindo assim as ocupações irregulares de solo. O PRAT não busca apenas assentar famílias em terras disponíveis, procura também enfrentar problemas sociais já instalados, razão pela qual se postula um entendimento no sentido de realizar a seleção de candidatos, de forma aberta para participação de todos os interessados, garantindo assim os pressupostos isonômicos previstos na legislação.

2019

A Criação de Assentamentos Rurais permite que o Planejamento Territorial seja mantido conforme previsto no PDOT, diminuindo assim as ocupações irregulares de solo. A SEAGRI não mediu esforços para executar a criação de mais 4 projetos de assentamentos rurais, buscando reduzir a morosidade nos licenciamentos ambientais, bem como as decisões de destinação de novas áreas para o PRAT. A legislação que regulamenta o PRAT foi toda revisada, de maneira a sanar possíveis vícios nas normas vigentes. Por fim, corroboramos que assentamentos rurais nas proximidades dos centros urbanos favorecem o abastecimento sustentável, assim, exploramos os caminhos, reinventando lugares e cenários rurais que são soluções para evitar a expansão urbana desordenada e também o êxodo rural.

EMATER-DF

Quando da elaboração a Emater irá enviar esforços no âmbito da sua competência

2018

2019 Nesse objetivo específico não há atributos sobre a responsabilidade da EMATER.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

002 – PACTO PELO LICENCIAMENTO INTEGRADO E GOVERNANÇA DO TERRITÓRIO: Definir o regramento para os processos de licenciamento (normas, procedimentos, requisitos, governança, corresponsabilidade e prazos), de forma a assegurar a transparência, a regulação do uso do solo, constantes às premissas socioambientais, urbanísticas, sanitárias e territoriais, tendo assegurado infraestrutura, logística, e equipe multidisciplinar especializada.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:
21.101 - SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE- SEMA

Orientações constam no item 5.1.2 das Instruções

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

Análise Quantitativa

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% de Alcance Total (E/D/A)
6208	2	2	Entregar 2250 CDRU – Contrato de Concessão de Direito real de Uso; (SEAGRI)	14101	2.250	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	0,0	15	XXX
6208	2	3	Efetuar a regularização fundiária de áreas públicas rurais com a entrega de 1578 documentos de legitimação da Ocupação; (SEAGRI)	14101	1.578	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	81	127	-180,4 80	293	XXX
6208	2	4	Elaborar política de regularização das áreas públicas rurais do DF; (SEAGRI)	14101	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	33,33	66,67	66,67- 0	100	

Análise Qualitativa (limitado a 15 linhas por meta)

2 -- Entregar 2250 CDRU – Contrato de Concessão de Direito real de Uso; (SEAGRI)

2016

O potencial de entrega de CDRU's pela SEAGRI são de 24 glebas em processo de individualização da Fazenda Várzeas pertencente ao Patrimônio do Distrito Federal, sendo atribuição específica da SEAGRI todo o trâmite para o alcance desta meta e no ano de 2016 com a individualização das 24 Glebas da Fazenda Várzeas.

A entrega de aproximadamente 560 Contratos de Concessão de Direito Real de Uso – CDRU, dividindo o quantitativo de 2.250 por 04 (quatro) anos, previstos para o ano de 2016 está condicionado ao acerto fundiário, após efetuação do registro da individualização do imóvel rural, e a legislação específica que institui a

Política de Regularização de Terras Públicas Rurais pertencentes ao Distrito Federal ou à Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal – TERRACAP – Companhia Imobiliária de Brasília, advinda após amplo debate com o setor produtivo e entidades interessadas culminando no Projeto de Lei que institui a Política de Regularização de Terras Públicas Rurais pertencentes ao Distrito Federal ou à Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal – TERRACAP – Companhia Imobiliária de Brasília, ou seja, com a iminência desta norma no meio jurídico, além do mais a SEAGRI trabalhou no ano de 2016 uma Minuta de Decreto, para regulamentação do possível Projeto de Lei autorizando a TERRACAP e o Distrito Federal a efetuar o registro da individualização da terra pública rural, que alcançará as devidas assinaturas das CDU's.

2017

Os contratos de Concessão de Direito Real de Uso – CDRU previstos na Lei Distrital nº 5.803, de 11 de janeiro de 2017 para a regularização dos imóveis rurais pertencentes ao patrimônio da TERRACAP ou do Distrito Federal são firmados nos casos onde a ocupação esteja individualizada em uma unidade imobiliária individualizada, com matrícula própria.

Para os imóveis de propriedade da TERRACAP foram individualizadas as Fazendas Boa Vista e Barra Alta, resultando em 40 lotes (12 CDRUs firmadas) e 118 lotes (1 CDRU firmada), respectivamente.

A competência para a entrega das CDRUs em propriedade da TERRACAP é daquela Companhia, participando a SEAGRI na instrumentalização do processo de regularização e da análise quanto à ocupação e às atividades rurais ali desenvolvidas, culminando com a declaração por parte desta pasta quanto ao interessado ser Legítimo Ocupante quando atendido todos os requisitos legais.

Para a SEAGRI, enquanto entrega de CDRUs, compete fazê-lo nos imóveis que pertencem ao Governo do Distrito Federal, inicialmente, em uma única Fazenda denominada Várzeas.

A Fazenda Várzeas possui dois quinhões sendo que, um primeiro já se encontra individualizado e o segundo necessita da individualização, identificando 25 lotes para o primeiro quinhão e aproximadamente 13 lotes para o segundo, sendo que nenhum deles foi firmado CDRU.

2018

Mais um imóvel (Sítio Novo), localizado na Região Administrativa de Planaltina, teve a individualização de 44 lotes (aptos à CDRU). Desse total, apenas 3 áreas ainda não possuem processo de regularização. 14 lotes já possuem CDU assinada e encontram-se aptos à assinatura da CDRU. Entretanto, considerando todos os imóveis com lotes individualizados (Boa Vista, Barra Alta, Várzeas e Sítio Novo), em 2018, nenhum contrato de concessão de direito real de uso foi assinado.

2019

Preliminarmente cabe destacar que foram firmadas em 2017, 1, em 2018, 10 e em 2019, 4, CDRU's, que somadas as 12 firmadas em 2014, totalizamos 27.

Das três fazendas individualizadas pela TERRACAP (Barra Alta, Boa Vista e Sítio Novo) temos um total de 208 unidades registradas (118, 40 e 50, respectivamente). Somadas as 25 unidades da Fazenda Várzeas (competência desta SEAGRI) temos um total de 233 unidades rurais individualizadas.

Considerando as 27 unidades regularizadas por meio de CDRU temos um percentual de 11,59% daquelas já individualizadas e de 0,66% do total projetado em relação Meta Realizada Acumulada (2016-2019).

Quanto ao índice proposto, argumentamos que a individualização cartorária é um processo relativamente complexo de registros e licenças, o que demanda tempo e mão-de-obra especializada para a concretização das ações, e que muitas vezes esses recursos são escassos ou utilizados em outras demandas de maior interesse.

público, não que este também não o seja, mas políticas são implementadas e prioridades são impostas. Junte-se, também, para aquelas áreas que já estão com seu registro cartório próprio, a necessidade de ações dos interessados em realizar preparativos visando utilizar-se do PRÓ-RURAL para a isenção do ITBI neste primeiro registro, que demandam tempo.

Extraímos, portanto, da análise deste tópico, que foi superdimensionada a meta projetada em 2015 para o quantitativo de CDRU's em contraponto ao cenário existente de pessoal, estrutura e complexidade do objeto.

Para uma correta interpretação da análise quantitativa, informamos que os dados corretos estão informados na tabela abaixo:

Forma de apuração	2016	2017	2018	2019
Acumulada	0	1	11	15

Motivo da correção: quem assina CDRUs é a TERRACAP. Deve ter havido falha na comunicação entre SEAGRI e TERRACAP para obtenção dos valores. Inclusive, após o envio das informações, por solicitação nossa, a TERRACAP reavaliou as informações e a corrigiu quanto ao ano de 2018, sendo firmadas para 2018, 10 CDRUs.

3 - Efetuar a regularização fundiária de áreas públicas rurais com a entrega de 1578 documentos de legitimação da Ocupação; (SEAGRI)

2016

Foram entregues 81 documentos de legitimação de ocupação. A SEAGRI foi reestruturada em 2016 e durante o ano foram realizados os ajustes a nova estrutura e com isso houve alterações no fluxograma da Regularização Fundiária, dessa forma afetando a tramitação dos processos de regularização. Cabe ressaltar que o andamento do processo depende do comprometimento do requerente em atender as notificações da SEAGRI ao longo do processo e dessa forma sendo a inércia do requerente o maior empecilho para o andamento ágil do processo. Devemos levar em consideração ainda a quantidade de processos que foram indeferidos por parcelamento irregular do solo e não comprovação da ocupação, inclusive apresentação da documentação mínima exigida por lei.

2017

Foram entregues apenas 46 documentos de legitimação de ocupação. Tendo em vista a edição da Lei Distrital nº 5.803, de 11 de janeiro de 2017, foi necessária a readequação de todo o normativo e de alguns fluxos de trabalho, o que produziu uma baixa produtividade quanto à efetividade do processo no período.

2018

Foram entregues 180 contratos de Concessão de Uso – CDUs, número bem acima dos anos anteriores (2016/2017), provavelmente em decorrência da implantação do sistema SEI. Entretanto, considerando o objetivo estabelecido, dificilmente se alcançará a meta estabelecida (1578 contratos). O baixo número de servidores efetivos (menor relação analistas/técnicos dentre todas as subsecretarias), aliado à ausência de um procedimento formalmente estabelecido, impacta diretamente no alcance de resultados.

2019

Preliminarmente há que se fazer um apontamento sobre as justificativas lançadas em 2018, que impropriamente substituiu o índice proposto (emissão de Certificado de Legítimo Ocupante - CLO) com o de número de contratos (CDUs) firmados. Relativamente ao índice (nº de CLO's), foram emitidos 88 CLO's em 2018, sendo 91,3% maior que o ano de 2017, mas a quem a meta superestimada inicialmente traçada.

Como consequência do aumento no número de CLO's, foram firmados 177 contratos de CDU, totalizando mais de 15.000 hectares regularizados (maior quantidade de área regularizada em um ano, desde o início do processo de regularização em curso, em 2009).

Nota-se que há uma disparidade entre o número de CLOs (88) e o número de CDUs (177), o que se justifica pelo foco desenvolvido pela equipe à época (que diga-se de passagem está reduzidíssima frente às reais necessidades) de concentrar esforços junto aos procedimentos que permeiam a assinatura dos contratos, dando seguimento aos CLO's emitidos em anos anteriores.

Adentrando em 2019, temos a emissão de 80 CLO's, totalizando 293 no quadriênio, que corresponde à 18,57% da meta traçada, muito pequena em relação àquilo que se poderia construir, que encontra respaldo na diminuição ano-a-ano do número de servidores lotados na área de regularização fundiária e o crescente número de requerimentos de regularização que chegam a esta SEAGRI, sendo essas, as mais significativas dentre outras justificativas.

Extraímos, portanto, da análise deste tópico, que foi superdimensionada a meta projetada em 2015 para o quantitativo de CLO's emitidos, em contraponto ao cenário existente de pessoal e estrutura.

Para uma correta interpretação da análise quantitativa, informamos que os dados corretos estão informados na tabela abaixo:

Forma de apuração	2016	2017	2018	2019
Acumulada	79	125	213	293

Motivo da correção: como informado, as CDRUs são firmadas pela TERRACAP (com exceção da Fazenda Várzeas que pertence ao GDF). Nos últimos dias, foi solicitado levantamento e foi atualização com a GERUR/TERRACAP e, resultou em número diferente do informado, pois aconteceu após o envio das informações.

4 - Elaborar política de regularização das áreas públicas rurais do DF; (SEAGRI)

2016

Elaboração de Minuta de Projeto de Lei, que institui a Política de Regularização de Terras Públicas Rurais pertencentes ao Distrito Federal ou à Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal – TERRACAP – Companhia Imobiliária de Brasília e dá outras providências e elaboração da Minuta do Decreto que regulamentará a Lei a ser publicada, após amplo debate com o setor produtivo.

2017

Foi efetivada em 100%. A Política foi instituída pela Lei Distrital nº 5.803, de 11 de janeiro de 2017 e regulamentada no Decreto nº 38.125, de 11 de abril de 2017.

2018

Meta foi concluída no exercício de 2017 com a publicação da Lei Distrital nº 5.803, de 11 de janeiro de 2017 e regulamentada no Decreto nº 38.125, de 11 de abril de 2017.

2019

Meta concluída em 2017

Para uma correta interpretação da análise quantitativa, informamos que os dados corretos estão informados na tabela abaixo:

Forma de apuração	2016	2017	2018	2019
Acumulada	33,33	100	100	100

Motivo da correção: houve uma impropriedade no lançamento, sendo informados naquela oportunidade, os "contratos firmados" e não os "documentos de legitimação da Ocupação".

Contribuição Para o Alcance do Objetivo Específico

Orientações constam no item 5.1.5 das instruções (texto limitado a **80 linhas** por objetivo específico).

No ano de 2016 elaborou-se a Minuta do Projeto de Lei para instituir a Política de Regularização de Terras Públicas Rurais pertencentes ao Distrito Federal ou à Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal - TERRACAP – Companhia Imobiliária de Brasília e a Minuta de Decreto que Regulamentará a Lei mencionada e encaminhadas à Casa Civil e à Câmara Legislativa, de acordo com cada atribuição entre os poderes.

A concretização da Política de Regularização de Terras Públicas Rurais pertencentes ao Distrito Federal ou à Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal – TERRACAP foi um ganho imensurável para a regularização das ocupações e o desenvolvimento rural, criando regimentos próprios e oferecendo ao produtor a segurança jurídica necessária.

Com o devido respaldo legal, a área rural resolveu uma questão que se arrastava a anos e que possibilita, definitivamente, proporcionar a regularização das ocupações históricas e propicia o olhar mais promissor ao produtor rural.

A SEAGRI, voltando seu olhar aos procedimentos necessários para o alcance da regularização, formalizou junto à TERRACAP o Acordo de Cooperação Técnica nº 014-2017 que transferiu à SEAGRI a competência para a celebração dos contratos de Concessão de Uso – CDUs, o que, traz à SEAGRI o controle integral do processo regulatório, possibilitando maior agilidade nos procedimentos, a redução do lapso temporal entre a autuação do requerimento, visando a regularização e a efetiva formalização do contrato de concessão para as áreas que não possuem matrícula própria, nessa excetuadas as áreas urbanas para contrato específico

—2018

Desde o início do processo de regularização (2011), o número de requerimentos de regularização aumentou consideravelmente (aproximadamente 4.000). Além disso, o baixo número de servidores (destacadamente de analistas – 1 analista) aliado à falta do estabelecimento de procedimentos contribuiu para o baixo resultado. Por outro lado, a implantação do Sistema SEI (segundo semestre de 2017) impactou positivamente para o aumento do número de contrato de Concessão de Uso em 2018.

2019

Sob a coordenação da SEAGRI foi travada uma luta árdua em 2016, que representava o anseio de todos os produtores da área rural do Distrito Federal há décadas, sendo coroada com a concretização da edição da Política de Regularização de Terras Públicas Rurais pertencentes ao Distrito Federal ou à Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal – TERRACAP, consubstanciada na Lei nº 5.803, de 11 de janeiro de 2017 e, que, posteriormente, foi regulamentada pelo Decreto nº 38.125, de 11 de abril de 2017, proporcionando a tão almejada segurança jurídica àqueles que colocam cada pinga do suor de seu trabalho no amor à produção rural, desbravadores da Nova Capital que abriam mão do conforto do convívio dos seus entes queridos para se agarrarem a um sonho de um dia poderem ter seu "pedaço de chão" para cultivar, e que dos quais muitos sucumbiram na busca desse sonho.

Essa pode ser considerada a maior conquista desse quadrênio em análise, atendida em 100%, conforme demonstra o quadro de análise quantitativa.

Os outros dois tópicos, entregas de CDRUs e emissão de CLOs, que medem o desempenho estatal em relação a concretização da política implantada, em que pese a superestimativa lançada, demonstra pelos resultados numéricos que se esse desempenho é muito pequeno em relação àquilo que se poderia alcançar, mas podemos também considerar significativo em relação aos resultados frente às condições de trabalho atuais.

Em que pese os resultados almejamos não necessitarem recursos orçamentários para implementação, o singelo desempenho que se apresenta no contexto geral está relacionado diretamente à estrutura funcional disponível para atendimento ao público, organização, análise dos procedimentos, deslocamento à campo e outras demandas inerentes à essa política, que se encontra extremamente reduzida, impossibilitando o desencadear das ações necessárias que levariam a um quadro bem mais significativo.

A contribuição que se poderia disponibilizar para o alcance dos objetivos da Política de Regularização é, primordialmente, a de melhoria da estrutura orgânica para atendimento ao público e instrução processual, com ajustado dimensionamento das Diretorias e Gerências, visando atender às necessidades específicas dos procedimentos, como, p.ex., a criação da Gerência de Atendimento ao Público e a Gerência de Regularização de áreas urbanas com características rurais, dentre outras, e, especialmente, a disponibilização de mão-de-obra para atender a demanda existente, assim como, a essa melhoria de estrutura, pois há atualmente mais de 4.500 requerimentos (processos) que precisam ser recebidos, analisados, instruídos, vistoriados, arrecadados e firmados as respectivas concessões, que se junta às mais de 1.100 concessões já firmadas, que também precisam ser supervisionadas, vistoriadas e arrecadadas.

PROGRAMA TEMÁTICO:

6210 – INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

OBJETIVO GERAL:

Assegurar Brasília como modelo de território sustentável por meio de planejamento e gestão que integre a prestação de serviços, a promoção da cidadania e a inclusão socioambiental com a garantia da proteção do meio ambiente para as gerações futuras.

OBJETIVO ESPECÍFICO:



002 – CAPITAL DAS ÁGUAS: Promover a cultura do cuidado com a água, o aperfeiçoamento do marco normativo e institucional e garantir a oferta de água em quantidade e qualidade para a população e os ecossistemas naturais, a conservação e a recuperação das áreas de recarga de aquífero, nascentes e matas ciliares e áreas de proteção de mananciais.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

21.101 – SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA

Orientações constam no item 5.1.2 das Instruções

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

Análise Quantitativa

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNIDADE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% de Alcance Total (E/A)
6210	2	6	Realizar 15 reuniões de articulações com instituições distritais e federais, visando promover a redução da erosão dos solos e do assoreamento de mananciais no meio rural, contribuindo com o sistema de monitoramento de investimento governamental (EMATER);	14203	15	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	5	10	20	18	XXX
6210	2	7	Elaborar 400 pedidos de outorga de água para os pequenos e médios produtores rurais (EMATER);	14203	400	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	55	55	110	152	XXX

Análise Qualitativa (limitado a 15 linhas por meta)

6. Realizar 15 reuniões de articulações com instituições distritais e federais, visando promover a redução da erosão dos solos e do assoreamento de mananciais no meio rural, contribuindo com o sistema de monitoramento de investimento governamental (EMATER);

2016

Os espaços abertos nessas reuniões são para tratativas do Plano de Manejo de Água e Solo, iniciado na Bacia do Redeador que fica na Área de Proteção Ambiental - APA do Descoberto, tendo a participação de instituições distritais que fazem parte do Projeto Descoberto-Coberto.

2017

Em função da crise hídrica, os espaços abertos nas reuniões foram concentrados na elaboração do projeto executivo de revitalização do sistema coletivo de distribuição de água – Canal Rodeador. Além disso, foi realizado um censo dos irrigantes do Rodeador com vistas à implantação do Plano de Qualificação da Agricultura (Irrigação).

2018

No ano de 2018 foram realizadas atividades de mobilização e sensibilização dos produtores rurais visando a implantação de políticas públicas ambientais, tais como, Aliança pelo Descoberto, elaboração de PIPs, participação no Comitê de Bacias do Aflente do Paranaíba, dentre outros.

2019

Em 2019 foi implantado o Projeto Produtor de Água no Descoberto e as reuniões se tornaram periódicas no âmbito do Projeto.

Para uma correta interpretação da análise quantitativa, informamos que os dados corretos estão informados na tabela abaixo:

Forma de apuração	2016	2017	2018	2019
Acumulada	05	10	15	18

O motivo da correção se deve ao fato que houve erro na transcrição dos dados quanto a forma de apuração, acumulada ou anual.

7. Elaborar 400 pedidos de outorga de água para os pequenos e médios produtores rurais (EMATER);

2016

Através de três mutirões de pedidos de outorga foram elaborados na Bacia do Descoberto, os 55 pedidos.

2017

Não foram realizados mutirões em função da suspensão de emissão de outorga como medida do enfrentamento à crise hídrica.

2018

Devido ao ocorrido no ano de 2017 (crise hídrica), não está sendo emitida a outorga do direito de uso de recursos hídricos na Bacia do Descoberto.

2019

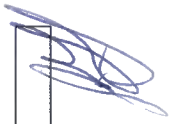
Em parceria com a ADASA (Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal) houve mutirão de pedido de outorga de água no Assentamento Betinho, localizado na região administrativa de Brasília com 90 pedidos e outros 07 pedidos nos demais escritórios locais da EMATER-DF.

Para uma correta interpretação da análise quantitativa, informamos que os dados corretos estão informados na tabela abaixo:

Forma de apuração	2016	2017	2018	2019
-------------------	------	------	------	------

Acumulada	55	55	55	152
-----------	----	----	----	-----

O motivo da correção se deve ao fato que houve erro na transcrição dos dados quanto a forma de apuração, acumulada ou anual.



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	IMPLEM. ATÉ 2019 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6210	2	7	Controle de processos erosivos em áreas destinadas à produção agropecuária (EMATER);	14203	80	100	2016 O Plano de Manejo de Água e Solo iniciou suas atividades de intervenção preservacionista na Bacia do Rio Descoberto. 2017 Ações Continuadas do Plano de Manejo de Água e Solo nas Bacias Hidrográficas do Alto Descoberto e Alto Jardim, com os seguintes resultados: 1) 107 hectares de terraceamento; 2) 25,4 Km de terraplanagem; 3) Construção de 180 Bacias de Retenção; 4) Limpeza de 53 Bacias de Retenção; 5) Construção de 116 Ondulações Transversais. Sendo que os itens de 2 a 5 estão contemplados dentro de Adequação técnica e ambiental de estradas rurais. 2018 Na Bacia do Descoberto foram adequados 3,2 km de estradas rurais, construídas 20 bacias de retenção, revestimento de 22 reservatórios de água, recuperação de 08 nascentes, elaboração de 22 PIP's (Projeto Individual de Propriedade) em imóveis rurais nas Bacias do Capão da Onça e Barroão/Bucanhão e plantio por sementeira direta em 29,5 ha na REBIO do Lago Descoberto. 2019 Adequação de 34 quilômetros de estradas rurais, construção de 94 bacias de retenção, recuperação de 19 nascentes e o plantio por sementeira direta em 05 hectares na Reserva Biológica (REBIO) do Lago Descoberto.
6210	2	8	Adoção da bacia hidrográfica como unidade referência para o planejamento das ações preservacionistas de forma integrada e articulada com instituições Distritais e Federais (EMATER);	14203	100	100	2016 O Plano de Manejo de água e solo adotou a bacia hidrográfica como unidade de referência para o planejamento das ações preservacionistas. 2017 Foram estabelecidas tratativas interinstitucionais para implantação do Programa Produtor de Água na Bacia do Alto Rio Descoberto, culminando na criação do projeto Aliança do Cerrado. 2018 Meta atingida no ano de 2017, porém foi definido que será implantado o Programa Produtor de Água em 2019. 2019 Implementação do Projeto Produtor de Água no Descoberto
6210	2	9	Orientação quanto à qualidade e ao uso racional dos recursos hídricos (EMATER);	14203	100	100	2016 Capacitação dos produtores rurais em manejo de irrigação com o uso do tensiômetro. 2017 Capacitação dos produtores rurais em manejo de irrigação com o uso do tensiômetro, por meio de cursos e oficinas com foco na Bacia do Alto

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	IMPLEM. ATÉ 2019 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
							Descoberto. 2018 Visitas específicas nas propriedades rurais e realização de cursos e encontros técnicos junto aos beneficiários. 2019 Em parceria com a CAESB e a ADASA, realizou-se o curso de Produtor Amigo da Água
							2016 Através da assistência técnica e extensão rural é estimulado o uso do sistema de irrigação por gotejamento. Em fase de implantação de projetos com sistemas poupadores de água, convênio com o MAPA. 2017 Estimular o uso do sistema de irrigação por gotejamento, por meio de cursos e oficinas em diversos eventos promovidos pela Emater, tais como: festa do morango em Brazilândia e no encontro dos produtores de folhosas em Vargem Bonita. 2018 Realização de cursos de Manejo de Irrigação, além das visitas técnicas individuais aos irrigantes. 2019 Orientações realizadas por meio das visitas técnicas de campo junto os irrigantes
6210	2	10	Incentivo à utilização de sistemas de irrigação poupadores de água e energia (EMATER);	14203	80	100	
							2016 Através da assistência técnica e extensão rural é estimulado o uso de lona plástica em tanques de irrigação e em piscicultura. 2017 Capacitação dos produtores rurais em manejo de irrigação com o uso do tensiômetro, por meio de cursos, oficinas com foco na Bacia do Alto Descoberto. Incentivar ao uso de lona plástica em tanques de irrigação e em piscicultura. 2018 Realização de cursos de manejo e irrigação. 2019 Orientações nas visitas de campo, visando o acompanhamento junto aos agricultores quanto ao uso do manejo de irrigação
6210	2	11	Incentivo à utilização de tecnologias que otimizem o uso de água em sistema de irrigação e outros usos da agropecuária (EMATER);	14203	80	100	
						XXX	
6210	2	12	Identificação de canais de irrigação a serem revitalizados (EMATER).	14203	100	100	2016 Identificado 5 canais de irrigação: Olaria, Vargem Bonita, Tabatinga, Recanto da Conquista e Santos Dumont (alguns trechos). 2017 Foi identificada a necessidade de recuperar 213 km de diversos canais. Foram implantadas, por meio de ação conjunta Seagri, Emater e Adasa, a

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	IMPLEM. ATÉ 2019 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
							revitalização (tubulação) de canais de irrigação nos Córregos Guaritoba, Capão Comprido e Índio. 2018 Em parceria com a SEAGRI e a CAESB, a EMATER-DF contribuiu na revitalização dos canais de irrigação: Guaritoba, Cristal, Rodeador, Índio e Santos Dumont. Vale destacar que no Canal do Santos Dumont foram revitalizados 6,6 Km em ramais secundários. 2019 Canais revitalizados: Santos Dumont (restante dos ramais) 2,85 km; Buriti Vermelho I 1,1 km; Lamarão (trecho restante) 3,9 km; Rodeador) pontos críticos) 2,5 km e Capão Comprido (Ramal II) 7,77 km. Canais que receberam serviços de limpeza: Santos Dumont (Canal Principal) 7km; Curral Queimado 1,5 km, Jatobazinho 4 km e Riacho Fundo 2 km.

Contribuição Para o Alcance do Objetivo Específico

Orientações constam no item 5.1.5 das instruções (texto limitado a **80 linhas** por objetivo específico).

A EMATER tem papel fundamental na consolidação do desenvolvimento sustentável, como processo da extensão rural, no fator de mudanças, em ações da ética socioambiental. A Gestão Ambiental contribui na transformação do cenário atual e na mudança comportamental, com tomada de decisão e o desenvolvimento de mecanismos, a fim de garantir a sustentabilidade nos processos produtivos e, sobretudo, na consciência ambiental.

A Gestão Ambiental é uma das diretrizes operacionais que a EMATER vem desenvolvendo para adequar as propriedades rurais, conforme a legislação ambiental vigente. Tem como objetivo: minimizar os impactos ambientais produzidos nos processos de produção de bens e serviços das propriedades rurais no Distrito Federal.

Propiciar às gerações futuras um ambiente que lhes garanta qualidade de vida e perspectiva de futuro é o ponto de partida para as transformações que deixarão um ambiente mais equilibrado e harmonioso a todos. Nesse contexto, a EMATER atua em comissões, conselhos, comitês ambientais e grupos de trabalho.

Dentre esses, destacam-se as ações no Programa Produtor de Água, iniciativa da Agência Nacional de Águas - ANA, cujo objetivo é estimular a política de pagamento por serviços ambientais voltados à proteção hídrica no Brasil. No Distrito Federal, o programa foi implantado na bacia do Ribeirão do Pipiripau e recebeu o nome de Projeto Produtor de Água no Pipiripau. Desde o início do Projeto até o ano de 2016, na modalidade Conservação de Solo, foram realizadas 1005 ondulacões transversais, construção e/ou manutenção de 545 bacias de retenção, readequação de 315 km de estradas e recuperação e/ou construção de 1200 ha de terraceamento. Na modalidade

Restauração e Conservação de Área de Preservação Permanente e/ou Vegetação Nativa, no ciclo 2012/2016, houve o plantio de 323.500 mudas. A modalidade Conservação de Remanescentes de Vegetação Nativa se detém na manutenção da vegetação existente. Destaca-se a implantação de 12 km de cercas para proteção de áreas destinadas a conservação e/ou restauração, especialmente em propriedades com criação de animais.

A EMATER também integra as ações do Projeto Descoberto Coberto, realizado na bacia hidrográfica do rio Descoberto, principal manancial de água do DF. O Projeto é desenvolvido por meio da adesão voluntária dos produtores rurais da região, com o apoio governamental, em busca da reversão do desmatamento, dos processos erosivos e da sedimentação do Lago do Descoberto. Entre 2009 e 2013, foi realizada a revegetação com espécies nativas do cerrado, totalizando 163.102 mudas distribuídas em 36 propriedades na orla do Lago do Descoberto e em 60 propriedades nas áreas contribuintes do Lago. Em 2014, essas propriedades foram orientadas quanto ao manejo das áreas recuperadas e entre, 2015-2016, houve ações de educação ambiental para sensibilizar os moradores da região quanto à importância hídrica do rio Descoberto. Cabe destacar ainda em 2015 a assinatura do acordo do Governo do Distrito Federal com o Projeto Cultivando Água Boa de Itaipu Binacional, bem como o lançamento do Plano de Manejo e Conservação de Água e Solo, ambos estão em fase de implementação na bacia hidrográfica do rio Descoberto.

O Plano de Manejo e Conservação da Água e do Solo em Áreas de Produção Rural no Distrito Federal busca promover a adoção de boas práticas voltadas para adequação ambiental da infraestrutura e da produção rural, pois propõe a construção de uma política pública estruturante, envolvendo o setor rural e as diversas organizações de apoio, com responsabilidade compartilhada, visando à sustentabilidade das atividades agrossilvopastoris no DF e como consequência, a melhoria da qualidade de vida da população. Ele é dividido em quatro programas que são Água, Solos, Regularização Ambiental e Ações Transversais. Tem como base a do planejamento da unidade hidrográfica do DF, e, iniciados os trabalhos de conservação de solo em imóveis rurais, reparo e manutenção de estradas rurais na bacia do Rodeador em Brasília. Nesse contexto, em 2016 houve a construção de 14 bacias de retenção, implantação e manutenção de 41,09 hectares de terraços, adequação de 1,1 km de estradas rurais e realização de um curso de treinamento para operadores referente à adequação de estradas rurais. Houve ainda, a realização de 5 campanhas de outorga em conjunto com a ADASA. A bacia do Rodeador foi região prioritária para preenchimento do Cadastro Ambiental Rural - CAR e foram realizadas 2 oficinas com a comunidade Guariroba, para discussão da realidade local.

Além da construção do Plano, a EMATER, em parceria com a SEAGRI e CAESB, contribuiu na revitalização de 5 canais de irrigação: Olaria, Vargem Bonita, Tabatinga, Recanto da Conquista e Santos Dumont (alguns trechos).

Foram realizados diversos cursos, oficinas, palestras, dia de campo, entre outros, para capacitar e sensibilizar os produtores com metodologias que são eficazes e reduzem a perda ou a quantidade de água utilizada na irrigação. Metodologias utilizadas: manejo de irrigação com o uso de tensiômetro, irrigação por gotejamento, tanques lonados, revitalização (tubulação) de canais de irrigação.

Estudo ambiental para se conseguir a Autorização do Órgão Ambiental do DF para revitalização dos canais de irrigação tem contribuído para minimizar perdas de água ao longo dos canais. A capacitação em manejo de irrigação com o uso de tensiômetros tem reduzido o gasto de água em irrigação em até 40%. A utilização de lona plástica em tanques de irrigação e em piscicultura reduz significativamente a perda de água por infiltração no solo.

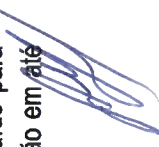
—2018

A Gestão ambiental é uma das diretrizes de ATER que a EMATER-DF vem desenvolvendo para adequar as propriedades rurais conforme a legislação ambiental vigente. Estudo ambiental para se conseguir a Autorização do Órgão Ambiental do DF para revitalização dos canais de irrigação tem contribuído para minimizar

perdas de água ao longo dos canais. Salientamos que a capacitação em manejo de irrigação com o uso de tensiômetros tem reduzido o gasto de água em irrigação em até 40%. A utilização de lona plástica em tanques de irrigação e em piscicultura reduz significativamente a perda de água por infiltração no solo.

2019

Os estudos ambientais para se conseguir as autorizações ambientais do Distrito Federal para a revitalização dos canais de irrigação tem contribuído para minimizar as perdas de águas ao longo dos canais. A capacitação em manejo de irrigação com o uso dos tensiômetros tem reduzido o gasto de água em irrigação em até 40%. A utilização de lona plástica em tanques de irrigação e em piscicultura reduz significativamente a perda de água por infiltração no solo.



OBJETIVO ESPECÍFICO:

003 – ENERGIA E MUDANÇAS CLIMÁTICAS: Garantir o fornecimento de energia elétrica, a eficiência energética e diversificação da matriz, bem como adaptar e mitigar as mudanças climáticas.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

21.101 – SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA

Orientações constam no item 5.1.2 das Instruções

ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	IMPLEM. ATÉ 2019 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6210	3	7	Consolidação, validação e atualização do Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SEAGRI E SEMA);	14101/ 21101	80	100	2016 SEAGRI – Processo nº 070.022.753/ 2012 – Objeto contratual: elaboração de inventário Distrital de emissão por fontes e remoção por sumidouros de Gases de Efeito Estufa - GEE. Produto entregue em 19/12/2014, sendo inexistente e não foram estabelecidas ações posteriores de: consolidação, validação e atualização do inventário de emissões de gases de efeito estufa. SEMA– Inventário de Emissões e Remoções Antrópicas de Gases de Efeito Estufa (2005-2012), publicado (ISBN:378-85-68931-02-8) e validado pelo Conselho de Meio Ambiente do DF. Atualização do Inventário ainda a ocorrer. 2017- Não foram estabelecidas ações. SEMA 2016 Inventário de Emissões e Remoções Antrópicas de Gases de Efeito Estufa (2005-2012), publicado (ISBN:378-85-68931-02-8) e validado pelo Conselho de Meio Ambiente do DF. Atualização do Inventário ainda a ocorrer. 2017 Processo em andamento, com financiamento garantido pelo Projeto GEF-PNUMA-MCTI-SEMA e entrega prevista para 2018-2019. 2018 SEAGRI Em 19/12/2014 foi entregue o Produto referente ao inventário Distrital de emissão por fontes e remoção por sumidouros de Gases de Efeito Estufa - GEE. Porém, desde a entrega do produto, não foram estabelecidas ações posteriores de: consolidação, validação e atualização do inventário de emissões de gases de efeito estufa. Diante disso, a atualização do inventário não foi feita. Em 19/12/2014 foi entregue o

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	IMPLEM. ATÉ 2019 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
							Produto referente ao Inventário Distrital de emissão por fontes e remoção por sumidouros de Gases de Efeito Estufa - GEE. Porém, desde a entrega do produto, não foram estabelecidas ações posteriores de consolidação, validação e atualização do inventário de emissões de gases de efeito estufa. Diante disso, a atualização do inventário não foi feita. 2019 A SEAGRI coube somente a contratação do inventário Distrital de emissão por fontes e remoção por sumidouros de Gases de Efeito Estufa - GEE, o qual foi entregue em 19/12/2014. Destaca-se que a SEMA captou junto ao Projeto Cidades Sustentáveis (MCTIC-PNUMA-GEF) recurso para ações continuadas.

Contribuição Para o Alcance do Objetivo Específico

Orientações constam no item 5.1.5 das instruções (texto limitado a **80 linhas** por objetivo específico).

SEMA

Em 2016, avançou-se na elaboração e disponibilização de ferramentas de gestão climática, tais como o Inventário e a Regionalização dos cenários de Clima.

Em 2017, para o alcance das ações, a SEMA deu continuidade aos trabalhos, participou de negociações e captou junto ao Projeto Cidades Sustentáveis (MCTIC-PNUMA-GEF) recursos para: a realização de estudos de avaliação dos impactos esperados para os setores de água, uso do solo e energia; a contratação de assessor para facilitar a formulação do Plano Distrital de Mitigação; a contratação de assessor para facilitar a formulação de regulamentos da Política de Clima do DF; manutenção do Fórum Distrital de Mudanças Climáticas; e manutenção do Painel Distrital de Mudanças Climáticas. Além de coordenar várias reuniões para a formulação da minuta do decreto de criação do Fórum, em 2017 foi encerrado o processo de ampla consulta pública iniciado em janeiro, com a realização da segunda reunião preparatória do Fórum, em junho na UnB, com 80 participantes. Já a terceira reunião preparatória do Fórum foi realizada em novembro no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, com 400 participantes, entre representantes de órgãos de governo, do setor privado, da academia e da sociedade civil organizada. Juntos com a SEMA, representantes de todos esses setores formularam a Minuta do Decreto de criação do Fórum de Clima do DF. Também em 2017, a SEMA ocupou-se da criação do Painel Científico Distrital de Mudanças Climáticas, mobilizando cientistas de vários centros de referência local e nacional. Foram realizadas cinco reuniões preparatórias com cientistas do DF para estruturar o Painel e para a construção de acordos para a criação do Painel, contando com o engajamento principal das seguintes instituições: INMET, UNB/CDS, UnB/Hidrologia, INPE, Embrapa Cerrados. Juntos, esses atores elaboraram a minuta da portaria de criação do Painel Científico Distrital de Mudanças Climáticas. Entre 2016 e 2017, a SEMA atuou fortemente em ações de integração da agenda de clima junto a outras secretarias e áreas, tais como: transporte, agricultura, zoneamento ecológico econômico, meio ambiente, água, incêndios florestais, energia, mobilização social, etc., realizando palestras em mais de 30 eventos e alcançando um público estimado de cerca de 1000 pessoas, entre representantes de órgãos de governo, sociedade civil, academia e setor privado. Os recursos foram destinados ao apoio dos eventos para implantação do Fórum Distrital de Clima. Boa parte das ações foram realizadas sem o aporte de recursos. Esse objetivo ainda está em processo de consolidação. Avançou-se na elaboração e disponibilização de ferramentas de gestão climática, tais como o

Inventário e a Regionalização dos cenários de Clima. Espera-se que, com os recursos do GEF, sejam implementadas as demais ações previstas para esse objetivo até o final de 2018.

—2018

A SEAGRI, por meio do Processo nº 070.022.753/ 2012 – Objeto contratual: elaboração de inventário Distrital de emissão por fontes e remoção por sumidouros de Gases de Efeito Estufa – GEE, contratou serviço referente ao objeto contratual supramencionado. O Produto em referência foi entregue em 19/12/2014, sendo sua publicação realizada no ano de 2016, cumprindo-se 100% da ação não orçamentária nº 7. Desde a entrega do produto não foram estabelecidas ações posteriores de consolidação, validação e atualização do inventário de emissões de gases de efeito estufa.

2019

Frisa-se que a SEAGRI executou a contratação da elaboração do Inventário Distrital de Emissão por Fontes e Remoção por Sumidouros de Gases de Efeito Estufa – GEE, sendo que o produto foi entregue em 19/12/2014 e a publicação realizada no ano de 2016, cumprindo-se 100% da ação não orçamentária nº 7. Porém, a SEMA captou junto ao Projeto Cidades Sustentáveis (MCTIC-PNUMA-GEF) recurso para ações continuadas às emissões de Gases do Efeito Estufa, onde em 2019 apresentou Estudo Técnico de Projeções Climáticas para o Distrito Federal.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

004 – SANEAMENTO AMBIENTAL: Garantir serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem pluvial e gestão de resíduos sólidos, com regularidade e qualidade, assegurando a proteção ao meio ambiente e à saúde da população.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

22.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS DO DF – SINESP

Orientações constam no item 5.1.2 das Instruções

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

Análise Quantitativa

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNIDADE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% de Alcance Total (DE/A)
6210	4	8	Elaborar 550 Projetos Individuais da Propriedade – PIP; (EMATER)	14203	500	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	137	182	352	219	XXX

Análise Qualitativa (limitado a 15 linhas por meta)

8. Elaborar 550 Projetos Individuais da Propriedade – PIP; (EMATER)

2016

Os Projetos Individuais da Propriedade - PIP é um importante projeto de intervenção na área em estudo para minimizar os impactos ambientais utilizando práticas conservacionistas como proposta de ação, contemplando os usos do solo e as práticas ambientalmente adequadas a serem implementadas, para que o produtor possa ser remunerado pelos serviços ambientais prestados.

2017

Os projetos individuais da PIP elaborados para intervenção na área em estudo atenderam a conteúdo em relação a minimização dos impactos ambientais antrópicas conforme proposta de ação para 2017.

2018

Foram elaborados 33 Projetos Individuais de Propriedade - PIP's no ano de 2018.

2019

O Projeto Produtor de Água no Pípiripau é regido por Edital, emitido pela Unidade Gestora do Projeto (UGP), composta por representantes das 17 instituições parceiras, entre elas a EMATER-DF, ADASA, CAESB, e o IBRAM. Esse Edital determina a metodologia que será utilizada, bem como as regiões da bacia hidrográfica que estão aptas a receberem as ações do projeto. Considerando a necessidade de atualização do Edital para adequar a metodologia de histórias e gestão financeira do projeto, a UGP decidiu que a partir de fevereiro de 2019 não seriam feitas novas contratações, exceto os processos que já estavam em andamento. Nesse contexto, a EMATER-DF elaborou em 2019 apenas 04 projetos individuais de Propriedade.

Para uma correta interpretação da análise quantitativa, informamos que os dados corretos estão informados na tabela abaixo:

Forma de apuração	2016	2017	2018	2019
Acumulada	137	182	215	219

O motivo da correção se deve ao fato que houve erro na transcrição dos dados quanto a forma de apuração, acumulada ou anual.

ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS



COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	IMPLEM. ATÉ 2019 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6210	4	6	Apoio à implantação de sistemas de abastecimento de água para áreas rurais do DF; (EMATER)	14203	100	100	2016 A EMATER apoia as comunidades rurais que necessitam da implantação de um sistema de abastecimento de água através da mobilização da comunidade e encaminhamento do pedido através da implantação do sistema junto à Caesb, bem como estender o convite a mesma para participar de reuniões junto à comunidade. 2017 A EMATER-DF apoia as comunidades rurais que necessitam de implantar um sistema de abastecimento de água através de mobilização da comunidade e encaminhamento ao pedido de implantação do sistema para a Caesb, bem como convida a Caesb para participar de reuniões junto à comunidade. 2018 A EMATER-DF apoia as comunidades rurais que necessitam de implantar um sistema de abastecimento de água através de mobilização da comunidade e encaminhamento ao pedido de implantação do sistema para a CAESB, bem como convida a CAESB para participar de reuniões junto a comunidade. 2019 A EMATER-DF apoia as comunidades rurais que necessitam de implantar um sistema de abastecimento de água através de mobilização da comunidade e encaminhamento ao pedido de implantação do sistema para a CAESB, bem como convida a CAESB para participar de reuniões junto à comunidade rural.
							2016 A participação da EMATER é de orientar o produtor rural, no intuito de substituir sua fossa negra por fossa séptica ou fossa de evapotranspiração. 2017 Esse serviço é exclusivo dos Órgãos ambientais IBRAM e ADASA A participação da EMATER-DF é orientar o produtor a substituir sua fossa negra por fossa séptica ou fossa de evapotranspiração. 2018 Esse serviço é exclusivo dos Órgãos ambientais IBRAM e ADASA A participação da EMATER-DF é orientar o produtor a substituir sua fossa negra por fossa séptica ou fossa de evapotranspiração. 2019 Serviço exclusivo dos órgãos ambientais do Governo do Distrito Federal (IBRAM E ADASA). A participação da EMATER-DF é orientar o produtor rural a substituir sua fossa negra por fossa séptica ou fossa de evapotranspiração.
							2016 As orientações são repassadas quando da visita à propriedade do demandante visando atendimento do projeto Reflorestar. O técnico da EMATER faz o levantamento das áreas degradadas em Área de Preservação Permanente - APPe calcula a quantidade de mudas a serem requeridas ao viveiro da SEAGR. 2017 O interessado entra em contato com o escritório da EMATER-DF para pedir uma visita de um técnico visando atendimento do projeto Reflorestar. O técnico da EMATER-DF faz levantamento das áreas degradadas em APP e calcula a quantidade de mudas a serem pedidas para o viveiro da SEAGR.

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	IMPLEM. ATÉ 2019 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
							Devido as ações ao enfrentamento à crise hídrica, as mudas do programa foram direcionadas à Bacia do Alto Descoberto 2018 O interessado entra em contato com o escritório da EMATER-DF para pedir uma visita de um técnico visando atendimento do projeto Reflorestar. O técnico da EMATER-DF faz levantamento das áreas degradadas em APP e calcula a quantidade de mudas a serem pedidas para o viveiro da SEAGRI. Devido a baixa produção de mudas na Granja do Ipê, houve uma redução significativa de plantio de mudas do cerrado. 2019 O interessado entra em contato com o escritório da EMATER-DF para pedir uma visita de um técnico visando atendimento do projeto Reflorestar. O técnico da EMATER-DF faz o levantamento das áreas degradadas em Área de Preservação Ambiental (APP) e calcula a quantidade de mudas a serem pedidas para o viveiro da SEAGRI.
6210	4	9	Acompanhar a evolução de áreas degradadas em recuperação; (EMATER)	14203	100	100	2016 A cada seis meses técnicos da EMATER visitam as áreas revegetadas para acompanhar a evolução do desenvolvimento da recuperação da área degradada. 2017 A cada seis meses técnicos da EMATER-DF visitam as áreas revegetadas para acompanhar a evolução do desenvolvimento da recuperação da área degradada. 2018 A cada seis meses técnicos da EMATER visitam as áreas revegetadas para acompanhar a evolução do desenvolvimento da recuperação da área degradada. 2019 A cada seis meses técnicos da EMATER-DF visitam as áreas revegetadas para acompanhar a evolução do desenvolvimento da recuperação da área degradada.

Contribuição Para o Alcance do Objetivo Específico

Orientações constam no item 5.1.5 das instruções (texto limitado a **80 linhas** por objetivo específico).

A atuação da Ematerem três projetos estratégicos para recuperação de área degradada, o Produtor de Água na Bacia do Pipiripau, O Projeto Descoberto-Coberto na Bacia do Descoberto e o Reflorestar em todo o DF, visa garantir a assistência técnica adequada aos agricultores e em todos os projetos mencionados, a participação é voluntária. As mudas são fornecidas pelo Viveiro da Seagri, que tem uma produção de aproximadamente 150 mil mudas por ano o que equivale na recuperação de 90ha por ano. Geralmente há uma perda de 10% de mudas em cada plantio, devido a doenças e ataques de formigas. Os técnicos da Ematerexpedem recomendações técnicas, solicitando o espaçamento das covas, adubação, coroamento, controle de formiga e aceiro para queimada.

Após o plantio, há acompanhamento da evolução da área em recuperação para levantar substituição ou replantio de mudas, controle de pragas e doenças e a manutenção do produtor rural das mudas plantadas.

Como o saneamento básico é um dos fatores determinantes e condicionantes na promoção da saúde, realizamos o trabalho educativo através de atendimentos, palestras, mutirões, capacitações, reuniões técnicas, dias especiais e outras metodologias, em que a Emater orienta o público rural sobre sistemas de saneamento (fossa séptica, ecológica); importância da análise de água, tanto para o consumo humano quanto para qualidade final dos alimentos; limpeza dos arredores de casas e propriedades; pragas domésticas; destino do lixo; limpeza de caixa d'água; proteção de cisternas; tratamento de água.

Em 2016, foram realizados 4 (quatro) mutirões de limpeza em comunidades rurais, curso de capacitação em saneamento (água e esgoto) para técnicos e análises de água para consumo humano, em parceria com o Dipova/Seagri.

Em decorrência da crise hídrica no ano de 2017, as mudas do viveiro da Seagri destinadas ao Programa Reflorestar foram destinadas preferencialmente às propriedades rurais localizadas na região do Descoberto.

—2018

No ano de 2018 deu-se prosseguimento nas ações de plantio e manutenção de mudas nas bacias estratégicas.

2019

No exercício de 2019 deu-se prosseguimento nas ações de plantio e manutenção de mudas nas bacias estratégicas para recuperação de área degradada, quais sejam: Produtor de Água na Bacia do Pipiripau, o Projeto Descoberto Coberto na Bacia do Descoberto e o Projeto Reflorestar em todo o Distrito Federal.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

005 – BRASILIA VERDE: Conservar a biodiversidade e uso do cerrado por meio da criação, implementação e manutenção das unidades de conservação, corredores ecológicos e demais áreas protegidas, bem como promover a recuperação ambiental.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

21.208 – INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL – IBRAM

Orientações constam no item 5.1.2 das Instruções

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

Análise Quantitativa



COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% de Alcance Total (DEA)
6210	5	7	Planejar ações de manejo e conservação da água e do solo em áreas de produção rural; (SEAGRI)	14101	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	25	25	25	100	XXX
6210	5	8	Promover a revegetação de 500 hectares em estabelecimentos rurais; (SEAGRI)	14101	500	HA	ACUM	MAIOR, MELHOR	98	146	62	262	XXX
6210	5	9	Recuperar 200 hectares de APP (área de preservação permanente) e 350 hectares de reservas legais; (EMATER)	14203	550	HA	ACUM	MAIOR, MELHOR	168	193	384	226	XXX
6210	5	11	Elaborar 600 requerimentos de planos de utilização das propriedades, abordando a adoção de práticas conservacionistas de manejo de solo e água e recuperação de áreas degradadas; (EMATER)	14203	600	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	15	61	110	130	XXX
6210	5	12	Elaborar 07 licenças ambientais, 400 Declarações de Conformidade de Atividade Agropecuária – DCAA, 10 Autorizações, 12 Projetos de Recuperação de Área Degradada – PRAD, e 500 Dispensas de Licenciamento; (EMATER)	14203	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100	100	100	XXX
6210	5	13	Capacitar 3.150 produtores rurais no período de quatro anos (EMATER);	14203	3.150	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	1104	1882	3.816	3.498	XXX

Análise Qualitativa (limitado a 15 linhas por meta)

7 - Planejar ações de manejo e conservação da água e do solo em áreas de produção rural; (SEAGRI)

2016

No exercício de 2016 a SEAGRI alcançou 25% da meta estabelecida no PPA 2016-2019, foram: Criadas 02 Unidades Hidrográficas (UH) Manejo e conservação da água em áreas de produção rural; Dentro da ação de ampliar o número e adequar os reservatórios de água para agricultores, foram construídos 02 novos reservatórios na BR 251 km 05 – AgroBrasília – Rod. Júlio Garcia; 01 reparo no reservatório na DF 250 km 7,5 Chácara R em Paranoá; 01 novo reservatório na DF 250 km 8,5 – Chácara

Canaã nº7; 01 novo reservatório no Assentamento Pequeno Willian em Planaltina; 01 novo reservatório no Núcleo Rural Fazenda Larga em Planaltina e 01 reparo no reservatório do Assentamento Nova Vitória em São Sebastião, assim sendo atendidos dentro demanda ocorrida em 2016.

A SEAGRI entregou, por meio de transferência de patrimônio, equipamentos agrícolas para as Administrações Regionais de São Sebastião e de Brazlândia para atendimento de serviços diversos a produtores rurais do Distrito Federal, sendo para:

➤ A.R. de São Sebastião: 1 Carreta Agrícola em madeira; 1 Trator Agrícola; 1 Roçadeira Hidráulica; 1 Grade Aradora de Arrasto; 1 Pá Carregadeira; 1 Perfurador de Solo; 2 Carretas Agrícolas; 1 Plantadeira Semeadora e Aduadeira; 2 Roçadeira Hidráulica; 2 Sulcador de Linha; 2 Cultivador; e 1 Rolo Compactador de pé de carneiro duplo.

➤ A.R. de Brazlândia: 1 Roçadeira Hidráulica; 2 Pá Carregadeira; 1 Grade Aradora de Arrasto; 1 Carreta Tanque; 2 Motoniveladora; 1 Perfurador de Solo; 1 Carreta Agrícola em madeira; 1 Colhedora de Forragens; 1 Sulcador de Linha; 2 Plantadeira Aduadeira; e 1 Distribuidora de Corretivo e Fertilizante.

A realização de serviços de levantamento de terraços alcançou 3.800 metros lineares, atendendo todas as demandas solicitadas, sendo: Núcleo Rural Rodeador – Brazlândia 1.800 metros lineares e Núcleo Rural Pipiripau 2.000 metros lineares. Foram executados serviços de preparo de solos (por demanda): 40 hectares de aração; 569,2 hectares de gradagem; 04 hectares de sulcagem; 50,2 metros quadrados de mistura de matéria orgânica em canteiros; 31 unidades de destoca; 03 hectares de construção de canteiros; 90 toneladas de distribuição de adubo; 04 hectares de abertura de covas e também 90 covas individuais.

2017

No ano de 2017 as ações do Plano de Manejo se concentraram, devido à crise hídrica, na Bacia Hidrográfica do Alto Descoberto, composta pelas Unidades Hidrográficas do Rodeador, Alto Descoberto e Riacho das Pedras, muito embora também tenha sido implementado na Unidade Hidrográfica do Extrema, na Bacia Hidrográfica do Preto.

Na Bacia Hidrográfica do Alto Descoberto o desempenho das ações foi o seguinte: Revitalização de Canais de Irrigação – 5,9 Km; Implantação de Reservatórios Lonados – 72 ud; Estradas Rurais – Terraplanagem – 22,4 Km.

Na Unidade Hidrográfica do Extrema foi realizado um curso sobre Manejo de Irrigação – com a participação de 16 treinandos.

2018

No ano de 2018, as ações de Adequação Ambiental de Estradas Rurais do Plano de Manejo continuaram a ser executadas na Bacia Hidrográfica do Alto Descoberto, composta pelas Unidades Hidrográficas do Rodeador, Alto Descoberto e Riacho das Pedras. Nesse mesmo ano a Unidade Hidrográfica do Rio Pipiripau foi incorporada ao PMCAS.

Na BH do Alto Descoberto o desempenho das ações foi o seguinte: Revitalização de Canais de Irrigação – 2,5 Km no canal do Rodeador; Estradas Rurais – Terraplanagem – 22,8 Km.

Na UH do Rio Pipiripau foram executados os serviços de Revitalização de Canais de Irrigação – 6,5 Km no canal do Santos Dumont.

2019

No ano de 2019, as ações de Adequação Ambiental de Estradas Rurais do Plano de Manejo continuaram a ser executadas na Bacia Hidrográfica do Alto Descoberto, nas UHs Alto Rio Descoberto, Ribeirão Rodeador e Riacho das Pedras, além da continuidade de ações na UH do Rio Pipiripau.

Nesse mesmo ano foram incorporadas as seguintes Unidades Hidrográficas: UH Alto Rio Jardim, UH Baixo Rio Jardim e UH Lago Paranoá.

Para uma correta interpretação da análise quantitativa, informamos que os dados corretos estão informados na tabela abaixo:

Forma de apuração	2016	2017	2018	2019
Acumulada	25	50	75	100

O motivo da correção se deve ao fato que houve erro na transcrição dos dados quanto a forma de apuração, acumulada ou anual

8 - Promover a revegetação de 500 hectares em estabelecimentos rurais; (SEAGRI)

2016

No exercício de 2016 a SEAGRI realizou a revegetação de 98 hectares, baseada na disponibilidade de mudas produzidas e condições ambientais de pluviosidade (chuvas).

2017

A meta estabelecida foi de 500 hectares, porém, baseada na disponibilidade de mudas de espécies nativas do Bioma Cerrado produzidas no viveiro da Granja Modelo do Ipê, e condições ambientais de pluviosidade (chuvas), a SEAGRI realizou a revegetação de 48 hectares no ano de 2017. Destaca-se que no ano de 2017, devido à crise hídrica, as ações de plantio se concentraram na Bacia Hidrográfica do Alto Descoberto, composta pelas Unidades Hidrográficas do Rodeador, Alto Descoberto e Riacho das Pedras, muito embora também tenham sido realizadas ações em outras áreas rurais do DF. Ainda neste viés, frisa-se a inexistência de recursos financeiros para a aquisição de insumos e contratação de mão de obra para a realização das atividades de revegetação, posto que a SEAGRI possui a estrutura de viveiro, mas são necessários os itens supracitados tanto para a produção das mudas utilizadas na revegetação quanto na mão de obra para produzi-las, bem como realizar o plantio nas áreas degradadas.

2018

A SEAGRI realizou a revegetação de 62 hectares em áreas rurais onde é tecnicamente permitida, que são as áreas sensíveis ambientalmente: Áreas de Preservação Permanente - APP e de Reserva Legal - RL. As mudas são produzidas na Granja Modelo do Ipê, unidade que pertence à estrutura da SEAGRI, a qual coordena a produção de mudas nativas do cerrado, no intuito de abastecer os Programas REFLORESTAR e Produtor de Água do Pipiripau, além de dar suporte a eventos e demandas dos órgãos no Distrito Federal. Destaca-se que a produção e o plantio das mudas ~~está~~ diretamente relacionada à disponibilização de recurso financeiro, justificando-se o valor inferior à meta estabelecida.

2019

No ano de 2019 a SEAGRI realizou a recomposição vegetal de 54 hectares de áreas degradadas em propriedades rurais do Distrito Federal. É importante frisar que as áreas devem ser enquadradas áreas sensíveis ambientalmente: Áreas de Preservação Permanente - APP e de Reserva Legal - RL. Para a recomposição vegetal são utilizadas mudas de espécies florestais nativas do Bioma Cerrado, as quais são produzidas no viveiro de produção da Granja Modelo do Ipê, unidade da SEAGRI. As mudas produzidas são direcionadas aos Programas de recomposição da vegetação em que a SEAGRI atua, tais como:

- Programa REFLORESTAR;
- Programa Produtor de Água do Pípiripau; e
- Programa de Revitalização da Bacia do Alto Rio Descoberto.

A produção de mudas, bem como o plantio, depende de recurso financeiro para que seja executada, o que justifica o não alcance da meta estabelecida, uma vez que não houve destinação para a ação.

Para uma correta interpretação da análise quantitativa, informamos que os dados corretos estão informados na tabela abaixo:

Forma de apuração	2016	2017	2018	2019
Acumulada	98	146	208	262

O motivo da correção se deve ao fato que houve erro na transcrição dos dados quanto a forma de apuração, acumulada ou anual.

9. Recuperar 200 hectares de APP (área de preservação permanente) e 350 hectares de reservas legais; (EMATER)

2016

A recuperação de Área de Preservação Permanente- APP é uma importante ação para proteger as águas em quantidade e qualidade. A APP e a Reserva Legal são obrigações impostas pelo Código Florestal (Lei 12.651/2012) que limita o uso dessas áreas pelo proprietário ou posseiro do imóvel rural.

2017

O programa de reabilitação ambiental (PRAR), conforme exigido no código florestal (Lei 12.651 de 25 de maio de 2012) foca na recuperação de área degradada em Área de Proteção Permanente (APP) e reserva legal. Ação esta que visa exclusivamente as águas (qualidade e quantidade), a fauna e a flora nativa do cerrado.

2018

A recuperação de APP é uma importante ação para proteger as águas em quantidade e qualidade. A APP e a Reserva Legal são obrigações impostas pelo Código Florestal (Lei 12.651/2012) que limita o uso dessas áreas pelo proprietário ou posseiro do imóvel rural. Com a atualização da legislação que versa sobre a DCAA (Declaração de Conformidade da Atividade Agropecuária), os casos de dispensa de licenciamento sem DCAA não se faz necessário emitir documento comprobatório.

2019

A recuperação de APP é uma importante ação para proteger as águas em quantidade e qualidade. A APP e a Reserva Legal são obrigações impostas pelo Código Florestal (Lei 12.651/2012) que limita o uso dessas áreas pelo proprietário ou posseiro do imóvel rural. Com a atualização da legislação que versa sobre a DCAA (Declaração de Conformidade da Atividade Agropecuária), os casos de dispensa de licenciamento sem DCAA não se faz necessário emitir documento comprobatório.

Para uma correta interpretação dos dados quantitativos, informamos que os dados corretos estão informados na tabela abaixo:

Forma de apuração	2016	2017	2018	2019
Acumulada	168	193	216	226

O motivo da correção se deve ao fato que houve erro na transcrição dos dados quanto a forma de apuração, acumulada ou anual.

11. Elaborar 600 requerimentos de planos de utilização das propriedades, abordando a adoção de práticas conservacionistas de manejo de solo e água e recuperação de áreas degradadas; (EMATER)

2016-

O Plano de Utilização é um dos principais projetos de utilização do imóvel público pelo atual posseiro da área. Esse documento faz parte do processo de regularização fundiária das terras rurais da Terracap que são administradas pela Seagri. O Plano de Utilização comprova o uso do imóvel por atividades rurais e a necessidade de adoção de práticas conservacionista para minimizar os impactos produzidos pela atividade em questão. O requerimento do P.U. é uma solicitação junto a Seagri, no sentido de iniciar o processo de regularização pelo atual posseiro em terras públicas, que é feito pelos técnicos da Emater. O pedido é voluntário e a Emater faz os requerimentos, conforme demanda, após o mesmo ser aprovado pela Seagri.

2017 -

Em virtude que uma das principais políticas públicas do GDF é a regularização fundiária das terras rurais de propriedade da TERRACAP, para dar segurança jurídica aos posseiros que elas produzem, um dos principais requisitos exigidos pela SEAGRI nesse processo de regularização é o plano de utilização. Entre as metas exigidas pelo plano de utilização é a produção agropecuária e a conservação de água e do solo. A EMATER tem como prioridade a elaboração de PU gratuitamente aos produtores familiares.".

2018

O Plano de Utilização é um dos principais projetos de utilização do imóvel público pelo atual posseiro da área. Esse documento faz parte do processo de regularização fundiária das terras rurais da TERRACAP que são administradas pela SEAGRI. O Plano de Utilização comprova a utilização do imóvel por atividades rurais e a necessidade de adoção de práticas conservacionista para minimizar os impactos produzidos pela atividade em questão. O requerimento do P.U. é um pedido junto a SEAGRI que faz parte do processo de regularização pelo atual posseiro em terras públicas que é feito pelos técnicos da EMATER. O pedido é voluntário do interessado e a EMATER faz os requerimentos conforme demanda. Após o requerimento ser aprovado pela SEAGRI, é pedido para que se faça o PU do imóvel rural. Foram elaboradas, portanto, 01 licença, 106 Declaração de Conformidade de Atividade Agropecuária (DCAA), 03 autorizações e 0 PRAD.

2019

O Plano de Utilização (PU) é um dos principais projetos de utilização do imóvel público pelo atual posseiro da área. Esse documento faz parte do processo de regularização fundiária das terras rurais da TERRACAP que são administradas pela SEAGRI. O Plano de Utilização comprova a utilização do imóvel por atividades rurais e a necessidade de adoção de práticas conservacionista para minimizar os impactos produzidos pela atividade em questão. O requerimento do P.U. é um pedido junto a SEAGRI

que faz parte do processo de regularização pelo atual possessor em terras públicas que é feito pelos técnicos da EMATER. O pedido é voluntário do interessado e a EMATER faz os requerimentos conforme demanda. Após o requerimento ser aprovado pela SEAGRI, é pedido para que se faça o PU do imóvel rural.

Para uma correta interpretação dos dados quantitativos, informamos que os dados corretos estão informados na tabela abaixo:

Forma de apuração	2016	2017	2018	2019
Acumulada	15	61	95	130

O motivo da correção se deve ao fato que houve erro na transcrição dos dados quanto a forma de apuração, acumulada ou anual.

12. Elaborar 07 licenças ambientais, 400 Declarações de Conformidade de Atividade Agropecuária – DCAA, 10 Autorizações, 12 Projetos de Recuperação de Área Degradada – PRAD, e 500 Dispensas de Licenciamento; (EMATER)

2016-

Os processos de licenciamento ambiental: Licença Ambiental Simplificado, Licença Ambiental Convencional, Dispensa de Licenciamento com Declaração de Conformidade de Atividade Agropecuária - DCAA e autorização, são instrumentos obrigatórios para regularização ambiental da atividade agropecuária. Quando feito o documento de licenciamento, é exigido que o imóvel rural se adeque conforme a legislação ambiental, faz-se um estudo de todos os impactos ambientais causados pela a atividade e é realizado um projeto de controle ambiental com práticas para minimizar os impactos ambientais causados pela atividade desenvolvida ou proposta.

2017-

Todas as atividades agrosilvopastoril são exigidos licenciamento ambiental. Existem atividades mais impactantes ambientalmente que outras e são exigidos estudos diversos conforme o nível de impacto, entre estes: Licenciamento ambiental ou DCAA ou dispensa de licença ambiental ou autorização ou licenciamento ambiental simplificado ou licenciamento ambiental ordinário. "

2018

Os processos de licenciamento ambiental que são: Dispensa de Licenciamento Ambiental, Declaração de Conformidade de Atividade Agropecuária (DCAA), Autorização Ambiental, Licenciamento Ambiental Simplificado e Licenciamento Ambiental Ordinário. São instrumentos obrigatórios para regularização ambiental da atividade agropecuária. Quando feito o documento de licenciamento, é exigido que o imóvel rural se adeque conforme a legislação ambiental, fazendo um estudo de todos os impactos ambientais causados pela a atividade e fazendo um projeto de controle ambiental que são práticas para minimizar os impactos ambientais causados pela atividade desenvolvida ou proposta.

2019

Os processos de licenciamento ambiental são: Dispensa de Licenciamento Ambiental, Declaração de Conformidade de Atividade Agropecuária (DCAA), Autorização Ambiental, Licenciamento Ambiental Simplificado e Licenciamento Ambiental Ordinário. São instrumentos obrigatórios para regularização ambiental da atividade agropecuária. Quando feito o documento de licenciamento, é exigido que o imóvel rural se adeque conforme a legislação ambiental, fazendo um estudo de todos os impactos

ambientais causados pela a atividade e fazendo um projeto de controle ambiental que são práticas para minimizar os impactos ambientais causados pela atividade desenvolvida ou proposta.

13. Capacitar 3.150 produtores rurais no período de quatro anos (EMATER);

2016

Capacitação de produtores rurais através de campanhas de recolhimento de agrotóxicos, mutirão de elaboração de Cadastro Ambiental Rural - CAR, mutirão de requerimento de pedido de outorga, reunião técnica sobre os diferentes processos de licenciamento ambiental, dia de campo sobre ILPF – Integração Lavoura – Floresta e Pecuária e dia de campo sobre o Plano de Manejo de água e solo.

2017

Capacitação de produtores rurais através de campanhas de recolhimentos de agrotóxicos, mutirão de elaboração de Cadastro Ambiental Rural (CAR), mutirão de requerimento de pedido de outorga, reunião técnica sobre os diferentes processos de licenciamento ambiental, dia de campo sobre ILPF – Integração Lavoura-Floresta e Pecuária e dia de campo sobre o Plano de Manejo de água e solo.

2018

Capacitação de produtores rurais através de campanhas de recolhimentos de agrotóxicos, mutirão de elaboração de Cadastro Ambiental Rural (CAR), mutirão de requerimento de pedido de outorga, reunião técnica sobre os diferentes processos de licenciamento ambiental, dia de campo sobre ILPF – Integração Lavoura-Floresta e Pecuária e dia de campo sobre o Plano de Manejo de água e solo.

2019

Capacitação de produtores rurais através de campanhas de recolhimentos de agrotóxicos, mutirão de elaboração de Cadastro Ambiental Rural (CAR), mutirão de requerimento de pedido de outorga, reunião técnica sobre os diferentes processos de licenciamento ambiental, dia de campo sobre ILPF – Integração Lavoura-Floresta e Pecuária e dia de campo sobre o Plano de Manejo de água e solo.

Para uma correta interpretação dos dados quantitativos, informamos que os dados corretos estão informados na tabela abaixo:

Forma de apuração	2016	2017	2018	2019
Acumulada	1.104	1.882	2.712	3.498

O motivo da correção se deve ao fato que houve erro na transcrição dos dados quanto a forma de apuração, acumulada ou anual.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código Indicador	Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	2019 Alcançado	Fonte da Informação
1645	RECUPERAÇÃO DE APP E RESERVA LEGAL	HA	20	31/dez/14	ANUAL	105	99	120	59,43	150	22,71	185	11,12	EMATER-DF / UO 14203 / OE 5)

Justificativas 2016

Indicador 1645 - Em 2016 foram alcançados 99 hectares de área de recuperação de APP e reserva legal correspondendo a 95% do índice desejado. Devido ao longo período de estiagem durante o ano, observou-se uma redução da solicitação de mudas retiradas no viveiro, o que pode justificar os 5% restantes para o alcance do índice.

Justificativas 2017

Indicador 1645 -No exercício de 2017, a meta para recuperação de APP e reserva legal era de 120 hectares. No entanto, foram alcançados apenas 59,43 hectares, o que corresponde a 49,52% da meta. Devido ao longo período de estiagem durante o ano, observou-se uma redução da solicitação de mudas retiradas no viveiro, o que pode justificar os 50,48% restantes para o alcance da meta.

Justificativas 2018

Indicador 1645 - A meta para recuperação de APP e reserva legal para o terceiro ano era de 150 hectares. Foi alcançado, porém, 22,71 hectares o que corresponde a 15,14% da Meta, em virtude da baixa produção de mudas do Viveiro Granjado Ipê, da Secretaria de Estado do Viveiro Granjado Ipê, da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.

Justificativas 2019

Indicador 1645 – A meta para recuperação de Área de Preservação Ambiental (APP) e reserva legal era de 185 hectares. Porém, foi alcançado 11,12 hectares, que corresponde a 6,01 % da meta estipulada para o exercício de 2019. O alcance da meta não foi possível devido a baixa produção de mudas do Viveiro da Granja do Ipê da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (SEAGRI).

ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	IMPLEM. ATÉ 2019 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6210	5	6	Orientação aos ocupantes de terras públicas rurais quanto aos procedimentos necessários à regularização fundiária; (EMATER)	14203	100	100	2016 As orientações aos atuais ocupantes de terras públicas sobre os procedimentos necessários para a regularização fundiária aconteceram por demanda. Aqueles que não providenciaram o pedido de requerimento e elaboração de P.U. estão sendo notificados pela SEAGRI. 2017

Atenta à proteção da biodiversidade e a manutenção da vegetação nativa, respeitando-se o disposto na legislação ambiental vigente, a SEAGRI tem realizado ações políticas para a conservação da biodiversidade do Cerrado contribuindo para a consolidação de uma Brasília Verde.

Nesse viés, destaca-se o Programa REFLORESTAR, o qual visa o apoio a recomposição vegetal das áreas rurais do Distrito Federal. O Programa fornece mudas nativas do Cerrado para recuperar e proteger os recursos hídricos e a conservação do solo. Busca sensibilizar, por meio da educação ambiental, os produtores para a adequação ambiental dos lotes rurais, com a recuperação das áreas de preservação permanente (APP) e recomposição de reserva legal (RL). No ano de 2019, o Programa atendeu aproximadamente 100 produtores rurais. Além desse Programa, há o Projeto de Reabilitação da Bacia do Alto Rio Descoberto, onde a SEAGRI, em parceria com a Fundação Banco do Brasil, já realizou a recomposição vegetal de 150 nascentes, bem como confeccionou 550 bacias de contenção de enxurradas "barraginhas". Outra ação em destaque é o Programa Produtor de Água do Pipiripau, ação realizada por diversas instituições, entre elas a SEAGRI, e que tem como proposta o estímulo à política de pagamento por serviços ambientais (PSA), objetivando-se a proteção dos recursos hídricos, à redução da erosão e do assoreamento de mananciais no meio rural.

EMATER-DF

Dado a grande importância ecológica na preservação e conservação dos recursos naturais como os recursos hídricos e a preservação da biodiversidade, a EMATER preconiza a sua atuação em metodologias de assistência técnica e extensão rural apropriadas para adequação ambiental das propriedades rurais, tendo o diagnóstico que identifica os aspectos produtivos e ambientais e para gestão, planejamento e recuperação das Áreas de Preservação Permanente - APP e Reserva Legal - RL, realizados através de orientações, conforme a legislação ambiental. As ações são planejadas pela área técnica, especialmente relacionada ao licenciamento ambiental de empreendimentos familiares e agroindústrias. Os processos de licenciamento ambiental Licença Ambiental Simplificado, Licença Ambiental Convencional, Dispensa de Licenciamento com DCAA (Declaração de Conformidade de Atividade Agropecuária), autorização, são instrumentos obrigatórios para regularização ambiental da atividade agropecuária. Quando feito o documento de licenciamento é exigido que o imóvel rural se adeque conforme a legislação ambiental, contemplando um estudo de todos os impactos ambientais causados pela a atividade e plano de controle ambiental. Em seguida deve-se executar o previsto no projeto para minimizar os impactos ambientais causados pela atividade desenvolvida ou proposta.

2018

Os processos de licenciamento ambiental Licença Ambiental Simplificado, Licença Ambiental Convencional, Dispensa de Licenciamento com DCAA (Declaração de Conformidade de Atividade Agropecuária), autorização, são instrumentos obrigatórios para regularização ambiental da atividade agropecuária. Quando feito o documento de licenciamento, é exigido que o imóvel rural se adeque conforme a legislação ambiental, contemplando um estudo de todos os impactos ambientais causados pela atividade e plano de controle ambiental. Em seguida deve executar o previsto no projeto para minimizar os impactos ambientais causados pela atividade desenvolvida ou proposta.

2019

A importância ecológica na preservação e conservação dos recursos naturais como, por exemplo, os recursos hídricos e a preservação da biodiversidade, leva a EMATER-DF a atuar baseada em metodologias de assistência técnica e extensão rural (ATER) apropriadas para a adequação ambiental das propriedades rurais, por meio de orientações junto aos produtores rurais, conforme a legislação ambiental. Dentre os processos de licenciamento ambiental, podemos destacar: Licença Ambiental Simplificada, Licença Ambiental Convencional, Dispensa de Licenciamento com DCAA (Declaração de Conformidade de Atividade Agropecuária). São instrumentos obrigatórios para a regularização ambiental da atividade agropecuária. As atividades são planejadas pela área técnica relacionada ao licenciamento ambiental/de empreendimentos familiares e agroindustriais.

PROGRAMA TEMÁTICO:

6211 – DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

OBJETIVO GERAL:

Promover a defesa e garantia dos direitos humanos assegurando a cidadania plena, com dignidade, por meio da oferta de informações e serviços integrados com qualidade.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

004 – CIDADANIA CARCERÁRIA: Promover a ressocialização da população carcerária; orientar, proteger e defender os direitos sociais, facilitando o acesso aos serviços públicos, visando à promoção da justiça social e da cidadania, bem como apoio à reinserção no mercado de trabalho.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

24.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DA PAZ SOCIAL - SSP

Orientações constam no item 5.1.2 das Instruções

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

Análise Quantitativa

COD PROG	COD OBJ	Nº META	META	UO RESP. META	META ATÉ 2019 (A)	UNIDADE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% de Alcance Total (DE/A)
6211	4	5	Implementar e realizar assistência técnica em hortas da Fazenda Modelo da Papuda (EMATER);	14203	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100	100	100	XXX

Análise Qualitativa (limitado a 15 linhas por meta)

5. Implementar e realizar assistência técnica em hortas da Fazenda Modelo da Papuda (EMATER);

2016

Foi elaborado o projeto de irrigação para as produções de hortaliças, de mudas e de plantas medicinais e foi realizado reuniões de planejamento e mobilização.

2017

Em 2017 foram realizadas cinco visitas técnicas para orientação em temas diversos, incluindo as atividades pecuárias desenvolvidas no local suinocultura, bovinocultura e piscicultura. Foi realizado ainda um curso de capacitação de 40 horas para 34 internos. Nas atividades agrícolas foi orientada a implantação de 1,3 ha de pimenta e 5,0 ha de milho.

2018

Neste ano não foram realizadas ações referentes a esta meta, uma vez que a meta já foi alcançada em 2016 e 2017.

2019 Meta alcançada em 2016 e 2017.

Contribuição Para o Alcance do Objetivo Específico

Orientações constam no item 5.1.5 das instruções (texto limitado a **80 linhas** por objetivo específico).

O projeto voltado para produção de alimentos é uma iniciativa que favorece aos apenados que trabalham na horta e pode funcionar como um incentivo a diminuição dos índices de reincidência.. Tanto do ponto de vista profissional como motivacional pois oportuniza capacitação e treinamento por meio de cursos e atividades regulares, não somente nas hortas, mas também em outras atividades existentes no local (suinocultura, bovinocultura e psicultura). Assim, além dos apenados produzirem alimentos, cria-se oportunidade para a profissionalização e futuramente estas ações poderão facilitar a ressocialização dos egressos do sistema carcerário.

2018

No exercício de 2018 não foram realizadas ações de capacitação junto aos apenados, uma vez que a meta já foi alcançada em anos anteriores. Entretanto, para 2019 a ação será continuada pela EMATER-DF por meio de treinamentos e capacitações na Fazenda Modelo da Papuda, tendo em vista a importância da ação do Estado em oferecer capacitação para a recuperação dos egressos do sistema carcerário.

2019 No exercício de 2019 não foram realizadas ações de capacitação junto aos apenados quanto à assistência técnica para implementação de hortas na Fazenda Modelo da Papuda, uma vez que a presente meta foi alcançada nos exercícios de 2016 e 2017 e não houve a possibilidade da EMATER-DF dar andamento nessa política pública no exercício de 2019.

O documento no texto impresso deverá **ser rubricado em todas as páginas** e assinado na última pelo titular da unidade e pelos responsáveis pela elaboração.

SEAGRI

Nome do Titular da Unidade Orcamentária: LUCIANO MENDES DA SILVA

Telefone: 3051-6301 e-mail da Instituição: lucianomaza@gmail.com;

Matrícula: 1689250-X Assinatura: _____

Responsáveis pela elaboração:

Nome: JOSIANI BRINGEL BEZERRA

Telefone: 3051-6327 e-mail da Instituição: geplan@seagri.df.gov.br

(X) Agente de Planejamento () Outro Servidor . Especificar: _____

Matrícula: 1661543-3 Assinatura: _____



EMATER

Nome do Titular da Unidade Orçamentária: DENISE ANDRADE DA FONSECA

Telefone: 3311-9301

e-mail da Instituição: Denise.fonseca@emater.df.gov.br;

Matrícula: 608-4

Assinatura: _____

Responsáveis pela elaboração:

Nome: ALESSANDRO MIGUEL FERREIRA SILVA

Telefone: 3311-9347

e-mail da Instituição: Alessandro.silva@emater.df.gov.br

☒ **Agente de Planejamento**

☐ **Outro Servidor . Especificar:** _____

Matrícula: 960-1

Assinatura: _____

CEASA

Nome do Titular da Unidade Orçamentária: ONÉLIO DA SILVA TELES

Telefone: 3363-1203

e-mail da Instituição: presidencia@ceasa.df.gov.br

Matrícula: 1160

Assinatura: _____

Nome: DENNYEL DANTAS DE MORAIS

Telefone: 3363-1221

e-mail da Instituição: dennyel7@gmail.com

☒ **Agente de Planejamento**

☐ **Outro Servidor . Especificar:** _____

Matrícula: 1053-7

Assinatura: _____

Instruções:

Para padronização do relatório de governo, o relatório de cada unidade deverá permanecer na forma horizontal, Fonte Arial Narrow, nos tamanhos e espaçamentos definidos ao longo dessa estrutura, mantendo-se o espaçamento das margens: esquerda e superior: 2,5 e margem direita e inferior : 2,0 cm.

Estas Instruções, o Plano Plurianual com respectivos programas, contextualizações, objetivos e seus atributos estão disponíveis para consulta no site da Secretaria <www.economia.df.gov.br>, Gestão do Orçamento, Planejamento Governamental, Plano Plurianual - PPA, PPA 2016-2019, Avaliação do PPA 2016 - 2019.

